

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

**UMA RELEITURA DA HISTÓRIA POR MEIO DA ANÁLISE DAS
CHARGES NO GOVERNO MILITAR**

ANA CRISTINA BORNHAUSEN CARDOSO

**SÃO PAULO
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

ANA CRISTINA BORNHAUSEN CARDOSO

**UMA RELEITURA DA HISTÓRIA POR MEIO DA ANÁLISE DAS
CHARGES NO GOVERNO MILITAR**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DO CURSO DE MESTRADO EM LETRAS**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO EXIGÊNCIA PARCIAL PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM LETRAS.**

ORIENTADORA: Prof^a Dra. DIANA LUZ PESSOA DE BARROS

SÃO PAULO - 2007

Em tempos difíceis de repressão e censura, mestres são aqueles que conseguiram desafiar sua imaginação, impondo a seus lápis e pincéis força política, na esperança de resistir ao autoritarismo praticado contra aqueles que almejavam um país livre, soberano e democrático.

(José Machado - Prefeito Municipal de Piracicaba, 2003)

Este trabalho significa um reconhecimento especial à crença do fazer acadêmico da Professora Doutora Diana Luz Pessoa de Barros, que, no transcurso do tempo, sob a sua orientação, brindou-me com momentos de generosa e ampla solidariedade, fazendo-me crer que haverá muitos mundos criados pela imaginação humana, enquanto houver a crença no fazer semiótico.

Dedico este trabalho a minha família:

Ana Carolina, Juliana, Marília, Amaury, Maria Emília

e às paixões que incentivam minha vida

pessoal e acadêmica.

*Agradeço este trabalho a Deus, ao Instituto Presbiteriano Mackenzie,
que me concedeu uma bolsa de estudos no programa
do Curso de Mestrado em Letras e ao apoio recebido pelo MACKPESQUISA.*

RESUMO

Esta dissertação tem por finalidade avaliar os processos de (re)constituição de sentidos das charges, partindo do princípio de que os estudos semióticos se desenvolvem para depreender a significação que emerge dos textos.

Há uma questão teórica de base que não pode ser desprezada: o sentido do texto é veiculado como um todo, independentemente de ser verbal ou visual.

O exame do visual não foi privilegiado, mesmo que, em determinadas situações por que passam os Governos, se verifique uma clara tendência à otimização do texto imagético, pois, em épocas de forte censura, o uso da imagem significa um menor comprometimento do chargista com a corrente ideológica do regime militar e uma forma de driblar a censura.

Optou-se por fazer um estudo das charges do período de Ditadura Militar, investigando a possibilidade de existência de um traço específico nesse tipo de discurso ou, se fosse admissível, pensar-se na existência de vários modelos de charges para o período da Ditadura, o que, em última análise, permitiria (re)ler a História e a cultura do País sob a perspectiva do humor refinado.

Chegou-se à conclusão de que o efeito de ambigüidade produzido pelo texto da charge pluraliza a sua interpretação, funcionando como um verdadeiro eco de vozes de seu tempo, dialogando com outros textos e traduzindo-se, em alguns casos, numa semiótica poética, dada a inovação com que se apresenta no plano da expressão.

ABSTRACT

This dissertation has the aim to evaluate the process of charge's meaning reconstitution, considering that the semiotic studies search the signification that emerges from the texts.

This analysis was based on Greimas' theoretical support, focusing the generative process. However, there is a theoretical argument that cannot be rejected: the text's meaning is transmitted as a total, independently of being verbal or visual.

It is intended not to privilege, exclusively, the image examination, even though in determined government situation it is clear the tendency of using the visual text because it means less exposure/compromising.

It was opted to make a research on the charges from the Military Dictatorship, investigating the possibility of existence of one distinguished marks. In other words, this dissertation allows us to re-read our country history and culture under a refined humour perspective.

It has come to the conclusion that the ambiguity produced by the interpretation of the charges' text works as true echo of voices of our time, dialoguing to other texts and translating into a poetic semiotics, as a result of the innovation presented in the expression plan.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I: O Discurso da Charge.....	7
Capítulo II: O cenário brasileiro em 64.....	7
Capítulo III: A Análise das Charges.....	7
Capítulo I - O DISCURSO DA CHARGE.....	8
1.1- Considerações Iniciais.....	8
1.2 - Caricatura, Charge e Histórias em Quadrinhos.....	18
Capítulo II - O Cenário Brasileiro em 1964.....	21
2.1- Golpe ou Revolução?.....	21
2.2 - As Charges durante o período de Governo Militar.....	27
Capítulo III - A análise das charges.....	30
3.1 – Charge I: “A Revolução é e será”.....	30
3.1.1- Nível das estruturas narrativas.....	31
3.1.2- Nível das estruturas discursivas.....	40
3.1.3- Tematização.....	43
3.1.4- Figurativização.....	45
3.1.5- Nível das estruturas fundamentais.....	46
3.1.6- Plano da Expressão.....	47
3.1.7- O diálogo com outros textos.....	49
3.2- Charge II: “A tortura”.....	52
3.2.1- Nível das estruturas narrativas.....	54
3.2.2- Nível das estruturas discursivas.....	59
3.2.3- Tematização.....	61
3.2.4- Figurativização.....	63
3.2.5- Nível das estruturas fundamentais.....	65
3.2.6- O plano da expressão.....	66
3.2.7- O diálogo com outros textos.....	67
3.3- Charge 3: “O Direito à cidadania”.....	74
3.3.1- Nível das estruturas narrativas.....	76
3.3.2- Nível das estruturas discursivas.....	79
3.3.3- Tematização.....	80
3.3.4- Figurativização.....	81
3.3.5- Nível das estruturas fundamentais.....	82
3.3.6- O plano da expressão.....	83
3.3.7- Diálogos com outros textos.....	84
3.4 - Charge 4: “Diretas-já”.....	86
3.4.1- Nível das estruturas narrativas.....	89
3.4.2- Nível das estruturas discursivas.....	91
3.4.3- Tematização.....	92

3.4.4- Figurativização.....	93
3.4.5- Nível das estruturas fundamentais.....	94
3.4.6- O plano da expressão.....	95
3.4.7- Diálogos com outros textos.....	97
CONCLUSÃO.....	105
BIBLIOGRAFIA.....	110
SITES CONSULTADOS.....	113
ANEXO.....	115

INTRODUÇÃO

É indiscutível o poder da imagem nas sociedades, em todas as épocas. As relações do Homem com o mundo mudaram e o processo de comunicação de massa conduziu, de certa forma, a uma supervalorização da imagem, fazendo com que os leitores se tornassem mais críticos e observadores quanto ao seu uso. Há uma tendência, na sociedade capitalista moderna, para a produção de textos altamente icônicos. Verifica-se que a imagem incorpora alguns elementos importantes da vida moderna, a saber: a eficiência na comunicação e a economia discursiva.

Entender a charge como objeto de comunicação passa também pela incorporação desses elementos em seu discurso e pelo entendimento de que a charge, inserida em um contexto de vida dinâmico e moderno, ganha significativa expressão como gênero discursivo jornalístico opinativo.

O estudo do gênero charge é uma das motivações para a realização deste trabalho. A charge política é eminentemente um texto de sanção, pois critica e avalia a sociedade. Constrói-se um sentido de denúncia, que convida à leitura não-convencional, na medida em que o entendimento da charge passa também pela compreensão do plano de expressão proposta pelo chargista.

O interesse em realizar este trabalho decorre também do reconhecimento do tratamento diferenciado que o discurso da charge recebe da sociedade, ao revelar um alto grau de resistência em tempos de autoritários. Trata-se, portanto, de um humor politicamente engajado.

Optou-se pelo período da ditadura de 64 por entender que, ainda hoje, é um celeiro a ser explorado e que seu exame permite um melhor desvendamento desse momento de cerceamento de voz e de ausência de liberdade em nosso país. Outra questão pertinente em tempos de ditadura, diz respeito à coragem e à criatividade despendida pelo chargista para driblar a repressão. Sem a menor dúvida, burlar a censura instigou a criação e o período revelou-se de grande fertilidade artística. A opção em analisar o período de ditadura sob a perspectiva do humor é uma das marcas deste trabalho.

A idéia inicial deste estudo era comparar dois períodos distintos, a saber: as charges do governo militar vs. as charges no governo civil. A extensão do *corpus* inviabilizou, neste primeiro momento, o prosseguimento dessa linha de pesquisa.

Desvendar a produção de sentido deste texto passa pelo entendimento de que a charge é um gênero de discurso particular. Assim, como primeiro objetivo desta dissertação, procurar-se-á avaliar como se estrutura o gênero do discurso chárigo e quais os procedimentos recorrentes operados para a produção do seu sentido. Além disso, tomando por base a questão do gênero, examinar-se-á a possibilidade de existência de um modelo específico de charges para o período de Ditadura.

O segundo objetivo deste trabalho consiste em examinar com que outros tipos de discursos as charges dialogam. Parte-se da premissa de que a charge é um gênero de discurso, que interage, em primeiro lugar, com o discurso humorístico e o discurso editorial. Em outras palavras, é um gênero de discurso que também dialoga com outros gêneros.

Além disso, serão examinados os diálogos com outros discursos sociais - político, histórico e artístico sobretudo - cuja identificação e entendimento permitirão extrair outros sentidos que emergem das charges. Serão estabelecidas assim ancoragens desses discursos no momento político brasileiro e na produção artística do País, permitindo um resgate da história e da cultura brasileiras do período. Quando necessário, serão estabelecidos paralelos com a História mundial.

É um dado relevante para a consecução deste estudo o fato de a Semiótica examinar o diálogo da charge com outros textos que circulam na sociedade e com os outros discursos sociais, cabendo salientar suas possíveis implicações no contexto social e histórico do falante. Retoma-se a idéia de que todo discurso se faz em relação a outro discurso.

O terceiro e último objetivo deste trabalho é o de avaliar qual o papel que as charges tiveram na história do País. As charges do período de Ditadura contribuíram ou não para discutir e fazer pensar o modelo político brasileiro? Seriam elas a invocação de um fio de esperança e da vontade de exercer de fato a liberdade de expressão?

Para atingir esses objetivos, faz-se mister, o entendimento de algumas questões teóricas de base. Assim, necessita-se examinar as charges sob a perspectiva do discurso. Entre as linhas possíveis de sustentação teórica, privilegiou-se da Semiótica Discursiva. Fez-se a escolha dessa área do conhecimento por acreditar-se que a Semiótica dá conta dos sentidos do texto e das estratégias usadas para construir esse sentido.

Optou-se em não elaborar um capítulo teórico específico para o modelo proposto por Greimas, por entender que já existem suficientes bons estudos desenvolvidos nessa área. Dessa forma, metodologicamente, recorrer-se-á à teoria conforme a necessidade da análise. Fundamentou-se este estudo nos conceitos da Semiótica, que concebe o plano do conteúdo sob a forma de um percurso gerativo de sentido, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. Esse percurso, por sua vez, poderia ser dividido em três diferentes patamares: o das estruturas fundamentais, o das narrativas e o das discursivas.

Por outro lado, ao se analisar a charge, deve-se não perder de vista que seu plano da expressão é sincrético, isto é, envolve uma substância sonora e uma substância visual (verbal e não-verbal), que se referenciam mutuamente, produzindo efeito de sentido significativo. Pode-se ainda dizer que o plano da expressão concretiza sensorialmente os temas do plano de conteúdo e possibilita uma leitura diferenciada sobre o mundo, recriando a realidade.

Vale lembrar que a Semiótica faz uma proposta de construir o todo de sentido dos textos sincréticos, independentemente de ele ser verbal ou não-verbal, pois acredita-se que o entendimento da charge pressupõe o sincretismo. Cabe ressaltar que a Semiótica, nos últimos anos está analisando bastante o texto sincrético, o que vem reforçar, assim, a escolha da base teórica de apoio deste estudo.

Além dessa base de fundamentação teórica, recorreu-se a outros trabalhos, que tratam de questões mais específicas, como a visualidade, o humor, a ironia e a ideologia – sejam esses trabalhos desenvolvidos na perspectiva

semiótica ou não. As questões referentes à ironia e ao humor tomaram por base os trabalhos de Sírio Possenti, que segue a linha francesa de Análise do Discurso e, de Beth Brait, que fundamenta seus estudos na linha Bakhtiniana. Com relação à visualidade, ancorou-se o trabalho em alguns estudos de J. M. Floch e Antonio Vicente Pietroforte, no quadro dos estudos semióticos.

O *corpus* foi constituído por amostras de charges do período de Governo Militar (1964/1985). Foram coletadas mais de 100 charges desse período, algumas delas incluídas no anexo deste trabalho. Dessas charges, serão analisadas quatro na dissertação, tendo como autores Rud, Jaguar, Henfil e Júlio César Cardoso Barros. O critério utilizado para a seleção das charges foram os diferentes momentos históricos que elas tiveram no período analisado. O material selecionado foi retirado dos livros *Piracicaba 30 anos de Humor e Henfil do Brasil*, da revista *Pif Paf* e do jornal *Pasquim*.

A primeira charge analisada apresenta duas fontes. Originalmente, ela foi publicada na revista *Pif Paf*, de número 6, em 27 de julho de 2004. Nessa publicação não havia alusão ao título “A Revolução é e será.”, bem como não se mencionava o texto do AI-2 outorgado pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco em 27 de outubro de 1965. Optou-se por analisar essa mesma charge publicada no site www.cliohistoria.hpg.ig.com.br por entender que tanto o título da charge como a menção ao AI-2 fornecem outros caminhos de interpretação para o texto. Assim, parte-se do pressuposto de que a primeira charge possui um título, fazendo esse mesmo título parte do plano de conteúdo. A opção em atribuir um título para as demais charges serve, unicamente, para facilitar a referência a elas. Assim, a segunda charge será nomeada de “A tortura”;

a terceira receberá o título de “O direito à cidadania”; e a quarta intitular-se-á “Diretas-já”.

As charges foram publicadas nos seguintes veículos midiáticos:

“A Revolução é e será.” - (Autor: Rud)

- revista *Pif Paf*, N. 6 de 27/07/1964

- www.cliohistoria.hpg.ig.com.br

“A tortura”

- (Autor: Jaguar)

- O Pasquim, de 14/01/1971

“O direito à cidadania” - (Autor: Júlio César Cardoso Barros)

- Piracicaba 30 anos de Humor, 1978

“Diretas-já”

- (Autor: Henfil)

- Henfil do Brasil, ano não especificado (1984 – 1985)

Dessa forma, o período analisado compreende os governos de:

1964 / 1967 – Presidente Marechal Castello Branco

1967 / 1969 – Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva

1969 / 1974 – Presidente General Emílio Garrastazu Médici

1974 / 1979 – Presidente General Ernesto Geisel

1979 / 1985 – Presidente General João Baptista de Oliveira Figueiredo

A dissertação está dividida nos capítulos que seguem, além da Introdução ora apresentada, e da conclusão.

Capítulo I: O Discurso da Charge

Considerando a importância do discurso da charge e, entendendo-a como um gênero do discurso jornalístico, serão tecidas algumas considerações sobre a especificidade desse gênero discursivo para melhor entendimento da charge como objeto de comunicação. Serão também traçadas algumas distinções básicas entre Charge, Caricatura e História em Quadrinhos.

Capítulo II: O cenário brasileiro em 64

Neste capítulo, será traçado o cenário histórico brasileiro que sustentará os valores apregoados pelo regime militar.

Capítulo III: A Análise das Charges

Após essa ambientação histórica, fundamental para sensibilização e sustentação deste trabalho, serão analisadas as quatro charges selecionadas entre as charges do período de Ditadura, tomando como base teórica a teoria semiótica do discurso.

Capítulo I - O DISCURSO DA CHARGE

1.1- Considerações Iniciais

Considerando a importância do discurso da charge e, entendendo-a como um gênero do discurso jornalístico opinativo, serão tecidas, neste capítulo, algumas considerações sobre a especificidade desse gênero discursivo.

Parte-se do pressuposto de que a charge é objeto de uma construção sincrética, pois incorpora uma substância sonora e uma substância visual, mas que são percebidas de uma forma única.

Para facilitar esse estudo, serão retomadas algumas definições de charge e, a partir dessas definições, serão estabelecidos paralelos entre o discurso da charge, o discurso editorial e o discurso da charge no período de Ditadura.

Segundo o *Dicionário Houaiss*, charge é definida como um “desenho humorístico, com ou sem legenda, geralmente veiculado pela imprensa escrita e tendo por tema algum acontecimento atual, que comporta crítica e focaliza, por meio de caricatura, uma ou mais personagens envolvidas”. Por outro lado, o *Dicionário Aurélio* acrescenta que charge é uma “representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza um fato específico, em geral de caráter político e que é do conhecimento público”. Tomando por base a definição da enciclopédia wikipedia, a “charge é um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar alguma celebridade ou situação considerada de relevância.”

Segundo José Marques Melo (1985:124), em *A opinião no jornalismo brasileiro*, tem-se que apenas a charge e a caricatura fazem parte do “universo jornalístico editorial, pois reproduzem fatos pautados nos acontecimentos

cotidianos”. Melo (*op.cit.*:123) define ainda caricatura de forma mais concisa como “a forma de expressão artística através do desenho que tem por fim o humor”.

A partir dessas quatro definições de charge, que são complementares mas não têm um ponto de vista único, serão apontadas, na perspectiva semiótica, as características específicas desse gênero de discurso. Assim, procurar-se-á analisar esse gênero jornalístico sob o ponto de vista narrativo, discursivo e textual.

Do ponto de vista narrativo, retomando as definições de charges mencionadas, observa-se que o traço comum das mesmas é a **crítica** e a **sátira**, o que faz delas narrativas de sanção. A charge aproxima-se assim do editorial, que também se constrói como uma narrativa de sanção e incorpora a crítica como elemento constitutivo.

No caso específico deste estudo, pretende-se mostrar que a charge, através da sátira e do riso, funciona como um elemento de resistência, revelando uma atitude de não-conformidade diante do poder. Em outras palavras, ao causticar, ridicularizar e fazer críticas satíricas ao poder, ela acaba por sancioná-lo negativamente.

Em seu artigo para revista *Galáxia*, Norma Discini (2003:113) afirma que “No editorial, é construída a crítica séria; na charge, a crítica bufona”. Essa afirmação não significa dizer que a crítica instituída pela charge não seja séria, ao contrário, o humor é tratado de maneira extremamente rigorosa. No entanto, o que se percebe é o tratamento do discurso da charge que se reveste de uma linguagem particular ao incorporar elementos distintos do discurso editorial, pois

introjeta o tom jocoso e irreverente. Daí ser considerado como uma “crítica bufona”.

Ainda no nível narrativo, observa-se que a charge está relacionada a acontecimentos cotidianos, de **conhecimento público**, que são tomados como relevantes. A constatação de que a charge é de conhecimento público é óbvia, pois ela pinça um fato político de domínio público para sancionar, e dessa forma ser bem compreendida.

Em geral, as charges estão nas segundas páginas dos jornais e tendem a explorar mais os fatos políticos. Isso se dá porque elas dialogam com as notícias em destaque da primeira página, ou seja, têm compromisso com a matéria periódica. No entanto, as charges podem tratar de outros temas sociais que sejam relevantes como será visto a seguir.

Pode-se dizer que não é rara uma postura de “estranhamento” diante do texto humorístico da charge. O leitor não-familiarizado com a matéria jornalística fica à margem do entendimento crítico desse estilo peculiar de texto. O efeito de humor pode não ser partilhado entre o falante e o interlocutor, pois o entendimento depende do conhecimento de mundo que detiver o destinatário da charge.

Conclui-se que, no nível narrativo, a charge não se diferencia muito do editorial, uma vez que ambos cumprem o papel de sanção e crítica. As diferenças aparecerão sobretudo no nível discursivo e no textual propriamente dito.

No que diz respeito ao plano discursivo, alguns aspectos merecem destaque como o tema, as figuras exageradas, o humor, a sátira, o caráter burlesco, o tempo e o espaço.

A **temática** diz respeito ao assunto tratado. Como **discurso midiático**, a charge retoma o que foi notícia para subverter a informação, encaminhando para o efeito de humor. Sabe-se, no entanto, que a crítica política é sua arena privilegiada. Outros temas socialmente controversos podem ser abordados pelo gênero em causa, como o racismo, os direitos humanos, as instituições em geral (Igreja, escola, casamento), as desgraças, as guerras, as torturas, entre outros. O importante é ressaltar que, segundo Siqueri, (1998:25) as escolhas desses temas “são relativas a domínios discursivos quentes”.

Neste trabalho, as charges selecionadas versam sobre Ditadura, opressão, permanência da crença dos valores da militância, preservação dos direitos dos cidadãos, eleições diretas, temas que foram observados nas análises.

Vale dizer que a forma que o chargista encontra para tratar desses temas é peculiar. O **tom** de voz é **humorado**, debochado, irônico e, às vezes, mordaz. O aparente efeito de *non sens* da charge, induzindo ao riso, subverte os valores e a leitura convencional e pressupõe um leitor familiarizado com esse tipo de texto.

Voltando à questão de que a charge é um discurso midiático, fato que aparece nas definições apresentadas - a charge “faz parte do universo jornalístico editorial” e que “geralmente é veiculada pela imprensa escrita”. Pode-se dizer que a charge forma opinião. Ao estar imbricada no universo editorial, ela constrói uma visão da sociedade, ainda que fragmentada e parcial, pois faz um recorte dessa realidade num dado momento e sob um determinado ponto de vista ideológico, contribuindo, sensivelmente, para a reconstrução da identidade e da memória do País.

O traço **exagerado** é associado à caricatura. A **caricatura** é definida como um desenho que, pelo traço, pela escolha dos detalhes, acentua ou revela certos aspectos de pessoas ou fatos, tornando-os risíveis. A caricatura é percebida no nível discursivo, mas ganha maior representatividade no plano da expressão, fato que será tratado mais adiante.

A **sátira** pode ser recuperada pelo trato jocoso contra as instituições, costumes ou idéias. Há um tom de censura espirituosa caracterizada pela ironia perspicaz do chargista. Não se trata, portanto, de um texto trivial. A sua interpretação depende, basicamente, de análise, de interpretação, de estabelecimento de pressupostos, de inferências, de conhecimento prévio para que se possa proceder as abstrações necessárias. Pode-se acrescentar que a sátira é utilizada como uma estratégia de persuasão do chargista. Ao satirizar e ao inverter a leitura convencional do discurso, o chargista chama a atenção do leitor para um alvo específico, persuadindo-o a ler criticamente o texto. Vale dizer que o chargista também busca o efeito de ambigüidade como maneira de chamar a atenção do interlocutor para seu discurso, ou ainda, usa essa ambigüidade para escapar do forte aparelho de censura instaurado no período de Ditadura Militar. Por fim, a sátira não se concretiza sem a adesão do interlocutor.

O **caráter burlesco** também é mencionado nas definições de charge. Diz-se que burlesco é próprio de quem burla, artifício usado para recriar a história e contá-la segundo seu modo de avaliar o mundo. Diz-se que o burlesco também provoca o riso ou a zombaria por suas idéias exageradas, podendo, ou não, alcançar o patamar do grotesco. Ao se considerar o caráter burlesco como um componente da charge, busca-se associar os enunciados imagéticos à visão

carnavalesca do mundo proposta por Bakhtin. “Carnavalizar” significa expor ao ridículo, significa também hiperbolizar a imagem, uma das características mais fortes do grotesco, podendo ainda romper a visão de mundo perfeito. As charges do período de Ditadura representam um destronamento da sociedade democrática, que passa a se travestir de práticas autoritárias. O burlesco, tal como ocorre na charge, subverte a ordem instituída, reforçando, assim, a sua função de fazer crítica.

Aqui cabe uma consideração especial a respeito da **sátira**, do **caráter burlesco** e da **caricatura**, pois elas fazem parte do mecanismo de exagero como um todo, que foge da justa medida. Em outras palavras, o exagero faz parte da estratégia de convencimento do chargista. O traço exagerado pode ser percebido no sentido do discurso, no desenho ou em ambos.

A charge tem um **caráter temporal**, pois pontua recortes na realidade e trata de fatos do dia, tal qual foi mencionado. O caráter temporal é mencionado na definição de charge, pois ela tem como tema um acontecimento atual. A interpretação da charge pressupõe a articulação do texto com o cotidiano, o que faz dela um elemento importante de reconstituição da memória histórica de um país. O contexto da charge é revelado pela historicidade do discurso, presente no interior do próprio texto. O contexto de mundo (re)atravessa a charge e não pré-existe a ela. Deduz-se que a charge ilustra os acontecimentos do cotidiano de forma crítica e/ou lúdica; e constrói um retrato da sociedade brasileira, carregado de questionamentos políticos e/ou sociais. Sendo assim, percebe-se que o indivíduo só consegue ler e compreender a charge quando lê o mundo em que habita.

Quanto à **especialização**, em geral, a charge aparece na segunda folha do caderno principal junto com os editoriais. Essa localização é intencional e provocativa, porquanto, tal qual o editorial de um jornal, a charge é um texto de sanção. Interdiscursivamente, essa sanção ocorre pela recuperação de um ou mais textos anteriores. Em outras palavras, a charge dialoga o tempo todo com textos anteriores, fazendo-lhes uma crítica humorada e impondo ao leitor sua visão sobre os fatos.

Ainda no nível discursivo, deve-se atentar que as charges são marcadas por uma **delegação de vozes**, geralmente, em discurso direto. Observa-se uma impessoalidade no discurso da charge tal qual ocorre no discurso editorial, preponderando o uso da 3ª pessoa do plural e da 1ª pessoa do plural. Isso é mais fortemente percebido no período de Ditadura Militar, pois havia um cuidado extremo no uso das palavras, buscando evitar problemas com a censura. No entanto, inúmeras charges desse mesmo período também fazem uso da 1ª pessoa do singular, demonstrando assim maior grau de subjetividade e de comprometimento ideológico. Não se pode, portanto, generalizar que o discurso das charges é sempre impessoal. Deve-se analisar caso a caso.

Do ponto de vista textual, as charges estabelecem, em alguns casos, **relações semi-simbólicas entre o plano da expressão e o plano do conteúdo**. As relações semi-simbólicas são relações **motivadas e não-convencionais** entre expressão e conteúdo. Por outro lado, admite-se que a distorção caricatural da imagem, entre outras, utilizada como estratégia de persuasão, além de concretizar os temas abstratos, institui um novo olhar sobre o mundo, rompendo com sua leitura convencional. É nesse sentido que o **texto** da charge é **inovador**. Essa

inovação se dá, preponderantemente, no plano da expressão, e é decorrente sobretudo das estratégias do exagero usadas pelo chargista.

Segundo Discini (2003:113), “na charge, a conotação do dito, faz com que as figuras plásticas e verbais, em sincretismo, além de referencializar o sentido, recriem-no, ou construam um sentido segundo”.

É, também, na possibilidade de realizar outras leituras ou desvendar um segundo sentido que reside o caráter inovador e **criador** da charge. A ambigüidade de leitura, longe de provocar um afastamento do leitor, convida-o a buscar um novo sentido para o texto.

Vale ainda dizer, que a charge convida o leitor a (re)estabelecer diálogos com outros textos, daí seu caráter polissêmico. Assim, pode-se dizer que a charge **dialoga com outros discursos**, pois perpassa diferentes textos.

Ainda, sob o ponto de vista dos valores em jogo, o texto da charge pode ser lido como inovador e/ou conservador, dependendo fundamentalmente de como esse texto se apresenta no jornal. Diz-se que é mais freqüente que o editorial seja conservador, dado o tipo de jornal que se tem (normalmente os jornais veiculam um determinado posicionamento ideológico). Por outro lado, mesmo nesse tipo de jornal, admite-se que o texto da charge se revele como um discurso que tende mais para a inovação do mesmo no que diz respeito à constituição do plano da expressão e de suas relações com o conteúdo, embora esse caráter inovador não seja obrigatório na charge.

E, finalmente, a partir de tudo que foi descrito anteriormente, é possível estabelecer as **relações entre enunciador e enunciatário** e perceber quais as estratégias de manipulação a que recorre o enunciador-chargista para fazer-criar

seu enunciatório. O enunciatório é ora o Estado, ora o leitor da charge. Em todo caso, ambos poderiam fazer parte da categoria leitor. Vale lembrar que o mesmo acontece nos editoriais no dizer de Mello (1985:80), os editoriais “*embora se dirijam à opinião pública, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado*”, em outras palavras, com “*os donos do poder*”.

Se, por um lado, o chargista (enunciador) em geral convida o leitor a refletir sobre como é exercido o poder político, não se pode descurar do fato de que as charges, assim como os editoriais, devem estar (re)alinhadas com a opinião do jornal. Imaginar que o discurso da charge é neutro e pretende, exclusivamente, relatar os fatos reais seria no mínimo uma perspectiva ingênua. Sabe-se que há uma série de interesses políticos e ideológicos envolvidos na publicação desses textos.

Tais considerações são essências para que se possa entender o poder que a charge exerce enquanto utiliza o ambiente institucional do jornal para questionar os valores que circulam na sociedade. Imaginar esse questionamento durante o período de Ditadura Militar é de vital importância, pois implica o reconhecimento do caráter inovador, progressista e provocativo que esses discursos traziam, uma vez que questionavam os valores instituídos por esse regime numa época de linha dura e forte censura aos meios de comunicação.

Merece destaque assim o fato de a charge veicular um discurso dissonante com o sistema político vigente. Diz-se “dissonante” por estabelecer uma oposição ideológica ao sistema. Deduz-se, então, que as charges buscam a fragilização das estruturas sociais dominantes, uma vez que seu discurso contraria as formações ideológicas de quem está no poder. Não há, dessa forma como dissociar o

discurso da charge de um ato político. Deve-se considerar a charge como um contínuo processo reflexivo, que instiga seu enunciatário a agir, a (re)pensar seu mundo e, que, ao fazer isso, faz política, assumindo um determinado posicionamento ideológico.

Segundo Norma Discini, em seu artigo publicado para a Revista *Galaxia, Jornal: um modo de presença*, diz-se que a charge é um:

(...) texto sincrético, em que o sentido é construído pela relação do visual com o verbal, firma-se como predominantemente figurativo; nele, as idéias se concretizam por meio das figuras, que são representações do mundo dado como cognoscível, o mundo natural. A charge se consolida ainda como texto descritivo, pois fixa uma cena no tempo; irônico, pois freqüentemente é negado pela enunciação o que é afirmado no enunciado; parodístico, na medida em que as figuras construídas “mostram” figuras de base, que são subvertidas intertextualmente: na expressão, pela refração em escala diferente; no conteúdo, pelo efeito do ridículo. (DISCINI, 2003:112)

Por último, para pensar na relação da charge com o fazer artístico, cabe uma consideração sobre a origem da palavra arte. Ela origina-se do latim *ars*. Verifica-se que *arte* está presente na raiz do verbo *articular*, que segundo Bosi (2004:13) “(...) denota a ação de fazer conjunturas entre as partes de um todo”. Assim, a ação de articular idéias, assuntos cotidianos, através do desenho que tem por fim o humor, pode em alguns momentos se aproximar do fazer artístico.

Aqui, não se trata de fazer uma ingênua analogia de que, pelo fato de ser desenho, a charge deva ser considerada como arte. A perspectiva artística dá-se pela construção do sentido, pelo conhecimento da técnica e pela expressão, propriamente dita, que a charge traz consigo ao explorar o plano da expressão de forma única e particular. O chargista inova ao exagerar nos traços caricaturais da expressão e, portanto, cria ao estabelecer relações dos temas abstratos com as

figuras para com isso fabricar efeitos de realidade. A charge faz arte, faz história, faz política, forma opiniões, cria mundos e convida à reflexão. Pode-se dizer que as charges no período de Ditadura, valem não tanto pela estética, mas muito mais por terem sido concebidas em um momento de negação da liberdade de expressão e forte repressão política.

Mesmo assim, na medida em que articulam os assuntos diários de maior notoriedade (matéria jornalística) com um desenho (forma de expressão artística), a charge envereda por um “processo poético” de construção de sentido ao (re)ler o mundo no jogo da intertextualidade dos diálogos que se estabelecem com a sociedade e a história.

Trata-se de considerar, com Bosi (2004:71), *o caráter plural do trabalho artístico, que segundo ele, passa pela mente, pelo coração, pelos olhos, pela garganta, pelas mãos; e pensa e recorda e sente e observa e escuta e fala e experimenta e não recusa nenhum momento essencial do processo poético.*

1.2 - Caricatura, Charge e Histórias em Quadrinhos

Há uma significativa diferença entre caricatura, charge e histórias em quadrinhos. Neste trabalho, optou-se por entender o texto da charge atravessado por traços caricatos, facilitando a compreensão e reflexão desse discurso, como já afirmado anteriormente.

Inicialmente, a charge pode ser interpretada como um **único desenho** para expressar seu modo de avaliar o mundo. Parte-se da idéia de um único desenho, pois a seqüência de imagens caracterizaria um outro gênero discursivo – história em quadrinhos.

A história em quadrinhos pressupõe, no mínimo, dois desenhos e nela observa-se à existência de um critério de continuidade desde a primeira até a última ilustração. Assim, admite-se que a charge possa vir a se traduzir numa história em quadrinhos desde que obedeça a esse mesmo critério. A história em quadrinhos trabalha com o visual e o verbal, sendo também um texto sincrético.

Segundo o cartunista Laerte, em entrevista concedida à revista Foco, “*A linha que separa, ou mesmo liga, a caricatura à charge é muito tênue. A precisão desses termos nunca é muito completa. A melhor definição é a de que charge é um cartum editorial.*” A caricatura e as charges são retratos da sociedade em que se vive. Assim, passa-se a tratar o cartum editorial como um discurso engajado, pois há muito tempo deixou de ser, unicamente, uma alegoria nas páginas de jornais e revistas de humor e, hoje, assume o *status* de verdadeira “matéria jornalística”.

Segundo Marcelo S. Siqueri, em *Formação Discursiva e o Texto Imagético: possibilidades*, busca-se

(...) em outros teóricos da caricatura, bem como, chargistas e cartunistas, aspectos que pudessem nos ajudar a elucidar melhor a diferença entre esses gêneros, mas encontramos uma significativa diversidade conceitual. Dessa forma, passamos a conceber a caricatura como um gênero englobante cujas propriedades se manifestam em outros gêneros de desenhos humorísticos.
(<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/marcelosiqueri.pdf>)

A idéia, aqui, não é esgotar a discussão da diferença entre charge ou caricatura, mas mostrar que a caricatura pode atravessar o texto da charge, como uma estratégia que acentua determinados aspectos físicos das personagens e/ou fatos políticos. Longe de haver diferença, a caricatura, ou o desenho caricatural,

orientado pela desproporção dos traços, é componente da charge, constituindo o grande diferencial apresentado pelo chargista para mostrar seu modo de (re)criar o mundo.

Capítulo II - O Cenário Brasileiro em 1964

2.1- Golpe ou Revolução?

A primeira consideração que deve ser feita ao se analisar o período de Ditadura Militar diz respeito à grande controvérsia que existe entre os termos “Golpe” e “Revolução”. A opção por um desses termos já revela um posicionamento político e ideológico.

Diz-se que o termo “Revolução” está diretamente associado ao segmento de extrema Direita, que implantou a ditadura militar a partir de 1964. Ainda hoje, algumas parcelas de meio militar denominam de “revolução” ou de “contra-revolução” a conspiração que culminou no Golpe de 1964. Dentro dessa mesma visão, há uma alusão ao Golpe como a Revolução Redentora, que seria responsável pela elevação do Brasil à condição de potência econômica, promovendo o “Milagre Brasileiro”.

A referência à Revolução ganha pouca expressividade com o processo de abertura política, desde meados da década de 70, sendo vista como tendenciosa. A forte repressão política vivenciada nos anos 60 e 70 justifica a opção pelo termo “Golpe Militar”. Observa-se que a estrutura de poder cerceou alguns direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros: proibição de eleições diretas para Presidente e liberdade de expressão vigiada. Nesse período, tornaram-se comuns as prisões, a intervenção nos sindicatos e a tortura dos opositores políticos do Governo.

A controvérsia quanto ao uso dos termos “Golpe” e “Revolução” já revela por si só a polêmica como espaço discursivo. Nesse novo jogo de poder, o diálogo

cede espaço à força, à submissão, ao distanciamento das práticas democráticas e à sedimentação da não-cidadania.

Em entrevista concedida ao jornalista Elio Gaspari, em 1981, o General Ernesto Geisel (quarto presidente do regime militar) tece alguns comentários pertinentes quanto ao uso inapropriado do termo Revolução:

O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução.

Assim, entende-se que o uso do termo Golpe Militar está mais próximo à realidade dos fatos vivenciados em 1964. O que caracteriza uma Revolução é a mudança de valores, feita pela classe social que não é dominante. O que se presenciou no Brasil foi uma tomada de poder pelos militares, não havendo participação direta do povo. Para que houvesse revolução, o movimento precisaria de legitimidade popular.

Segue abaixo uma definição para o termo Golpe, que corrobora para a sustentação de que houve no Brasil, efetivamente, um Golpe Militar.

Caracteriza-se pela tomada do poder de um país pelos militares instaurando um regime de ditadura militar com o pretexto de defender o país de interesses exteriores. Geralmente forma-se uma junta militar encabeçada pelo exército que elege seu presidente (sempre um militar de alta patente) e seus sucessores. ([wikipedia.org/wiki/Golpe Militar](http://wikipedia.org/wiki/Golpe_Militar))

Dentro dessa visão de mundo autoritária e tutelar, a virtude máxima era obedecer às ordens impostas pelo regime militar que se instaurava no País. Admite-se que o Golpe Militar era tido como autoritário, pelo fato de ter sido

imposto, e tutelar, na medida em que considerava o povo despreparado para gerir politicamente o País.

No cenário internacional, a situação de Guerra Fria espalhava o temor pelo avanço dos regimes socialistas implantados em Cuba e China – “o *perigo vermelho*”, tido como comunista.

No Brasil, as proposições reformistas de Jango (presidente anterior ao Golpe Militar) entusiasmavam a formação de alianças que vinham do povo (operários, estudantes e trabalhadores rurais), explodindo na imprensa antigovernamental como graves ameaças às estruturas morais e jurídicas do Estado Liberal. Acreditava-se que haveria no País um golpe comunista.

O conflito entre diferentes visões políticas (Democracia vs. Ditadura) e econômicas (Socialismo vs. Comunismo) concorriam para o acirramento da crise, minando o País em suas bases econômicas por uma inflação desenfreada, movimentos grevistas e insistentes apelos à socialização. A classe média urbana reunia-se a novos organismos políticos criados para defender a Democracia e organizava marchas cívicas; os fazendeiros do interior paulista, pernambucano e mineiro falavam em formar pequenos exércitos para garantir as suas propriedades, e os industriais diziam que era impossível manter o ritmo de produção. Denunciavam-se conspirações em todos os níveis. O País parecia estar irremediavelmente dividido. O comício de Goulart e Brizola¹, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, foi o estopim para dar início ao Golpe. Brizola e Goulart anunciavam reformas de base que punham em cheque a ordem vigente, a saber:

¹ Com a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart, então Vice-presidente, assume o poder. Diz-se que Brizola, cunhado de Goulart, exerceu grande influência política em seu período de mandato. Na época do Golpe, Brizola era Deputado Federal pela Guanabara.

a reforma agrária, a nacionalização das refinarias de petróleo e a proposta de um plebiscito para a convocação de uma nova Constituinte.

O movimento contra o Governo de Goulart ganhava corpo nos quartéis e era fomentado pelos discursos inflamados de alguns de seus ideólogos, como os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Adhemar de Barros, de São Paulo, severos críticos do "Estado Sindicalista", do "caos econômico-financeiro" e da "anarquia administrativa".

O plano do General Mourão, Comandante da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, incluía três operações: "Gaiola", prisão dos líderes sindicais comunistas; "Silêncio", controle das telecomunicações e ocupação das emissoras e "Popeye", tomada de surpresa do Quartel-General do Exército na Guanabara de madrugada e cerco ao Palácio das Laranjeiras, com a prisão do Presidente João Goulart.

Com a queda de João Goulart, a Presidência foi entregue interinamente ao Deputado Ranieri Mazzilli², então presidente da Câmara dos Deputados, sendo assumida, no dia seguinte do Golpe Militar, pelo Comando Supremo da Revolução, formado pelo Brigadeiro Correia de Melo, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo General Arthur da Costa e Silva. Somente no dia 15 de abril de 1964, o Brasil teve um novo Presidente, o General Castello Branco, eleito pelo Congresso no dia 11 do mesmo mês, por 361 votos contra três. O novo regime, sob o pretexto de proteger a Nação do espectro comunista, vasculhou o País à procura de corruptos e subversivos.

² O deputado Ranieri Mazzilli foi Presidente do Brasil em dois momentos. O primeiro, após a renúncia de Jânio Quadros e durante a ausência de Goulart. O segundo, por ocasião do Golpe político-militar com a deposição de João Goulart da Presidência da República.

A nova ordem intimidou a muitos, no entanto não conseguiu inibir a criação artística. Os focos de resistência ao regime militar foram representados por trabalhadores, estudantes, artistas e intelectuais. Os cartunistas e artistas ocuparam, então, um papel de destaque como força reacionária ao Governo militar.

Sabe-se que os anos de Ditadura Militar se revelaram como um período de grande fertilidade artística. Com o início da censura instaurada pelo regime militar, a classe artística volta-se para as grandes massas populares. A arte tem de ser então política e socialmente engajada, passando inevitavelmente por uma reflexão sobre a realidade brasileira. O teatro passou a explorar questões políticas. O cinema novo ganhou notoriedade com Glauber Rocha. Os festivais das canções ganharam popularidade e afirmaram-se como palco de contestação contra o regime autoritário. O humor político se firmou na revista *“Pif-Paf”*, que por pressões políticas e econômicas, teve seu fechamento ordenado em 1964. Na literatura, a sátira ganhou prestígio com a consagração de Sérgio Porto. Enfim, a arte, em um sopro de dinamismo à procura de novos caminhos, encontrou sua manifestação mais expressiva no campo político, podendo também ser interpretada como um discurso de sanção, pois tinha o protesto como um verdadeiro hino à liberdade.

Em Piracicaba 30 anos de humor, João Mafeis Neto diz que

(...) marcado pela crítica bem humorada, que persistia mesmo sob as ameaças e perseguições dos aparelhos montados para manter a nova ordem, como o SNI, DOI-Codi e CGI, órgãos de informação que, em nome do “combate aos comunistas”, infernizavam a vida dos que defendiam o retorno dos militares aos quartéis e, com ela, a volta do Estado de Direito. (Mafeis, 2003, p.18)

É nesse ambiente acalorado pelas paixões e crenças que as charges podem ser entendidas como uma verdadeira prova documental dos discursos de oposição ao sistema ditatorial: diz-se ditatorial por não admitir o diálogo. Houve uma forte tendência à massificação do pensamento. O indivíduo que criticasse a nova ordem era tido como subversivo. Pensar diferentemente significava ir contra a doutrina militar.

Após essa ambientação histórica, passa-se à análise das charges do período de Governo Militar.

O contexto político determina marcas bem definidas nesse gênero de discurso. Assim, percebe-se que valores ideológicos “em segredo” são revelados nas charges do período de ditadura militar, buscando driblar a forte censura do período. Na verdade, as charges do período de ditadura buscavam resgatar o princípio básico em que se fundamentava a democracia: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido” (artigo 1º da Constituição do Brasil).

A partir dessa máxima, alguns valores deveriam ser observados, e são esses valores em segredo que o chargista quer revelar em seu discurso: as eleições diretas, prevalecendo a vontade da maioria popular; a competição livre dos cidadãos nas eleições; a liberdade de expressão e a proteção contra a arbitrariedade de quem exerce o poder, submetendo os governantes aos rigores da lei.

Acima de tudo, o discurso da charge no período de Ditadura Militar pretende mostrar que o Golpe rompe com a legalidade democrática.

2.2 - As Charges durante o período de Governo Militar

Foram selecionadas quatro charges para constituir o *corpus* desse trabalho.

A primeira charge a ser analisada foi retirada, originalmente, da Revista *Pif-Paf*, de 27/07/1964, tendo Rud como autor. Vale lembrar, que se optou por analisar essa mesma charge retirada do site www.cliohistoria.hpg.ig.com.br dada a inclusão do título “A Revolução é e será” e a menção ao texto do AI-2. A Revista *Pif-Paf* foi considerada o marco da imprensa alternativa no Brasil, influenciando outros tablóides como *O Pasquim*. Millôr Fernandes, renomado escritor, tradutor, jornalista e cartunista brasileiro, foi o idealizador dessa Revista independente, que só alcançou oito edições, tendo sido lançada um mês após o Golpe Militar em 1964. Essa revista, além de ter modificado a história do jornalismo e do humor brasileiro, serviu como resistência ao arbítrio do regime policiaisco.

A segunda charge selecionada foi retirada do tablóide *O Pasquim*, de 20/01/1971, tendo como autor o cartunista Jaguar.

Sabe-se que *O Pasquim* foi o mais influente jornal de oposição ao regime militar no Brasil. O projeto foi encabeçado, em 1968, pelos jornalistas Tarso de Castro, Sérgio Porto e o cartunista Jaguar. A substituição do tablóide humorístico *A carapuça* deu origem ao *Pasquim*. Diz-se que a origem do nome da Revista foi inspirada em um monsenhor italiano, conhecido como Pasquino, que escrevia mexericos e notícias lidas em praça pública. Assim, por sugestão de Jaguar, batiza-se o tablóide com o nome de *O Pasquim*. A primeira edição do tablóide ocorre em 26 de junho de 1969. Gradativamente, com o aumento da repressão política e a promulgação do AI-5, o tablóide fica cada vez mais politizado. Seus jornalistas são alvos de constantes prisões. Sabe-se que a redação inteira do

jornal foi presa, em novembro de 1970, em função da publicação de uma sátira ao quadro de Dom Pedro I às margens do rio Ipiranga. Durante o período de encarceramento, o jornal continuou em circulação sob o comando de Millôr Fernandes, que conseguiu, na época, escapar à prisão. Vale lembrar, que durante a década de 80, tanto o jornal como as bancas que vendiam o tablóide foram alvos de vários atentados a bomba. Com o clima de terror instalado, muitos pontos de venda optaram por não mais repassar o jornal. Observa-se, assim, o prenúncio do fim da publicação, que teve seu término em novembro de 1991.

A terceira charge foi retirada do livro *Piracicaba 30 anos de humor*, publicado no ano de 2003. O Salão Internacional de Humor de Piracicaba teve início em 1974. Na primeira década de existência do salão, os temas recorrentes das charges eram as críticas ao regime de ditadura militar então vigente no País. A charge selecionada para a análise é a de Júlio César Cardoso Barros, vencedora do Prêmio Imprensa de 1978.

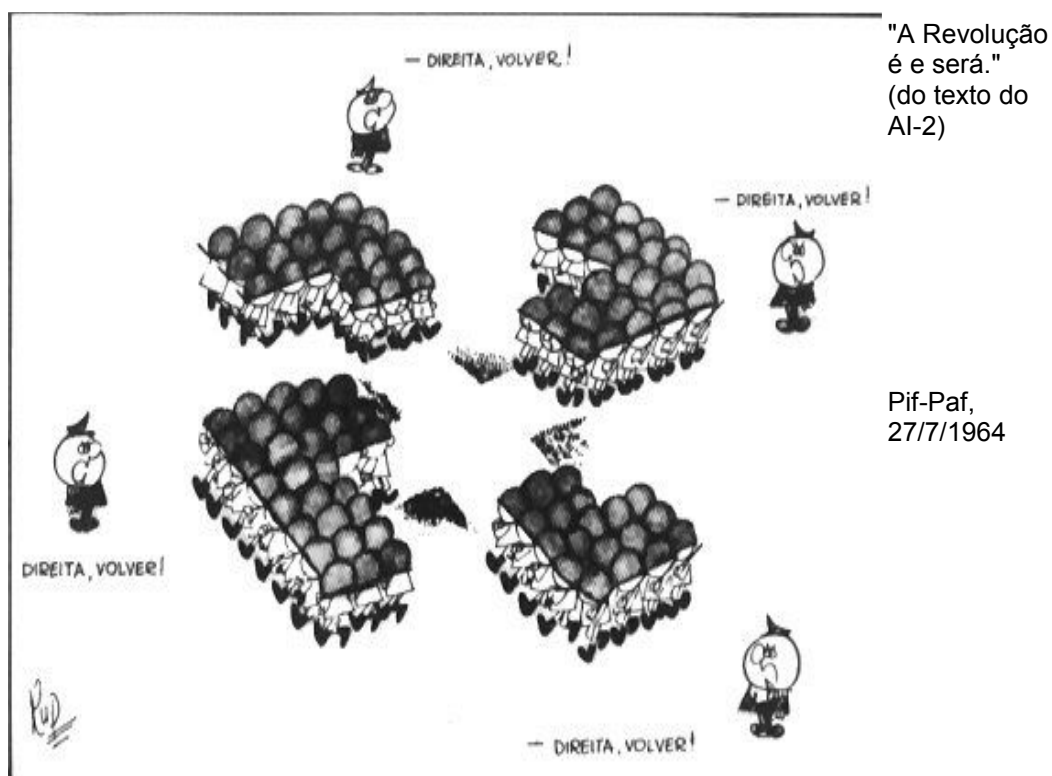
A quarta charge deste trabalho foi retirada do livro *Henfil do Brasil*, que ganhou merecida retrospectiva de sua obra em exposição também intitulada “Henfil do Brasil” em 2005. Henrique de Souza Filho, mais conhecido como Henfil, atuou no teatro, na televisão, no cinema e na literatura. Destacou-se por seu engajamento nos movimentos políticos e sociais do País durante os anos de Ditadura, pela volta da Democracia, pela anistia aos presos políticos e pelo movimento de “Diretas-já”. Começou a fazer charges políticas para o Diário de Minas em 1967. Colaborou com diversas revistas, como *Visão*, *Realidade*, *Placar* e o *Cruzeiro*. A partir de 1969, passou a trabalhar para *O Pasquim* e para o Jornal

do Brasil. Aos 43 anos de idade, Henfil morreu vítima da Aids, tendo contraído a doença por conta de uma transfusão sanguínea.

A seguir, serão examinadas, detalhadamente, cada uma das charges ora descritas, tomando por base, sobretudo, a teoria semiótica do discurso.

Capítulo III - A análise das charges

3.1 – Charge I: “A Revolução é e será”



A charge “A Revolução é e será” foi publicada, originalmente, na Revista *Pif-Paf*, de 27/07/1964. Rud foi o seu autor. Optou-se por analisar essa mesma charge retirada do site www.cliohistoria.hpg.ig.com.br dada a inclusão do título “A Revolução é e será” e a menção ao texto do AI-2, implementado somente em 27/10/1965, na medida em que tais inclusões propiciaram uma leitura diferenciada dessa charge.

3.1.1- Nível das estruturas narrativas

O nível narrativo corresponde à segunda etapa no percurso gerativo de sentido. Nessa etapa, percebe-se que a narratividade caracteriza-se por uma sucessão de mudanças, graças à ação de sujeitos. Há uma situação inicial, uma transformação e um estado final.

Segundo Barros (2003:16), *a narrativa deve ser pensada como um espetáculo que simula o fazer do homem que transforma o mundo.*

Pode-se definir a narrativa de duas maneiras. A primeira definição é entendida como uma mudança de estados, onde um sujeito transformará o seu mundo em busca de valores. Numa segunda definição, a narrativa também poderia ser entendida como o estabelecimento de contratos ou a ruptura dos mesmos. Assim, estabelece-se entre enunciador e enunciatário um contrato fiduciário. Sabe-se que o enunciador e o enunciatário irão interpretar as funções de destinador e destinatário do discurso. Segundo Barros (2003:62), “O enunciador define-se como o destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer”. Assim, pode-se dizer, que o destinador-manipulador impõe sua versão da história de um determinado acontecimento, ao enunciatário-destinatário. Em outras palavras, estabelece-se um contrato permeado por crenças, que fundam simulacros.

Para melhor entendimento do nível narrativo das charges, serão examinadas duas estruturas narrativas separadamente, a saber: a do texto da charge e a do texto do chargista. Parte-se do esquema narrativo canônico (encadeamento lógico dos percursos narrativos de manipulação, de ação e de sanção), que permite o exame da estruturação da narrativa.

Texto da Charge

A charge “A Revolução é e será.” retrata a história de um sujeito (“a tropa”) manipulado por um outro (“os oficiais graduados”). A tropa é manipulada por intimidação pela rígida estrutura hierárquica, pelo dever de obediência e de fidelidade à instituição militar (código de honra e conduta) – e por sedução – para livrar o País das “garras” do Comunismo e da corrupção, a fim de a Revolução ser bem-sucedida. Vale lembrar, que essa última colocação não está explícita no texto da charge em análise, mas pode ser inferida da leitura da mesma, e sobretudo pela recuperação do contexto político brasileiro desse período. O sujeito “tropa” cumpre o acordo de participar da Revolução, defendendo o País, pondo em risco a sua própria vida, pois acredita nos valores que lhe são ofertados e não oferece maior resistência à ordem vigente. Ao militar cabe obedecer. A voz de comando militar, por sua vez, não possibilita o livre posicionamento do sujeito “tropa”. Há uma hierarquia maior que deve ser mantida a qualquer custo. Não há questionamento por parte da tropa. Assim, parte-se da premissa de obediência e da subordinação para manter o golpe e o poder nas mãos do Governo Militar - “A Revolução **é** e **será**” informa que a revolução é uma realidade e veio para ficar. Em outras palavras, é uma narrativa que conserva os valores do sujeito “tropa”, pois esse continua cumprindo as ordens de comando sem pensar. Esse sujeito aceita a manipulação sem vacilar. Assim, a Revolução estabelece uma relação contratual entre destinador e destinatário.

Cabe refletir que o indivíduo subjugado é incapaz de interferir criticamente no mundo, pois sua compreensão de mundo é ingênua, parcial e fechada. Vale

ainda lembrar que, em uma leitura mais rasa, essa charge apenas retrata uma manobra militar, ou seja, a tropa sob o comando de quatro oficiais movendo-se para a direita. Trata-se, portanto, de uma manobra ideológica. A tropa adere e apóia o Golpe sem questionar. Em uma segunda leitura, observa-se, a adesão e o apoio irrestrito da tropa ao Golpe.

Na fase da manipulação, o sujeito (Oficial Graduado) conduz o sujeito (Tropa/Soldado) a querer e a dever participar da Revolução. Certamente, há diversas formas de exercer a manipulação, mas, neste caso específico, percebem-se as estratégias de intimidação e de sedução. Na intimidação, o manipulador conduz a tropa a fazer algo por meio do simples comando. Sabe-se que a não-adesão da tropa aos propósitos da Revolução seria considerada um ato de traição, levando à prisão os insubordinados. Na sedução, o manipulador constrói uma imagem positiva da competência do outro: um soldado fiel à Instituição honra seus princípios e condutas e haverá de se juntar à causa. Pode-se dizer que é ritualística a aceitação desse valor. A tropa está em forma diante de seu superior e acata seus comandos. Encontra-se uniformizada, armada e o fuzil está em posição de “ombro-arma”.

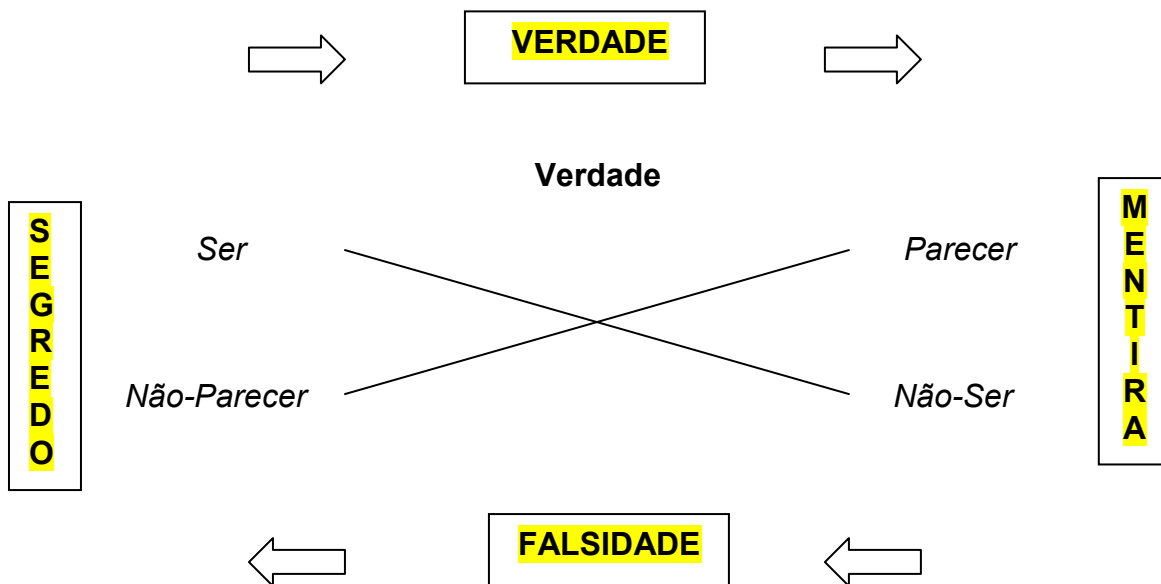
Segundo Barros (2003:25), *“A competência é o programa de doação de valores modais ao sujeito de estado, que se torna, com essa aquisição, capacitado para agir”*. No caso em foco, a tropa recebe os valores modais do sujeito do fazer (Oficiais graduados) que, assim, passa a **querer** e a **saber** fazer a Revolução; quer livrar o País do Comunismo havido como ameaçador e é dotada dos meios para a luta. Na charge, a tropa encontra-se armada, ou seja, tem meios para oferecer resistência àqueles que não cumram o contrato (manter o sucesso da

Revolução). Em um primeiro momento, o oficial quer simplesmente “domesticar” a tropa. No entanto, numa fase posterior, pode-se ampliar a leitura para a transformação da população numa tropa de soldados, o que sugere a “domesticação” da população aos propósitos da Revolução. Garantir o sucesso da Revolução é a performance almejada pelos militares.

A doação da competência modal constitui a manipulação mencionada. O destinador-manipulador doa ao destinatário-sujeito os valores modais do *querer-fazer*, do *dever-fazer*, do *saber-fazer* e do *poder-fazer*. Em outras palavras, é oferecido um contrato ao destinatário (“tropa”), no qual o fazer-persuasivo do destinador-manipulador (“oficiais graduados”) tem como resposta um fazer interpretativo do destinatário, que se irá traduzir na aceitação ou na recusa do contrato. No caso específico da charge em foco, há uma aceitação desse contrato por parte da tropa, pois ela obedece ao comando.

Após analisar os percursos do sujeito e do destinador-manipulador, será examinada a trajetória do destinador-julgador, que responde pela sanção do sujeito. Aqui se tem o reconhecimento do sujeito que operou a transformação. Diz-se que, nessa fase, se evidenciam os castigos e os prêmios. Trata-se da última fase da organização narrativa, a da sanção. A sanção pode ser cognitiva (interpretação) e pragmática (retribuição).

Na interpretação, o destinador julga o sujeito pondo em uso uma modalidade veridictória.



Nesta etapa, veridictória, o Destinatário julga, com base em valores e crenças que ele cultiva, se o Destinator é falso (ou seja, o que não parece e não é), verdadeiro (o que parece e é), mentiroso (o que parece mas não é) ou secreto (o que não parece, mas é). Em outras palavras, a tropa julga se o destinador é confiável, se o valor que está sendo ofertado pelos oficiais graduados é correto ou não. Como ela acredita que sim, a manipulação funciona (faz-creer). Assim, pode-se concluir que a interpretação faz-se em nome de uma ideologia, porquanto ela reafirma os valores de um dado grupo.

Em *Linguagem e Ideologia*, Fiorin (2005:31) afirma que a ideologia, como visão de mundo, depende da posição ocupada pelo indivíduo na sociedade. Quanto mais estratificada for essa sociedade, maior será o número de pontos de vista ideologizados sobre a sociedade que o acolhe. “A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante.”, diz o autor.

A ideologia, ainda segundo o autor, pode ser constituída a partir de diferentes esferas, a saber: jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas e, sobretudo, econômicas, uma vez que numa sociedade estratificada, a ideologia dominante é a da classe detentora do poder. Vale lembrar que essa classe dominante (militares) também veicula um discurso dominante, assim como a classe dominada exerce seu próprio discurso. Pode-se, então, dizer que o discurso dominante do período de 1964 era o discurso “a favor da Revolução”.

Na retribuição, se o sujeito for julgado positivamente, haverá uma recompensa; se julgado negativamente, sofrerá uma punição. Na charge analisada, a sanção não aparece na narrativa. Só se observa a fase da manipulação e da ação.

Estão claros, nessa narrativa, os valores que a organizam e que permitem manter a estrutura de poder de 64.

O quadro descrito a seguir mostra, de forma esquemática, o recurso utilizado pelo destinador (oficial graduado) para estabelecer um contrato de confiança e persuadir o destinatário (tropa) a aceitar o acordo.

Quadro I

Percurso do destinador-manipulador	Percurso do Sujeito (destinatário)	Percurso do Destinador-julgador
É estabelecido um contrato entre os oficiais e a tropa, para que cada um cumpra, em nome da hierarquia e do respeito à instituição militar, suas obrigações.	A tropa tem a competência para fazer a Revolução (é levada a fazer e sabe e pode fazer), dando a impressão de bom cumprimento do contrato. A tropa aceita o contrato.	Está pressuposto que o sujeito “tropa” é um bom cumpridor de seu contrato e, por isso, será sancionado positivamente, pois está em conjunção com os valores ideológicos da Revolução. Na charge em análise, a sanção positiva não está explicitada.

Narrativa do Chargista

Reler a narrativa sob a perspectiva do chargista dá uma nova dimensão à análise. Aqui, o enunciado instala no texto um narrador (chargista) que tenta persuadir um narratário (leitor) de certos valores. O chargista procurará mostrar que o regime militar oprime, conduz à massificação do pensamento, bem como não permite o livre arbítrio do indivíduo. Em outras palavras, ele irá reler a ordem militar ao apresentar a charge comparando-a aos horrores do Nazismo de Hitler através da sugestão da suástica alemã. A Revolução de 64 não tem ligação direta com a propaganda do Partido Nacional-Socialista. A formação da suástica faz parte da comunicação do chargista, não permeando, portanto, a história da tropa. É o chargista que faz o paralelo entre o Golpe Militar e o Nazismo, na marcha inexorável para o triunfo, um futuro a ser conquistado pela confiança no *Führer* e, no caso, um futuro a ser conquistado pela confiança no Presidente, General Castello Branco. A aproximação entre a suástica e o Golpe Militar leva ainda à recuperação da tortura e da morte imposta aos prisioneiros nos campos de concentração.

A narrativa do chargista retrata a história de um sujeito que critica o regime Ditatorial instalado no País, a partir da Revolução de 64. O sujeito chargista, através de sua ironia e humor refinado, pretende chamar a atenção de que um valor fundamental do cidadão brasileiro está cerceado – a liberdade. Para tanto, o chargista compara a Revolução à propaganda nazista, havida como disfórica. É importante ressaltar que, numa segunda leitura dessa charge, o chargista poderia estar insinuando que a população, tal qual a tropa, corre o risco de ficar massificada, sem visão crítica, apenas seguindo comandos. Volver para a direita

também significa aderir a uma posição política conservadora. O partido de direita tende a adotar uma linha menos progressista; além do mais, a direita representa a situação.

Percebe-se, assim, que a narrativa sofre um desdobramento polêmico, e o chargista passa a representar a voz silenciada de uma parcela da sociedade que se opunha ao regime militar. Assim, pode-se dizer, que o fazer do cartunista é o meio utilizado para resistir ao sistema ditatorial e, ao fazer isso, ele interfere na sua realidade, passando à condição de sujeito construtor de seu próprio mundo. A charge é dessa forma um discurso de sanção, pois ela questiona e critica a sociedade, e de ação política transformadora.

É claro que, nesse jogo de poder, torna-se inevitável o confronto entre esses dois sujeitos (Militar vs. Chargista).

Na charge em análise, não há uma sanção (punição) do chargista. Sabe-se que muitos artistas e intelectuais da época foram presos, exilados ou torturados durante o período de Ditadura; configurando assim um posicionamento ideológico distinto daquele vigente no Governo. Como curiosidade, vale lembrar que a publicação da charge em análise ocorre na Revista de número 6, de 27 de julho de 1964. A suspensão da circulação da revista data de 27 de agosto de 1964 (Revista de número 8).

O quadro descrito a seguir mostra, de forma esquemática, o recurso utilizado pelo narrador (chargista) para persuadir seu narratário (leitor) a ver criticamente os males que o Regime Ditatorial pode infringir à Nação.

Quadro II

Percurso do destinador-manipulador	Percurso do Sujeito (destinatário)	Percurso do Destinator-julgador
O narrador (chargista) critica o regime autoritário, relendo a ordem militar e comparando-a aos horrores do Nazismo.	O destinatário (a população/leitor) irá refletir sobre os valores que estão sendo oferecidos pela Ditadura através da crítica elaborada pelo chargista.	Não ocorre a sanção do chargista.

Segundo Freire, uma questão que não deve ser descartada é que existem *"relações assimétricas de poder"* (1990:101), e a tendência natural de quem está no poder é a perspectiva opressora visando à manutenção de um *status quo* que privilegia a classe dominante. No caso específico dessa charge, a classe dominante está representada pelos militares, e a manutenção da ordem social é a máxima a ser cultuada pela Revolução.

Desvendar a produção de sentido dessa charge passa, obviamente, pela aceitação de que existe uma dualidade na estrutura de poder: de um lado, o extremismo hierárquico representado pelos militares vistos como conservadores, e de outro, o chargista tradicionalmente liberal, que anseia por mudanças e a volta do Estado de direito (retorno à Democracia). Além disso, a Revolução envolve valores específicos para diferentes sujeitos, como a manutenção da ordem, o restabelecimento da Democracia e a luta contra o Comunismo.

3.1.2- Nível das estruturas discursivas

Antes de discorrer sobre o nível das estruturas discursivas, fazem-se pertinentes alguns comentários sobre enunciado e enunciação. Tem-se que enunciado é o objeto textual resultante da enunciação. Por outro lado, a enunciação é a instância pressuposta no enunciado. A enunciação é mediadora entre o discurso e o contexto sócio-histórico, deixando-se também apreender graças às relações intertextuais.

Segundo Fiorin, em *Enunciação e meios de comunicação de massa*, diz-se que

(...) a enunciação é uma instância pressuposta no enunciado, pensa-se em seus actantes, o enunciador e enunciatário. No entanto, como mostra Greimas, esses actantes são concretizados como atores da enunciação, um dado autor e um dado leitor. Autor e leitor, porém, não são pessoas do mundo, mas entidades semióticas, imagens construídas pelo discurso, simulacros do autor e do leitor criados pelo texto. São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes. (...) para compreender sua eficácia é preciso apreender as imagens do enunciador e do enunciatário criadas discursivamente.

(FIORIN, resumo capturado da internet em 28/12/2006, www.fflch.usp.br/dl/semiotica/fiorinfaps.htm)

Na charge ora em análise, tem-se que o enunciador (chargista) manipula o enunciatário-leitor, para, sem dizer, dizer: afirma a Revolução no enunciado, “A Revolução é e será”; mas a nega na enunciação. Pela análise do não-verbal percebe-se que não houve revolução alguma. Na imagem só se encontram soldados, não há a imagem do povo. Só se evidenciam o batalhão e o comando. O povo é o vazio, o nada; manifesta-se, ou melhor, é impedido de se manifestar em um regime de Ditadura. É exatamente isso que o chargista, ironicamente, quer mostrar: o povo é a voz silenciada, censurada, impedida de exercer sua cidadania.

Em seguida, procurar-se-á analisar como ocorre a passagem do nível narrativo para o discursivo, no qual acontecem os maiores investimentos semânticos. Conforme afirma Barros (2003:53),

As estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação. O enunciador faz uma série de escolhas, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e conta ou passa a narrativa, enriquecendo-a e transformando-a em discurso.

O nível discursivo está mais próximo da manifestação textual, o que lhe confere maior concretude.

Ao se produzir um texto, constrói-se também uma instância de enunciação. Na charge em causa, a imagem da tropa, sob o comando de oficiais, reforça a identidade de marca da Revolução, que pretende restabelecer a ordem, o simulacro da Revolução como enunciador competente para exercer a função de dominação. Ler essa charge é sentir, ouvir e ver a onipotência de quem exerce o poder autorizado pela força. Assim, ao se analisar o discurso dessa charge, procurar-se-á examinar as condições de produção desse texto e quais foram os meios utilizados pelo enunciador para convencer o enunciatário da veracidade de seu discurso. Segundo Barros (2003:55) *“Há dois efeitos básicos produzidos pelo discurso com a finalidade de convencerem de sua verdade, são o de proximidade ou distanciamento da enunciação e o de realidade ou referente”*.

As charges, de um modo geral, expõem aquilo que o enunciador elege como significativo. Cabe ao enunciatário aceitar, ou não, essa verdade construída pelo chargista. Portanto, o chargista funciona como um sujeito construtor de um discurso. Esse discurso, por sua vez, é objeto de uma análise sincrética. A

enunciação deve ser apreendida pela soma dos efeitos gerais do texto (verbal) e da imagem (não-verbal), formando um todo de sentido.

O efeito de proximidade ou distanciamento da enunciação é, em geral, produzido pela escolha das pessoas, dos tempos e dos espaços do discurso, o de realidade ou referente, pela figurativização icônica desses tempos, espaços e pessoas. Assim, serão feitas algumas considerações sobre o tempo, o espaço e a pessoa utilizados nessa charge, que conduzirão ao reconhecimento dessas “âncoras” como estratégia de veracidade do discurso.

Como já foi mencionado, o título da charge “A Revolução é e **será**” informa que a revolução é uma realidade e veio para ficar. O uso de presente e do futuro do presente do Indicativo do verbo “ser” confirma a leitura proposta na medida em que esses tempos verbais se encontram explícitos na charge. Não há uma utilização desse verbo no passado (foi); em outras palavras, corta-se a história, rompendo-se o elo entre presente, passado e futuro. Essa ruptura é intencional e direcionada ideologicamente. Nega-se o passado para afirmar os valores da Ditadura. A charge faz uso da desembreagem enunciativa de tempo e espaço para persuadir o enunciatário, promovendo um efeito de proximidade da enunciação (subjetividade). O tempo e o espaço são concomitantes com o “agora” e o “aqui”, pois deseja-se a Revolução nesse momento. A cena é contada através das frases “Direita, volver!”, “A Revolução é e será” e da imagem da tropa marchando para a formação da suástica. Admitir a existência do passado (antes) significa afirmar o valor liberdade.

Outra possibilidade de leitura diz respeito à utilização do verbo ser como intransitivo: “A Revolução é”. Nada mais precisa ser dito, a revolução é um fato, é

arbitrária e representa o poder militar institucionalizado. Quanto ao uso do restante do discurso: “(...) e será”, pode ser interpretado como um predicativo da Revolução, que veio para se perpetuar, porquanto é dotada de atributos enaltecidos pela situação (nação sob o comando da força militar).

Na charge em análise observa-se o uso do comando “*Direita, volver*”. Em primeiro lugar, deve-se salientar o uso do travessão, que caracteriza o discurso direto, dando uma aparente atmosfera de diálogo. Diz-se “ilusão de diálogo”, uma vez que não há resposta da tropa. A tropa só obedece ao comando imperativo dado por seu superior. É unilateral o discurso. Os diálogos internos também produzem a ilusão de realidade.

Verifica-se a marca da 3ª pessoa do singular no texto “A Revolução é e será.” O uso da 3ª pessoa cria um efeito de objetividade, conferindo um distanciamento da enunciação, é o que se denomina *desembreagem enunciva*. Além de produzir uma idéia de distanciamento, cria também o de que o enunciador não “assume a responsabilidade” do que é dito, já que transmite a opinião do outro. O uso das aspas assegura que a escolha dessas palavras não foi feita pela Revista *Pif-Paf*, e sim pelo texto do AI-2, que institucionalizou a prática ditatorial no Governo Militar. O texto integral do AI-2 está anexado a esta dissertação, juntamente com os resumos dos outros atos institucionais do período.

3.1.3- Tematização

Tematizar um discurso significa capturar seus valores abstratos e reorganizá-los na forma de um percurso. Sabe-se que os valores no discurso são

disseminados no texto como um todo, formando uma linha de sentido, conferindo-lhe coerência. Assim, faz-se necessário determinar os traços que se repetem na charge e a tornam coerente. A charge, em geral, rompe, em algum momento, com essa concordância semântica, uma vez que está revestida de humor e de ironia, abrindo a possibilidade a outras leituras.

A recorrência de traços semânticos permite organizar a leitura de um grande tema, a saber: a Ditadura, entendida como a massificação do pensamento, a opressão, a falta de liberdade, a tortura, a desumanização e a morte. São subtemas do tema Ditadura, que se opõe ao tema da ordem e da organização militar.

O próprio uso da palavra direita pressupõe uma analogia com a política conservadora e repressora imposta pelo regime ditatorial.

Há no texto marcas que possibilitam a leitura dos diferentes subtemas como é o caso dos da desumanização, da massificação do pensamento e da falta de liberdade. Em um primeiro momento identifica-se uma simples manobra do exército, que se movimenta para a direita seguindo a ordem de seu comandante e, em um segundo momento, observa-se um País inteiro sendo condicionado, massificado a pensar da mesma forma, pela instalação de um modelo autoritário de Governo. É viável admitir-se que a tropa aceite esse condicionamento, pois foi moldada para essa função e faz parte de seu código de conduta acatar as ordens superiores. No entanto, a população não foi treinada para isso e acredita que o exercício de sua cidadania passa pela livre exposição das suas idéias. A população quer escolher em que direção seguir, ou seja, se deseja ir para esquerda ou direita, para frente ou para trás.

Os subtemas da opressão, da tortura, da repressão, e da morte aparecem sobretudo com a figura da suástica e estão relacionados aos horrores que o nazismo provocou através da tortura e da morte impostas aos judeus. Assim, lê-se a suástica como os possíveis horrores causados pela ditadura aos cidadãos brasileiros, que foram cruelmente torturados e mortos durante os “anos de chumbo”.

Assim, pode-se afirmar, que a recorrência do tema da Ditadura, através dos subtemas da massificação do pensamento, da desumanização, da opressão, da falta de liberdade, da tortura, da repressão e da morte garantem a coerência dos discursos da charge. Essa, releitura, rompe com a ordem e a organização decorrente da manobra militar.

3.1.4- Figurativização

Aqui, faz-se necessário um exame detalhado do uso da imagem, pois é no visual sobretudo que os temas são figurativizados no texto. Na charge “A Revolução é e será”, o aspecto visual sustenta e concretiza o percurso temático. A figurativização dá uma outra dimensão à análise, conferindo-lhe traços de revestimento sensorial.

O uso do quepe reforça a estrutura organizacional militar e revela quem está no comando. A essa identificação, soma-se o fato de que somente os comandantes possuem feições. As fisionomias dos soldados são idênticas. Não há expressão de distensão nas feições dos oficiais em comando - ao contrário, a contração facial representada no traçado do personagem sugere impaciência,

rigidez, firmeza, autoridade e autoritarismo, traços marcantes daquele momento histórico. Em outras palavras, ao se exagerarem em alguns traços físicos do comandante e da tropa, acentuados pela diferença de estatura, pelo uso de uniformes e pela voz de comando, estabelece-se uma trajetória de desumanização da Nação. O desumano age sem sentir, responde mecanicamente, comportando uma atitude extremamente rígida, tal qual a tropa. Há um efeito de robotização das ações. Pode-se ainda dizer, que os traços caricaturais dessa charge evidenciam as personalidades que estão no poder.

A imagem da tropa marchando em uma só direção representa uma manobra militar, que pode ser percebida pelo posicionamento ordenado dos oficiais subalternos (alinhados), pela marcha cadenciada e pela pronta resposta ao comando “Direita, volver!”.

A figura da suástica ocupa pelo menos 50% do espaço dessa charge e impõe-se como marca da Revolução. O logo da suástica sugere a opressão, a tortura, a repressão, a morte no regime ditatorial.

Conclui-se, que as figuras desempenham um papel fundamental no fazer persuasivo. Elas concretizam os percursos narrativos e os percursos temáticos.

3.1.5- Nível das estruturas fundamentais

O nível fundamental corresponde à primeira etapa do percurso gerativo de sentido. Trata-se da relação mais abstrata e simples que sustenta o plano de conteúdo. Na charge em análise percebe-se uma oposição semântica fundamental entre *opressão vs. liberdade*, a partir da qual a charge constrói seu plano de

conteúdo, ou como *Ditadura vs. Democracia*. A opressão é mostrada negativamente, associada a uma perda de autonomia do cidadão e à total submissão ao poder militar. A liberdade é mostrada positivamente, ligada à manutenção de uma ordem vantajosa e constitui a resistência ao autoritarismo que reveste a prática dos militares no poder. Em outras palavras, a opressão é havida como disfórica, e a liberdade, como eufórica. A charge retrata um percurso de significação que vai da liberdade à opressão. A liberdade, momento subsequente, ainda não ocorreu e, nesse momento, não se sabe quando ocorrerá. É justamente na possibilidade de a liberdade não se tornar real em que se baseia a tensão da charge.

Percebe-se que aquilo que é tido como eufórico no nível fundamental, no caso a liberdade, será transformado em valor no nível narrativo, traduzindo-se em objeto de valor, e em tema, no nível discursivo.

3.1.6- Plano da Expressão

Aqui, serão destacadas as relações semi-simbólicas que se estabelecem entre os planos de conteúdo e da expressão, atribuindo novos sentidos a charge. A primeira consideração a ser feita é o fato de a charge ser um objeto sincrético de estudo, pois é um texto verbal e visual que deve ser analisado como um todo de sentido.

Imageticamente, observa-se a diferença na estrutura física entre o comandante e o comandado. A figura **maior** corresponde a de um oficial mais graduado, e a **menor** a de um oficial subalterno. Os actantes dessa charge

reproduzem posições hierárquicas, textualizados em uma relação verticalizada, do topo para a base, da superioridade para a inferioridade hierárquica.

Percebe-se que há uma contraposição entre **unidades retangulares** (o logo da suástica, o título da charge e as outras linhas explicativas) vs. **unidades circulares** (as cabeças, com formatos circulares, estão no meio do caminho). A crítica mais sutil é representada pela figura circular da “cabeça”, uma vez que a mente deveria escolher em que direção ideológica seguir, mas a tropa não escolhe, apenas obedece. O humor reside no fato da mente de a tropa ser estereotipada como quadrada e não redonda. A mente quadrada é obtusa, fechada e, portanto, não lida bem com mudanças.

Tem-se a oposição estabelecida no jogo entre cores **branco** vs. **preto**, de claro vs. escuro, de monocromatismo vs. policromatismo. Tais oposições constroem os efeitos de volume e contraste dos formantes figurativos dessa charge. O fundo branco valoriza ao máximo o logo da suástica. Esse contorno da cruz suástica produz o efeito de realidade negativa da Revolução. Assim, pode-se concluir que o uso do contraste serviu para aguçar o significado da charge, estimulando a atenção do leitor.

O ritmo da charge é dado pela sugestão de cadência da marcha da tropa. Pode-se inclusive “ouvir” a marcha. Há um alvo a ser alcançado. Essa cadência é reforçada pelo dizer “A Revolução é e será.” É uma construção constante e contínua que só pode ser bem apreendida por análise intertextual que trabalhe sua reiteração com a História do País. A prova disso é que o Governo Militar se instalou na Nação por um período de mais de 20 anos: somente, em 1985, Tancredo Neves é eleito o primeiro Presidente civil pelo voto indireto.

Outro aspecto relevante diz respeito ao uso do léxico de acordo com a doutrina dominante. Um exame cuidadoso do aspecto lingüístico dessa charge mostra uma posição de não-comprometimento ideológico no uso dos recursos verbais. Nada do que foi manifestado textualmente está em desacordo com o regime militar (“Direita, volver!” e “A Revolução é e será”). Por outro lado, é na imagem que se encontra a marca do que poderia ser censurado no regime de Ditadura. A opção por esse artifício justifica-se pelo efeito de ambigüidade que o texto visual pode provocar, significando menor comprometimento.

Percebe-se ainda que a distorção caricatural da imagem (a recorrência ao exagero) utilizada no plano da expressão, funciona como estratégia de persuasão do chargista. Ao fazer isso, o chargista estabelece relações semi-simbólicas e atribui um sentido inovador e não-convencional à charge.

Na soma de todos esses efeitos, a charge parece convidar o leitor a aproximar-se dela. Se os fatos fossem analisados isoladamente, seriam enunciados sem marcas da enunciação. Percebe-se então o texto da charge como um todo de sentido - com efeitos de ambigüidade, subjetividade e objetividade simultaneamente, elaborados a partir de um recorte particular da realidade.

3.1.7- O diálogo com outros textos

A charge “A Revolução é e será” dialoga com outros discursos, a saber: o discurso do AI-2, o discurso do Nazismo e o discurso militar.

A menção ao Ato Institucional Número Dois logo abaixo do texto “A Revolução é e será” confirma a existência desse diálogo. Sabe-se que o AI-2 foi

implementado, em 27 de outubro de 1965, pelo presidente Castello Branco. Justifica-se a adoção desse ato pela incompatibilidade da Constituição de 1946 com o regime militar então em vigor.

Em linhas gerais, o AI-2 aumenta do poder executivo, igualando a Justiça Militar à Justiça Civil. Assim, em nome da justiça revolucionária, aqueles que ousassem infligir o poder militar poderiam ser presos, processados e impossibilitados eleitoralmente, sendo enquadrados nos crimes contra a segurança nacional. Dá-se também a extinção do pluripartidarismo, passando a existir apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que representava o partido situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava a oposição ao partido do Governo. O voto indireto é institucionalizado, garantindo a manutenção de uma linha conservadora no poder. O Presidente da República poderia ainda decretar o Estado de sítio por 180 dias, sem consultar o Congresso previamente.

O AI-2 vigorou até 15 de março de 1967, sendo substituído pela nova Lei de Segurança Nacional e pela Constituição de 1967, posteriormente revogada pelo AI-5.

O texto abaixo confirma a existência do diálogo entre essa charge e o texto do AI-2:

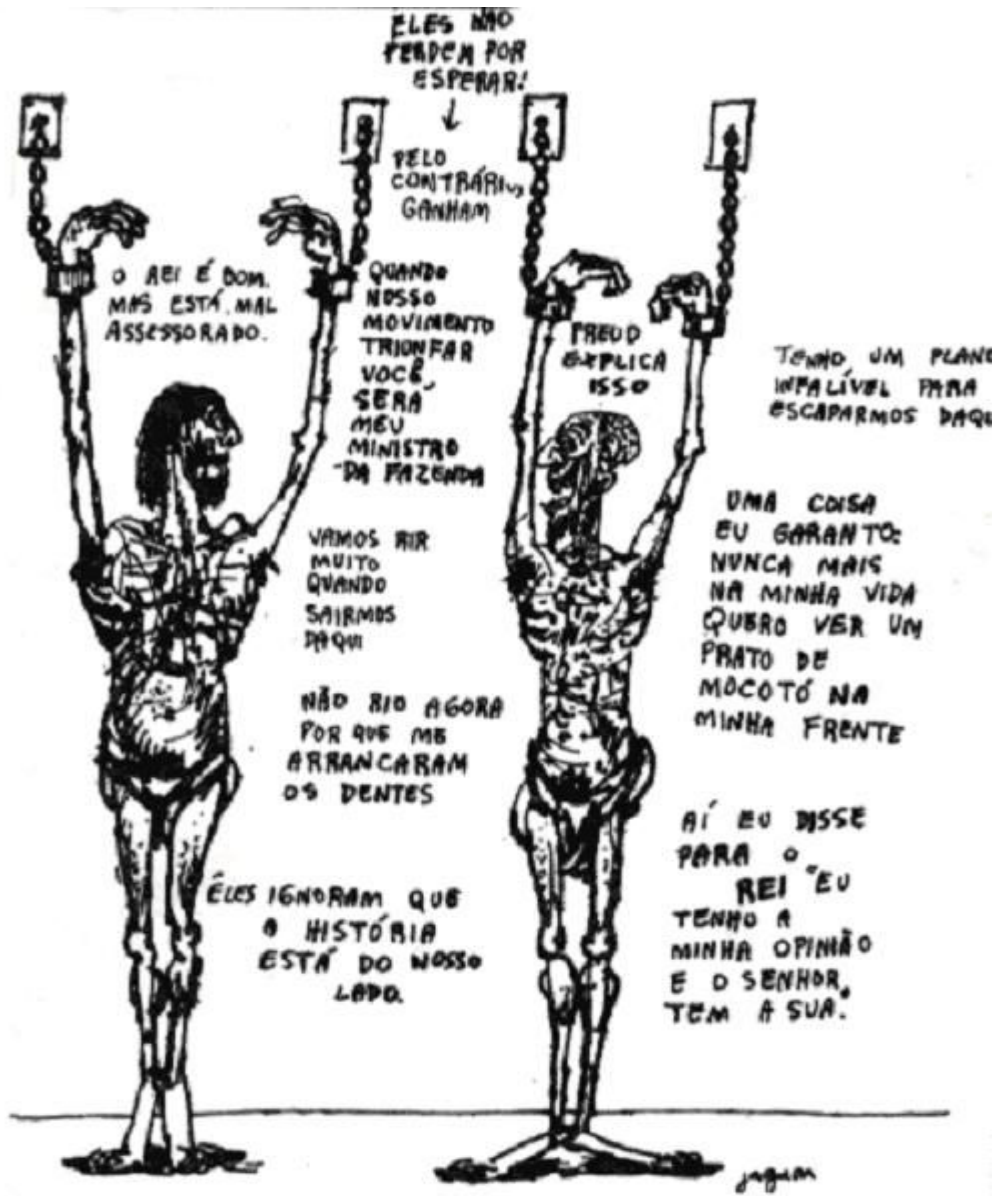
A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e uni Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão. (...) Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. (...) A revolução está viva e não retrocede.
(Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República. H. CASTELLO BRANCO)

É nesse ambiente acalorado de fortes mudanças políticas e de arbitrariedades em que se deve inserir a charge *A Revolução é e será*. A omissão dessa conjuntura inviabiliza o entendimento de ruptura da Democracia. Percebe-se que esse discurso ganha, gradativamente, maior profundidade com o cruzamento de textos, materializando e pluralizando a construção de sentido dessa charge.

É importante ressaltar que, no momento em que se lê, conjuntamente, o verbal e o não-verbal algumas considerações merecem ser feitas. O estabelecimento do diálogo dessa charge com o discurso do Nazismo dá-se pelo uso da suástica, porquanto se faz a leitura da construção de uma catástrofe. A Alemanha retratada na segunda Guerra Mundial não suscita comemorações, muito ao contrário, continua, nos dias de hoje, sendo fonte de grande pesar. O Golpe Militar de 64 foi marcado por cassações em massa e prisões. As torturas impostas aos militantes políticos foram bastante severas, daí a analogia que o chargista fez com o discurso Nazista. Por outro lado, assim como o Nazismo pretendia unificar a Alemanha, a Revolução também pretendia *restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional*.

Por fim, o último diálogo que se estabelece é com o discurso militar. O uso da ordem unida “Direita, volver!”, os uniformes, a marcha, a formação da tropa, enfim, todos esses detalhes contribuem para a recuperação do discurso militar, situando essa charge como parte da reconstituição da História brasileira.

3.2- Charge II: "A tortura"



A charge "A tortura" foi retirada do tablóide *O Pasquim* de 20 de janeiro de 1971.

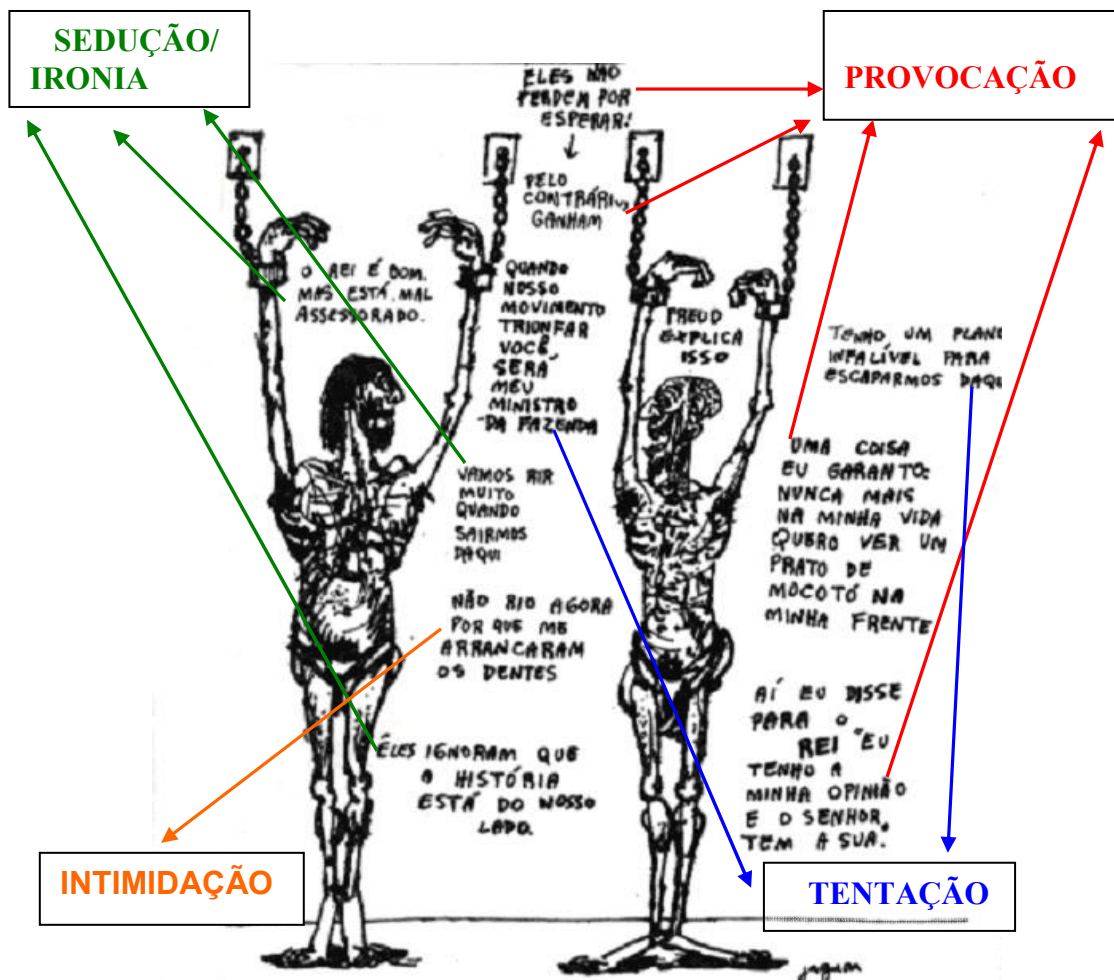
O final da década de sessenta e início dos anos setenta revela um cenário político brasileiro bastante conturbado. Por um lado o presidente Médici desfruta de grande popularidade, pois seu governo mostra resultados econômicos positivos (período conhecido como o do “Milagre Brasileiro”), o Brasil conquista o tricampeonato da Copa do Mundo e, em seu discurso, o presidente “parece ser” aberto à existência de opositores políticos ao Governo.

Como curiosidade, vale dizer que, à época, o cargo de Ministro de Fazenda era ocupado por Delfim Neto, e a Nação caminhava sob o ritmo dos slogans nacionalistas lançados pelo Governo: “Ninguém segura este País”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

No campo cultural, com as fortes medidas de censura, diz-se que o AI-5 paralisou as artes em geral: cinema, música e teatro. Alguns chegam a dizer que o Brasil vivenciou um período de grande vazio cultural. A polêmica de que não houve produção cultural vai por terra, quando se percebe, na verdade, que os censores do Governo engavetavam tudo o que tinha sido produzido no período. Além disso, sabe-se que muitos artistas conseguiram driblar com maestria a política de censura oficial.

Acrescenta-se ainda que esse período foi marcado por cassações em massa, rígido controle dos movimentos estudantis e operários, instituição da pena de morte e prisão perpétua para os crimes políticos. Dessa forma, como reação ao recrudescimento da censura, inaugura-se, no País, a prática de seqüestros por parte dos guerrilheiros urbanos, que se opunham ao Governo. O entendimento desse cenário é de fundamental importância para a compreensão dos valores apregoados nesta charge.

Segue abaixo, a charge “A tortura” com o respectivo esquema de manipulação.



O Pasquim, período de 14 a 20/01/1971

3.2.1- Nível das estruturas narrativas

A charge “A tortura” retrata a história de dois sujeitos que desejam continuar acreditando nos valores da militância. Esses sujeitos são intimidados, através da tortura, a deixar de acreditar no ideal de busca da liberdade. O sistema é representado pelo Rei (Médici) e seus assessores. Em outras palavras, os dois companheiros de luta não aceitam o acordo estabelecido pelo regime militar, uma

vez que se mantêm fiéis à luta e ao discurso revolucionário. E assim, ao romperem o contrato com o regime, são sancionados negativamente (torturados).

Para facilitar o entendimento desta charge, serão analisadas, separadamente, as duas narrativas. A narrativa da charge e a narrativa do chargista.

Em um primeiro momento, tomando por base a narrativa da charge, observa-se que a manipulação é exercida por tentação, sedução e provocação. Na verdade o destinador I e o destinador II precisam fortificar a crença nos valores da guerrilha (precisam continuar acreditando). A sedução ocorre pela tentativa de convencimento. Há quase um desejo romântico de manutenção dos ideais da revolução. Morrer pela causa parece aproximar o ideal dos militantes do olhar romântico sobre o mundo.

A tentação é facilmente percebida quando um dos destinadores diz ao outro: “Quando nosso movimento triunfar, você será meu ministro da fazenda”. Em outras palavras, o destinador I oferece valores ao destinador II (um cargo de prestígio, que significa também **poder**; e reconhecimento à **lealdade** do companheiro que participou da luta), quando afirma que o movimento revolucionário irá triunfar. Estão presos e sendo torturados por uma causa maior. Pretendem, com isso, resistir à linha dura imposta pelo regime militar e resgatar os direitos que lhes foram cerceados durante os anos de Ditadura. Os destinadores I e II, por acreditarem nos valores do movimento, adotam uma postura militante de questionamento do poder. Vale lembrar que é uma simples troca de favores e de reconhecimento àqueles que defenderam a militância política nos anos de repressão.

Percebe-se ainda a manipulação por tentação com a seguinte fala: “Tenho um plano infalível para escaparmos daqui”. Em outras palavras, mais uma vez está sendo oferecido um valor positivo ao outro destinador; ou seja, a possibilidade de recuperação da liberdade com um plano de fuga da prisão.

A manipulação por sedução, por sua vez é revelada na fala “Eles ignoram que a história está do nosso lado”. Em outras palavras, no futuro todos saberão que o propósito da luta contra o Golpe Militar era verdadeiro e buscava o retorno da prática democrática no País.

A provocação, mais fortemente explicitada, dá-se em dois momentos. Inicialmente, ela se estabelece com o seguinte diálogo: “Eles não perdem por esperar!”, “Pelo contrário, ganham”. Além da provocação percebida pelo tom irreverente dessa fala, nota-se que o destinador dessa mensagem deseja que alguém a escute. Portanto, a provocação acontece publicamente, uma vez que os prisioneiros políticos eram monitorados o tempo todo. O segundo momento em que ocorre a provocação dá-se quando um dos torturados diz: “Aí eu disse para o rei: eu tenho a minha opinião, e o senhor tem a sua”. Sabe-se que em um regime de Ditadura a livre manifestação do pensamento é utópica.

Essas diferentes formas de manipulação que os dois prisioneiros exercem um em relação ao outro buscam evitar que eles se submetam a manipulação por intimidação do Regime Militar.

A intimidação é percebida pelo oferecimento de um valor que é temido: a morte. Os militantes eram intimidados para deixar de acreditar. Sabe-se que a tortura demasiada, em muitos casos, conduziu muitos cidadãos à morte durante os anos de repressão. O tratamento dos presos políticos era indigno e infringia os

princípios básicos dos direitos humanos. Fica bastante evidente a manipulação por intimidação quando o destinador I pronuncia: “Não rio agora por que me arrancaram os dentes”. Além da tortura física, percebe-se um efeito de humor negro com a menção da palavra “rio” por um dos destinadores. Como rir de uma situação degradante? Associa-se ainda a imagem dos grilhões e a posição de extremo desconforto dos presos, que estão em pé e com as mãos suspensas, ao ambiente de coação/intimidação imposto pelo Poder vigente.

Cabe refletir que o papel do sujeito se altera. Passa da condição de liberdade (poder de se expressar livremente) à condição de opressão (voz silenciada), na medida em que foi cerceado em seus direitos de cidadão. Mesmo assim, mantém-se fiel as suas crenças, não abandonando a luta.

O percurso da sanção é o último do esquema narrativo canônico. Na charge em questão, como o sujeito foi julgado negativamente, ocorre um castigo, uma punição. Nesse caso, o destinador-julgador (quem está no poder) está em dissonância com os valores modais do destinador-manipulador (os torturados).

Quadro III

Percurso do Destinador-manipulador	Percurso do Sujeito (destinatário)	Percurso do destinador-julgador
É estabelecido um contrato entre o destinador I e o destinador II para permanecerem acreditando nos valores da militância. A manipulação é exercida, preponderantemente, pela tentação, sedução e provocação.	Os militantes permanecem acreditando nos valores da militância e agem de acordo com esses valores.	Os militantes são sancionados negativamente por estarem em desacordo com os valores do regime militar, que neste momento é representado pelo presidente Médici e seus assessores. São intimidados a deixarem de acreditar em seus valores pelo Poder Militar.

Essa organização narrativa pressupõe um esquema anterior, em que os dois sujeitos não cumpriram o acordo com o Governo Militar para o qual foram intimidados e sofreram a sanção negativa da pressão e da tortura.

Na sintaxe narrativa do chargista, por sua vez, a manipulação é exercida, preponderantemente, através da provocação. Aqui serão estabelecidas as relações entre enunciador e enunciatário. É o enunciador (chargista) que estabelecerá os valores do contrato. É o chargista que fará uso de estratégias de manipulação para fazer o enunciatário crer em seus valores. O enunciatário aqui é a população (leitor) e os donos do poder (militares). As estratégias são, principalmente, recursos de ironia, do nível discursivo.

O fazer persuasivo do enunciador (chargista) dá-se portanto de uma forte provocação, revestida por traços de ironia. É no jogo de subentendidos que o chargista faz com que seu enunciatário realize um fazer interpretativo, convidando-o a ler o mundo criticamente. Três momentos podem ser mencionados.

O primeiro deles é quando o chargista cria a antítese entre as palavras “perder” e “ganhar”. O sistema dominante ganha sempre. Assim, o humor é alcançado quando se admite a possibilidade de a máquina governamental perder.

No segundo momento o chargista restabelece a ironia quando simula como viável a existência do diálogo. Possivelmente, um posicionamento como esse justificaria a sumária execução do prisioneiro.

Percebe-se ainda a provocação irônica num terceiro momento, quando o destinador II faz o seguinte comentário: “Uma coisa eu garanto: nunca mais na vida quero ver um prato de mocotó na minha frente”. Aqui a provocação é mais

sutil. Apesar de alimentados, os presos são mal tratados. O comentário sugere uma total repulsa ao alimento recebido. No entanto, a menção ao “prato de mocotó” não tem relação alguma com a alimentação, diz respeito à intertextualidade que se estabelece com o desenho de Jaguar, feito em cima do Quadro de Pedro Américo sobre o Grito do Ipiranga. Nesse desenho, D. Pedro I dizia “Eu quero é mocotó” no lugar de “Independência ou Morte”. Entende-se “Eu quero é mocotó” como “Eu quero liberdade”. Sabe-se ainda, que “Eu também quero é mocotó” foi uma canção interpretada no V Festival Internacional da Canção (1970). Com essa canção, de Erlon Chaves, pretendia-se retratar a imagem de felicidade do povo brasileiro, afinada com as benesses do “Milagre Brasileiro”. O fato de os presos não desejarem mais um prato de mocotó representa, em última instância, que essa imagem de euforia distancia-se da realidade por eles vivida. Não querer um prato de mocotó significa dizer que eles não desejam esse milagre diante de tanto sofrimento. O milagre é utópico, irreal.

3.2.2- Nível das estruturas discursivas

Ao analisar a charge “A tortura”, procurar-se-á identificar como acontecem no discurso os efeitos de realidade, a tematização e a figurativização dos valores narrativos.

Para facilitar a análise, segue, abaixo, a transcrição do diálogo estabelecido entre o destinador I e II.

Destinador I: “Eles não perdem por esperar!”

Destinador II: “Pelo contrário, ganham.”

Destinador I: “O rei é bom. Mas está mal assessorado.”

Destinador II: “Freud explica isso.”

Destinador I: “Quando nosso movimento triunfar você será meu ministro da fazenda.”

Destinador II: “Tenho um plano infalível para escaparmos daqui.”

Destinador I: “Vamos rir muito quando sairmos daqui.”

Destinador II: “Uma coisa eu garanto: nunca mais na vida quero ver um prato de mocotó na minha frente.”

Destinador II: “Não rio agora por que me arrancaram todos os dentes.”

Destinador I: “Aí eu disse para o rei ‘Eu tenho minha opinião e o senhor tem a sua.’”

Destinador II: “Eles ignoram que a história está do nosso lado.”

O primeiro dado significativo dessa charge é a presença de um texto verbal longo. Em geral, o texto verbal chárstico é mais enxuto.

Serão feitas algumas considerações sobre o tempo, o espaço e a pessoa utilizados nessa charge, que conduzirão ao reconhecimento dos efeitos de distanciamento e proximidade da enunciação.

A charge “A tortura” é caracterizada, inicialmente, por uma desembreagem interna. Em um primeiro momento, verifica-se o uso da terceira pessoa do plural, que produz um efeito de distanciamento e objetividade. Essa terceira pessoa cede lugar a uma primeira pessoa, que, por sua vez, produz um efeito de proximidade e subjetividade.

O uso preponderante do presente do Indicativo dos verbos indicam que o tempo verbal e o espaço são concomitantes com o “aqui” e o “agora”, conferindo, dessa maneira, um efeito de aproximação e subjetividade.

No entanto, percebe-se que o uso do futuro do presente do Indicativo é marcado pela desembreagem interna que produz o efeito de distanciamento e objetividade na charge. O “aqui” e o “agora” desloca-se para o “lá” e “então” que ainda não aconteceu.

3.2.3- Tematização

Os temas ganham sentido quando se identificam os valores abstratos do discurso, permitindo examinar-se o texto como um todo de sentido. Dessa forma, procurar-se-á organizá-los na forma de um percurso o que, em última instância, permitirá identificar traços das formações ideológicas.

Segundo Fiorin , em *O Regime de 64: Discurso e Ideologia*, tem-se que

(...) o componente narrativo vai-se construindo de maneira antitética. Por isso, o subcomponente temático apresenta, implícita ou explicitamente, percursos temáticos em oposição. A antítese é o princípio de construção do discurso (...). Verificamos, além disso, por força das lacunas presentes na narrativa, que temos, na verdade, um conflito em que, de um lado, está o povo e, de outro, as Forças Armadas em nome das classes dominantes. (FIORIN, 1988, p.119)

O tema é, uma vez mais o da Ditadura. Optou-se por estabelecer uma oposição temática entre “Militantes” e “Forças Armadas”; por entender que apenas uma parcela do povo, explicitamente, aderiu ao movimento contra o Golpe de 64.

Pode-se dizer que os traços semânticos que se repetem nesta charge e a tornam coerente são a crença na causa (a importância do continuar acreditar), o poder, a força, o medo, a falta de liberdade, a punição, a intranquilidade e a negação da cidadania.

Esses traços semânticos permitem organizar uma leitura com dos temas da tortura, do cerceamento da voz e da valorização, quase que romântica, dos valores da militância.

A força, o medo e a punição podem ser, facilmente, identificadas quando um dos destinadores diz: “Não rio agora por que me arrancaram os dentes”. A falta de liberdade e a intranqüilidade dão-se pelo fato de os militantes encontrarem-se presos: “tenho um plano infalível para escaparmos daqui”. A negação da cidadania é observada, ironicamente, quando um dos destinadores diz: “(...) eu tenho a minha opinião, e o senhor tem a sua”. Em uma ditadura não há liberdade de expressão, o pensamento é massificado, homogeneizado. Vale lembrar que é de total interesse da classe dominante a contenção das idéias, por isso afirma-se que esses temas são vinculados à formação ideológica dominante.

Esses percursos temáticos indicam, fundamentalmente, o rompimento com a prática democrática no País. Na Ditadura não há a possibilidade de livre manifestação do indivíduo. Por outro lado, supostamente, em um regime democrático o povo deveria ser o detentor do poder e eleger, livremente, seus governantes. O que se observa nesta charge é a submissão “forçada” dos militantes à classe dominante (Forças Armadas). Essa submissão dá-se de forma física, na medida em que os militantes procuram continuar seduzindo ou tentando um ao outro na esperança de se manterem fiéis à causa revolucionária.

O elemento de ironia da charge permite o rompimento da concordância semântica. Observa-se, assim, que outras possibilidades de leitura são possíveis. O riso representa a ruptura da expectativa. Assim, quando um dos militantes diz “Não rio agora porque me arrancaram todos os dentes”, ocorre uma quebra dessa

concordância. Como é possível rir com a tortura? Como é possível rir com a dor?

Na verdade, tem-se a exploração de um riso diferente. Percebe-se o riso tenso e angustiante, o que nada mais é que o “humor negro”, também representado pelo contraste entre as cores preta e branca.³Os militantes estão à beira da morte, e o riso é incompatível com a situação. O humor também poderia estabelecer-se pelo fato de se dizer uma coisa mais ou menos proibida. É como se o chargista desejasse dizer algo dissimuladamente, escolhendo as palavras com cuidado e evitando, assim, maior comprometimento do que já expresso na obra.

Passa-se agora aos discursos de figuração, caracterizados essencialmente pela recorrência de traços visuais e verbais.

3.2.4- Figurativização

Examinar a produção de sentido do texto dessa charge passa, necessariamente, pela observação cuidadosa do uso da imagem. Na charge “A tortura”, vários aspectos visuais e verbais chamam a atenção e corroboram com a sustentação do percurso temático. Em outras palavras, os revestimentos figurativos da charge recobrem os percursos temáticos abstratos atribuindo-lhes contornos sensoriais. Diversos investimentos figurativos concretizam a leitura temática da ditadura e dos subtemas da tortura e da manutenção da crença nos valores da guerrilha.

³ Vale lembrar que a opção pelo uso das cores preta e branca envolve um custo menor para a imprensa, podendo ter sido o critério para a utilização dessas cores. No entanto, sabe-se que as charges desse período também fizeram uso de cores, como é o exemplo das charges apresentadas no Salão Internacional de Humor de Piracicaba.

A extrema magreza dos presos, a falta de vestimentas, as algemas, as correntes, a barba por fazer, os pés descalços, o cheiro e a imobilidade sugerem uma atmosfera de humilhação. Sabe-se que tal humilhação fazia parte de uma estratégia de convencimento. Quanto tempo os presos poderiam resistir a essas pressões que os colocavam no limite de sua integridade moral e física? Todos esses sinais demonstram o uso indiscriminado da força por quem está no poder. Essa opressão é agravada pela total impossibilidade de reação. Os homens se encontram acorrentados, praticamente inertes. Na inércia não há movimento, não há reação e é exatamente isso que as Forças Armadas queriam: a consagração da hierarquia e da autoridade.

Dessa forma, percebe-se que quase todos os investimentos figurativos disseminados nesse texto são considerados disfóricos, porque a tortura e a Ditadura são havidas como negativas. Vale lembrar que a utilização dos termos disfórico e eufórico não é neutra, pois revela um posicionamento ideológico. A visão do disfórico para o militante político é distinta da visão das Forças Armadas.

Por outro lado, a expressão de riso esboçada pelos torturados sugere a visão de que nem tudo está perdido. O riso funciona como um conector da crença, fornecendo alimento e esperança aos militantes. No momento em que eles deixarem de acreditar, a causa estará perdida. Portanto, pode-se dizer que o riso revela um investimento figurativo eufórico na construção do texto dessa charge. Vale lembrar que o riso aparece também figurativizado no texto quando o destinador I diz ao destinador II: “Vamos rir muito quando sairmos daqui”. Na verdade ele quer dizer: vamos triunfar, vamos sair do cárcere, nosso movimento é

legítimo e, para isso, precisamos continuar a acreditar (fazer-crer). Rir significa continuar a ter esperança.

3.2.5- Nível das estruturas fundamentais

Tal qual a charge anterior “A revolução é e será”, percebe-se uma oposição semântica fundamental entre *opressão vs. liberdade*, a partir da qual a charge constrói seu plano de conteúdo.

Outro dado significativo dessa charge diz respeito à possibilidade de (re)pensar a construção do plano de conteúdo sob a oposição *tortura vs. prazer*. O termo tortura pode ser facilmente identificado na charge em análise. O termo “prazer” corresponde aos valores que o chargista deseja repassar ao leitor, no sentido em que existe uma exaltação na crença dos valores da guerrilha. Para melhor aceção dessa oposição semântica, deve-se entender a tortura como um componente da opressão, e o prazer como uma exaltação dos valores de liberdade, ou ainda como uma possibilidade de continuar a acreditar.

Seria viável também estabelecer uma oposição entre *vida vs. morte*, figurativizada por *luz vs. trevas* (figurativização do tema). Os valores “vida” / “luz” estariam associados à classe revolucionária, que, por sua vez, veicula o renascimento da autonomia política do cidadão brasileiro. Por outro lado, os valores “morte” / “trevas” representariam as Forças Armadas, que negam o exercício da legítima Democracia no País. Opõe-se assim a transformação à estagnação.

Em linhas gerais, a partir da análise dessas duas primeiras charges, pode-se dizer que um traço específico das charges do período de Governo militar é a “euforização” do termo liberdade e a “disforização” do termo repressão.

3.2.6- O plano da expressão

Neste item serão examinadas as relações semi-simbólicas que se estabelecem entre o plano da expressão e o plano do conteúdo em que atribuem novos sentidos ao texto.

Tal qual na charge “A Revolução é e será”, observa-se que o fundo branco valoriza a imagem dos torturados, dando-lhes efeitos de volume e contraste. O uso exagerado da cor preta reforça o efeito negativo da Revolução, conferindo à charge maior dramaticidade e fugindo à justa medida.

Outra relação semi-simbólica que merece ser analisada é a oposição que se estabelece entre *vertical vs. horizontal*. A verticalidade percebida na imagem dos torturados é entendida como um movimento de ascensão. Os militantes, ao serem submetidos aos horrores do período de linha dura, acabam por transcender do plano terreno para o divino.

Vale ainda dizer que a imagem da charge tem uma grande dimensão. Tão grande, tão significativa quanto o movimento abarcado pelos militantes. Portanto, também se estabelece um jogo antitético entre *grande vs. pequeno*.

Segundo Barros (2003:82), *os estudos semióticos não podem deixar de lado os procedimentos da expressão*. Voltando à questão do gênero da charge, é, justamente, o caráter inovador do plano da expressão que confere a perspectiva artística e, portanto, poética ao discurso da charge.

3.2.7- O diálogo com outros textos

A charge “A tortura” dialoga com outros discursos, a saber: o discurso religioso cristão, o discurso artístico (pintura e música) e o discurso histórico absolutista.

A analogia que se faz com o discurso religioso cristão diz respeito ao papel de salvador e libertador desempenhado pelos torturados. Tal qual Jesus Cristo que pretendia salvar o homem, rompendo com tradições e costumes de sua época; os torturados pretendiam libertar a Nação brasileira do jugo autoritário exercido pelo Governo militar.

Seguir os ideais dos torturados implicaria em transformar a estrutura de poder, o que se fazia, unicamente, com grande esforço, fé, sacrifício, empenho e altruísmo. Cristo representava para o povo da Judéia o líder que os libertaria da dominação romana, assim como os torturados reconduziriam o País à prática democrática. Além disso, Cristo era tido com subversivo, os torturados também.

Acredita-se que a flagelação foi uma das mais severas provações por que Jesus passou antes de ir para a cruz. Despiam-se o réu, e homens treinados o chicoteavam. Em geral o réu desmaiava de dor. O chicote abria profundas feridas no corpo, o que gerava perda de sangue e debilitava ainda mais o corpo do torturado.

Na charge analisada, observa-se que os dois homens encontram-se despidos. A magreza do corpo, as costelas aparecendo, as correntes, o santo sudário e a própria fisionomia de um dos torturados (barba e cabelos longos), lembra a imagem de Jesus Cristo, que é veiculada pela Igreja católica. No quadro

que segue, encontram-se algumas semelhanças entre a figura de Cristo e as dos prisioneiros políticos.



“The Flagellation of Lord Jesus Crist”
Bouguereau, 1880

É bastante comum a colagem de charges sobre obras de arte famosas. A charge em análise não está montada segundo esse critério. No entanto, em um exame minucioso do plano de conteúdo (“Uma coisa eu garanto: nunca mais **quero** ver um prato de **mocotó** na minha frente”), pode-se estabelecer um elo de ligação do dizer “quero mocotó” com uma outra charge de Jaguar, produzida sobre o quadro de Pedro Américo, *Independência ou Morte* (1888). Na charge de Jaguar, a figura de D.Pedro I vem acompanhada de um balão com o dizer: “Eu

quero mocotó!!”, que, por sua vez, foi tirada da canção de Erlon Chaves. Essa canção foi representada, no V Festival Internacional da Canção (1970), por Erlon Chaves, acompanhado dos quarenta componentes da Banda Veneno, e alcançou o segundo lugar no festival. Percebe-se que a charge “A tortura” ganha, paulatinamente, novas leituras com o cruzamento de outros textos. Assim, identifica-se o diálogo dessa charge com o discurso artístico através da pintura e da música, respectivamente.

Na seqüência, seguem a charge de Jaguar, retirada da antologia publicada sobre o melhor do *Pasquim*, montada sobre a tela de Pedro Américo e a letra de música *Eu quero é mocotó*.



EU QUERO É MOCOTÓ

Autor: Erlon Chaves

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ

EU CHEGUEI TÔ CHEGADO TÔ COM FOME

SOU UM POBRE COITADO
ME AJUDEM POR FAVOR BOTEM
MOCOTÓ NO MEU PRATO
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
SALADA DE MOCOTÓ ,MOCOTÓ A MILANESA
SOPA DE MOCOTÓ, MOCOTÓ COM ABÓBORA
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
MOCOTÓ PAI MOCOTÓ FILHA
EU TAMBÉM VOU SER DA FAMÍLIA
MOCOTÓ É ABSTRATO? (NÃO)
MOCOTÓ É CORRELATO? (NÃO)
MOCOTÓ É LAGARTO? (NÃO)
QUE É QUE MOCOTÓ É? È UM BARATO
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
MOCOTÓ É QUE É ALEGRE É UM BARATO
VERY SEX PÕE MOCOTÓ NO MEU PRATO
EU QUERO FICAR RELEX
EU QUERO MOCOTÓ, MOCOTÓ EU QUERO

MOCOTÓ, MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
É SOMENTE MOCOTÓ É SOMENTE MOCOTÓ

EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
MOCOTÓ, MOCOTÓ EU QUERO MOCOTÓ
EU QUERO MOCOTÓ É MOCOTÓ É MOCOTÓ
É MUITO MOCOTÓ É MUITO MOCOTÓ
MOCOTÓ SEM PARAR MOCOTÓ SEM PARAR
MOCOTÓ É DE AMARGAR MOCOTÓ É DE AMARGAR
É UM BARATO O MOCOTÓ
É UM BARATO O MOCOTÓ
É MAIS MELHOR QUE CHOCOLATE
É MAIS MELHOR QUE CHOCOLATE

Outro diálogo relevante ocorre com o discurso do absolutismo. A palavra “rei” aparece duas vezes no texto dessa charge. O rei é a representação da autoridade.

(...) o *Chefe de Estado* de um regime monarquista, com a variante de regime Absolutista ou Parlamentarista, o seu poder é hereditário, herdado pelo primogênito(a), e na Hierarquia do poder representa Deus perante os seus súditos, que lhe devem prestar total vassalagem. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rei>)

A relação que se estabelece da charge “A tortura” com o discurso absolutista deve-se, exclusivamente, às relações de poder impostas durante o período de Ditadura Militar. Cabe à população prestar total obediência e submissão (vassalagem) às Forças Armadas. O Rei tem a característica da onipotência, que pressupõe uma dimensão sagrada. O Rei é autorizado por Deus, portanto não é questionado, é sacralizado.

Todos esses diálogos corroboram para uma melhor compreensão desse período de Ditadura, em que o Estado centraliza o poder, determinando todos os direitos e deveres dos cidadãos.

Percebe-se ainda que a flagelação dos torturados indica uma narrativa de degradação e privação da condição humana. Não há futuro para uma Nação massificada e, quando não-massificada, está acorrentada, confirmando assim a sacralização da tirania.

Fiorin afirma que

O discurso revolucionário é, sem dúvida alguma, um discurso político, pois ele apresenta as características elencadas para classificar esse tipo de discurso. Entretanto, em alguns pontos, apresenta características do discurso religioso. A esse processo de inserção de marcas do discurso religioso no discurso político denominamos de sacralização. (FIORIN, 1988, p.147)

Assim sendo, a sacralização da tirania é percebida quando o Estado passa a ser dotado de características divinas. No caso do Golpe de 64 a figura do Estado era vista como onisciente, autoritária e perfeita. O Estado sabia tudo e não se submetia a nenhum outro mandante; tinha o domínio do querer, do poder e do saber. Restava ao cidadão o domínio do dever obedecer à autoridade constituída. No entanto, o que se percebe na charge “A tortura” é a tentativa dos militantes em inveterem essa ordem. Eles querem continuar a crer no movimento e, para tanto,

travam uma luta entre o bem e o mal. A oposição entre o bem e mal mostra que tanto o discurso dos torturados como o discurso dos militares revela um posicionamento maquiavélico diante do mundo. A salvação, no caso da charge “A tortura”, é feita por um sujeito do fazer (militante), que assume o fragelo como uma forma de continuar crendo em seus valores, quer por amor aos brasileiros, quer pela necessidade de fazer justiça à humanidade. A recompensa desse sujeito do fazer, segundo Fiorim é ver *“salvos os homens e a pátria”*.

3.3- Charge 3: “O Direito à cidadania”



Prêmio Imprensa
Júlio Cesar Cardoso Barros
São Paulo – SP

A charge “O direito à cidadania”, de 1978, foi retirada do livro *Piracicaba 30 anos de humor*.

O final da década de setenta, mais precisamente o ano de 1978 é marcado por um acontecimento bastante significativo. O Brasil estava sob o comando do então Presidente General Ernesto Geisel, que, em seu Governo, decretou algumas medidas que mudaram, sensivelmente, o cenário brasileiro e abriram caminhos para a volta da tão desejada Democracia.

Por outro lado, outros acontecimentos tiveram um impacto negativo na sociedade brasileira: assiste-se à desclassificação da seleção brasileira na Copa do Mundo realizada na Argentina e, o “Milagre Brasileiro” começa a dar sinais de desaceleração, contribuindo para uma crescente insatisfação não só popular, mas também das elites que apoiavam o Governo Militar.

Vale lembrar que, em 1978, ressurgiu com toda a força o movimento sindical. Há um recrudescimento da resistência da força operária contra a exploração da força do trabalho. Sabe-se que neste período eclodiram diversas greves no País, formando um total de 178 num só ano. Esses números revelam a grande insatisfação que se instaurava internamente no País, minando a força e a sustentabilidade do Golpe Militar.

O Partido dos Trabalhadores também é criado nesse período, ao lado de outras organizações de esquerda que apareciam e cresciam internamente.

A sociedade brasileira passa da condição de submissão e passividade à de querer mudanças. Com o fim do AI -5, abrem-se as portas para a negociação coletiva. Dessa forma, a palavra “diálogo” volta a ter efetivo crédito e poder de barganha no estabelecimento de contratos.

A charge “O direito à cidadania” é constituída por um texto sincrético. Traz a imagem de um homem deitado no chão, de barriga para baixo, com os braços

abertos, em um estado de total inércia, sem ação, pois foi atingido por algo, o X da palavra expressão. A parte verbal da charge, que se encontra acima do desenho, apresenta várias possibilidades de leitura: “Liberdade e pressão”, “Liberdade de pressão”, “Liberdade e depressão” e “Liberdade de expressão”, comprometida pela perda do X. Observa-se que essas leituras formam entre si um jogo de termos opostos e complementares.

Entende-se que o chargista expressa em sua charge que a liberdade está ainda comprometida, “defeituosa”, pois o X cai e atinge o sujeito que, inadequadamente, deseja e acredita que tal liberdade seja possível.

Assim, o entendimento dos dizeres e dos calares (subentendidos) são de fundamental importância para a compreensão dos valores apregoados nessa charge.

3.3.1- Nível das estruturas narrativas

A Charge “O direito à cidadania” retrata a história de um sujeito (população) que foi atingido por um X (militar). Entende-se que a perda do X representa a impossibilidade de se expressar livremente em um regime de Ditadura. Nessa charge, a manipulação é exercida, essencialmente, por intimidação, que faz sentir pela imagem do homem estendido no chão preso e imobilizado por um X.

A intimidação dá-se por um valor temido. O valor temido nessa charge é o poder autoritário exercido pelos militares, que imprimem a prisão àqueles que ousam confrontar o regime instituído. Como já foi dito nas análises anteriores, a

forte censura (cerceamento da voz) e a tortura constituíam uma forma de o Governo Militar exercer seu controle. Sabe-se que os presos eram torturados quando encarcerados. Assim, a intimidação é confirmada pela imagem do homem deitado, derrubado pelo X, privado de movimento, estático, assumindo uma posição de total submissão.

O último percurso narrativo é o percurso da sanção. Nesta charge, o sujeito foi julgado negativamente, pois está preso por um “x”, vive sem liberdade de expressão e sob a pressão (controle) imposta pelo Governo Militar.

O quadro descrito a seguir mostra, de forma esquemática, o recurso utilizado pelo militar para estabelecer um contrato com a população, intimidando-a a aceitar o acordo imposto pelo Governo Militar (não falar).

QUADRO IV

Percurso do Destinator-manipulador	Percurso do Sujeito (destinatário)	Percurso do destinator-julgador
É a história de um sujeito (população) que foi atingido por um X (militar). A manipulação faz-se sentir pela intimidação.	O militante permanece estagnado diante da opressão imposta pelos militares.	A liberdade de expressão está em dissonância com os valores do militar que não tolera ser questionado. Nesta charge, o sujeito foi julgado negativamente, pois está preso por um “x”, vive sem liberdade de expressão e sob o controle imposto pelo Governo Militar.

Observa-se que a manipulação na sintaxe narrativa, segundo a perspectiva do chargista, é exercida na seguinte ordem: sedução e tentação em um primeiro plano, seguida por fim, pela provocação.

Em um primeiro momento, diz-se que a manipulação por sedução é fortemente explicitada com o seguinte dizer: “Liberdade de expressão”. Assim, o leitor crítico, que conhece a importância do valor liberdade, sente-se próximo e familiarizado com essa fala. Há, nesse momento, uma aproximação cognitiva desse leitor com os valores expressos no texto verbal destacado na charge, pois os brasileiros desejam o retorno da prática democrática, e a Democracia pressupõe liberdade de expressão.

A manipulação por tentação também se faz sentir pelo texto verbal. O chargista (enunciador) tenta conduzir o leitor (enunciatário) a fazer uma escolha, uma reflexão a respeito dos valores que lhe estão sendo oferecidos. O leitor prefere ter “liberdade de expressão” ou ainda está preso ao comando militar de “liberdade e pressão”. Nota-se, no texto verbal da charge, que a palavra “pressão” aparece em destaque, sendo relativamente, um pouco maior que as demais, além de estar escrita em negrito. Assim, ao fazer essa leitura, o chargista denuncia a opressão vivida pelos cidadãos brasileiros, que tinham a liberdade vigiada, monitorada e cerceada durante o tempo de Ditadura.

A provocação é, facilmente, percebida na frase “Liberdade e pressão”. Nota-se o tom de ironia e provocação destinado aos leitores (enunciatários). O enunciador (chargista) deseja que esse leitor se sinta provocado (questionado) e reflita se é possível existir liberdade com pressão/sem expressão. Vale lembrar que liberdade e pressão fazem parte de campos semânticos diferentes, uma vez que constituem idéias opostas. Portanto, não há como confluir valores como liberdade e pressão durante aquele período. Poder-se-ia ainda estabelecer um jogo de idéias entre “o povo quer liberdade” vs. “o militar quer opressão”. Essa

idéia é reforçada pela imagem do homem deitado no chão, sem possibilidade de encontrar uma saída (imobilizado). Está preso pelo “x”, que pode tanto significar submissão a ordem militar, prisão como também a confirmação do voto. Naquele período, o sistema de voto no Brasil ainda era computado manualmente, e a marca do “x” representava o comparecimento dos brasileiros às urnas. Vale lembrar que, durante um longo período de anos, os brasileiros não podiam votar diretamente para seus governantes. Assim, o “x” da questão é poder votar e escolher livremente seus representantes políticos.

3.3.2- Nível das estruturas discursivas

Ao estudar a charge “O direito à cidadania”, procurar-se-á analisar de que maneira ocorrem no discurso os efeitos de realidade, a tematização e a figurativização dos valores narrativos.

Essa charge é marcada, preponderantemente, pelos seguintes diálogos. O primeiro é evidenciado pela frase “Liberdade e pressão” (diálogo do militar). O segundo, por sua vez, dá-se através da frase “liberdade de pressão”, seguida por “Liberdade e depressão”. E por fim tem-se “Liberdade de Expressão”.

Uma das características do gênero discursivo da charge é a eficiência de seu discurso, eficiência que bem pode ser entendida como economia.

Na realidade, o que se deseja enfatizar é que o texto da charge pode ser extremamente contundente fazendo uso de poucos recursos textuais (texto “enxuto”). Isso não é obrigatório no gênero em causa, mas há charges, como a que está sendo analisada, em que a organização textual obedece ao critério de enxugamento.

A construção textual dessa charge também é muito interessante, porquanto ela é marcada pela ausência de verbo, sendo constituída por duas frases nominais.

A seguir, procurar-se-á retomar a estrutura narrativa dessa charge, atribuindo-lhe as pessoas do discurso e localizando-a em um tempo e em um espaço.

Na charge “O direito à cidadania”, o sujeito da enunciação instaura um narrador implícito em terceira pessoa, o que produz efeito de objetividade, de não interferência do narrador. O narrador não instala interlocutores em primeira pessoa, o que reforça o distanciamento da enunciação.

A charge faz uso da desembreagem enunciativa de tempo e espaço para persuadir o narratário. O tempo e o espaço não são concomitantes com o “agora” e o “aqui”, produzindo um efeito de distanciamento e subjetividade.

3.3.3- Tematização

Os valores abstratos do discurso serão organizados em um percurso que indica, fundamentalmente, a opressão das camadas populares (cidadãos brasileiros), que se encontram sob o comando dos militares e desejam o retorno da prática democrática e acreditam, que a liberdade de expressão será possível se ocorrerem mudanças na forma de Governar.

O tema de “poder ter liberdade de expressão” ainda não é possível, pois País ainda se encontra sob um regime autoritário.

A recorrência de traços semânticos como a falta de liberdade, a pressão de quem está no poder, a instauração do clima de medo pela força e a não-aceitação

da mudança do *status quo* pelos militares permite organizar uma leitura do percurso temático de “não poder ter liberdade”, nem mesmo de expressão.

Esses percursos temáticos indicam e exprimem o desejo de se poder expressar livremente, bem como o desejo do retorno da Democracia. O que se nota nesta charge é o descontentamento do chargista diante do cerceamento da voz popular e do autoritarismo de quem está no poder.

Voltando à questão básica deste estudo, tais considerações reafirmam que o discurso da charge é um discurso, essencialmente, de sanção, pois cumpre a sua função de fazer crítica.

3.3.4- Figurativização

Ao analisar a produção de sentido da charge, faz-se necessário um exame detalhado do uso da imagem. Na charge “O direito à cidadania”, o aspecto visual enfatiza a sustentação do percurso temático.

Os investimentos figurativos da charge são caracterizados por traços visuais, a saber: o homem deitado, vestido, de barriga para baixo, com os braços estendidos no chão, a cabeça e o queixo também direcionados para baixo, revelando um posicionamento de um sujeito que foi abatido no caso pelo X da liberdade de expressão. A figura do homem é comum, não revelando nenhum traço em sua fisionomia. A ausência de expressão facial retrata o período de repressão e dominação política. O “x” sobre o homem simboliza e reforça a idéia de que não há liberdade de expressão no Regime Militar. O fundo branco valoriza a figura do homem esticado no chão, além de ressaltar a idéia do vazio vivido na época. Simbolicamente o branco pode ser entendido como a “não-cor”, a negação

da liberdade, como se olhar para frente não fosse permitido. O uso das cores branca e preta reforçam o efeito negativo da Ditadura.

Desta maneira, observa-se que todos os investimentos figurativos disseminados no texto são considerados disfóricos, pois a ausência de expressão, a prisão, a repressão política, a degradação física e moral são lidas como negativas numa sociedade que pretende afirmar-se como democrática.

3.3.5- Nível das estruturas fundamentais

Depois de examinar o nível narrativo e discursivo do texto, é possível depreender algumas categorias semânticas fundamentais da charge “O direito a cidadania”.

Percebe-se que esta charge estabelece a mesma oposição semântica fundamental das charges analisadas anteriormente, ou seja, “*opressão/pressão vs. liberdade*” a partir da qual o texto constrói seu plano de conteúdo.

O poder de opressão dos militares aparece no nível fundamental, na medida em que a liberdade de expressão só se afirmará caso os militares deixem o poder. A oposição entre “*opressão/pressão vs. liberdade*” no texto aparece sob a forma de dominação (Ditadura) em contraposição à liberdade (Democracia).

Sabe-se que essa oposição mínima de sentido é manifestada de diversas maneiras através das estratégias narrativas e discursivas descritas anteriormente. Os termos “*opressão/pressão*” são tidos como disfóricos e “*liberdade*” como eufórico, confirmando assim um ponto de convergência entre as charges do período de Ditadura Militar.

3.3.6- O plano da expressão

Neste item, procurar-se-ão destacar as relações semi-simbólicas que se estabelecem entre os planos de conteúdo e da expressão, atribuindo novos sentidos à charge.

Existe uma oposição básica entre as posições “em cima vs. embaixo”, que produz outros efeitos de sentido nesta charge. “Em cima” pressupõe o poder opressor (militar), por isso a localização em um plano superior. “Embaixo” está relacionado a um plano inferior e remete à figura do homem deitado, por isso representa o oprimido. Vale ainda dizer, que esse homem aparece abaixo da palavra pressão, reforçando o fato de estar privado de sua liberdade.

A oposição entre “alto vs. baixo” pode também ser compreendida como “poder sonhar” vs. “não-poder sonhar”. A liberdade, localizada na parte superior da charge, é a primeira manifestação verbal explicitada. Representa o resgate do sonho de uma nação livre. A pressão, localizada na parte inferior da charge, representa o poder militar (a marca do X) e, logicamente, o não poder sonhar com uma sociedade justa e democrática de fato. Essa mesma palavra “pressão” aparece em um tamanho ligeiramente maior que as demais e ganha volume. Na verdade, o chargista pretende sugerir que a pressão continua sendo a marca mais forte da Ditadura.

Para se ler “liberdade de expressão”, faz-se necessário um movimento do eixo horizontal para o eixo vertical. Movimentar, por sua vez, pressupõe dar instrumentos ao indivíduo para o exercício da cidadania, que nada mais é do que poder expressar-se livremente. A manutenção da ordem justifica a repressão e faz-se sentir pela permanência no eixo horizontal. Para se ler “liberdade e

pressão” e chegar à imagem do homem estirado no chão é preciso manter-se no eixo horizontal. A idéia que o chargista possivelmente pretende transmitir é a de que a manutenção do Golpe se dá sem a alteração da trajetória. Para haver transformação no quadro político, é preciso que haja movimento.

É importante ressaltar que o grande efeito percebido no plano visual dá-se, principalmente, a partir da análise do verbal, com o deslocamento do “x”.

3.3.7- Diálogos com outros textos

A charge “O direito a cidadania” dialoga com outros discursos, a saber: o discurso político, o discurso jurídico e o discurso patriótico.

A analogia que se faz com o discurso político diz respeito ao papel de resistência que os intelectuais e artistas praticaram na transição da Ditadura para o retorno da Democracia. Nesta charge, o slogan da Ditadura e Democracia está claro e constitui uma marca de manifestação textual. A marca do “x” representa a negação do exercício de cidadania. Por outro lado, observa-se também o desejo da nação de votar em seus representantes políticos, através do voto direto, podendo se fazer um paralelo desta charge com os discursos políticos que tratavam do tema Democracia. Apesar disso, a Democracia continua sendo um parecer, que faz dela uma mentira nessa charge.

O diálogo com o discurso jurídico na charge “O direito à cidadania” é percebido, essencialmente, pela busca e pela validação de um direito fundamental do cidadão brasileiro. Mostra uma Nação carente da realização de seus direitos, que anseia votar (a marca do “x” do voto) e rejeita regras impostas sem a legitimação popular e, por isso, clama: liberdade de expressão.

A possibilidade de ler o “x” como a prisão daqueles que pretendiam contestar o regime militar também mostra a convergência com o discurso jurídico, pois a prisão é prevista em lei. É interessante observar que a Constituição Democrática preserva valores como igualdade, justiça e participação no poder. A participação no poder deveria prever posições de concordância e discordância. Aqui cabe um questionamento: seria viável considerar que a Constituição brasileira, no período de Ditadura Militar, não legitimasse o direito a resistência, garantindo assim a manutenção de um regime autoritário? A resposta é positiva e qualquer cidadão que ousasse contestar o regime era, severamente, punido e rotulado como “antipatriota”.

O discurso patriótico aparece nesta charge complementando e enfatizando o discurso político. Diz-se patriótico, porque o desejo da nação, segundo a ótica dos militantes políticos é a de se expressar livremente. Assim, a Pátria assume, nos dizeres “liberdade de expressão”, um valor maior, traduzindo-se em uma vontade nacional. No entanto, segundo a perspectiva de quem está no poder (militares), o discurso patriótico justifica a repressão, sendo traduzido nesta charge como “liberdade e pressão”/“liberdade de pressão”.

O estabelecimento desses diálogos corrobora uma compreensão mais ampla do mundo, contribuindo para o melhor conhecimento do texto desta charge, assim como, reconstrói o contexto sócio-histórico do cidadão brasileiro durante os anos de Ditadura Militar.

3.4 - Charge 4: "Diretas-já"



Centro Cultural Banco do Brasil

(HENFIL do Brasil / [curadoria de Júlia Peregrino e Paulo Sérgio Duarte]. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil, 2005, p.86)

Uma das dificuldades apresentadas no decorrer deste trabalho foi encontrar a data precisa da publicação dessa charge. Sabe-se que Henfil dificilmente datava seus originais. Optou-se por colocá-la no final do trabalho por entender que as manifestações populares com o slogan de “Diretas-já” ocorreram entre 1984-85, marcando o fim do regime militar.

Sabe-se que a população brasileira foi impedida por um longo período de realizar comícios políticos e passeatas. Durante os governos Geisel e Figueiredo, iniciou-se a transição “lenta, gradual e segura” à normalidade constitucional. Exatamente nesse contexto político, ocorre a mobilização para a campanha “Diretas-já”, ocasião em que milhares de brasileiros saem às ruas em nome do “direito de votar para presidente”.

Algumas datas⁴ merecem ser pontuadas como referenciais da transição do regime militar ao retorno da sucessão presidencial por via direta:

1945 / 1960 - Eleição para Presidente, Governador e Prefeito por voto direto.

1964 / 1979 - Eleição presidencial por voto indireto.

1966- O Ato Institucional número 3 determina eleições indiretas para governos estaduais e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores.

1982 - Restabelecimento de eleições diretas para Governador.

1985- Eleição para Presidente por voto indireto. Eleições diretas para prefeitos das capitais.

1989 - Eleição presidencial por voto direto.

Reconstruir esse cenário faz-se mister para o entendimento dessa charge. A campanha “Diretas-já” deve ser analisada à luz de uma conjuntura crítica,

⁴ A cronologia do voto foi retirada do site <http://novaescola.abril.com.br>.

porquanto ela não surge, simplesmente, do desejo das oposições confrontarem o regime autoritário. Durante os anos 80, o País assiste a profundas mudanças econômicas, políticas e sociais.

No campo econômico, observa-se um verdadeiro colapso da economia brasileira. As altas taxas de crescimento verificadas nos “anos de chumbo” são substituídas por uma forte depressão, acompanhada de uma explosão inflacionária, que chega à casa dos 100% entre os anos de 1981 e 1982. A “crise do milagre brasileiro” atinge o bolso dos brasileiros, desencadeando uma onda de insatisfação crescente.

No campo político, a eleição indireta do Presidente da Nação, por meio de um Colégio Eleitoral controlado pelo Governo, não encontra eco diante do ressurgimento de uma sociedade civil que deseja rediscutir a verdadeira prática democrática. Vale lembrar que há um desgaste considerável do poder das Forças Armadas, pois o enfrentamento de recessão econômica acabou por minar o apoio que a classe militar recebia das elites econômicas.

Finalmente, no campo social, o ressurgimento da sociedade civil faz-se sentir em diversos setores. Funda-se o Partido dos Trabalhadores, organizam-se associações de moradores, os movimentos estudantis voltam a confrontar o poder público e encontram respaldo de alguns líderes políticos, como Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Tancredo Neves entre outros.

Entender a adesão em massa da sociedade civil brasileira ao movimento “Diretas-já” passa, necessariamente, pela compreensão dessas mudanças.

3.4.1- Nível das estruturas narrativas

A charge “Diretas-já” retrata a história de um sujeito (povo) manipulado por um outro sujeito militar. O povo é intimidado e provocado pela estrutura de poder instituída. Ainda que essa charge revele uma mudança visível no comportamento da população brasileira, na medida em que essa população sai às ruas e reivindica o retorno das eleições diretas para presidente. Já a estrutura de Governo permanece a mesma.

Na verdade, a charge “Diretas-já” estabelece uma relação contratual polêmica entre destinador (militar) e destinatário (povo). Observa-se que na fase da manipulação, tanto o militar como o povo se provocam mutuamente. O militar exerce a manipulação, basicamente, através de estratégias de provocação e intimidação. Provoca ao dizer que o povo é ilegal, que o voto é direito do Colégio Eleitoral e ao ordenar que a população volte para casa. Por outro lado, a atitude do povo é igualmente provocativa, pois não aceita mais o autoritarismo praticado pelo Governo e passa a exercer sua cidadania, participando de comícios e passeatas. A censura de 20 anos de repressão cede espaço às campanhas públicas pelas “Diretas-já”.

Em outras palavras, o contrato oferecido pelo militar tem como resposta o fazer interpretativo da população, que irá traduzir-se na recusa do contrato. O povo não acredita mais nos valores oferecidos pela Ditadura e clama pelo retorno à Democracia. Assim, pode-se dizer que a população não mais aceita a manipulação exercida pelos donos do poder.

Na charge analisada, a sanção não aparece na narrativa. Só se observam as fases da manipulação e da ação.

O quadro descrito abaixo mostra, de forma condensada, os percursos narrativos da charge “Diretas-já”.

QUADRO V

Percurso do Destinator-manipulador	Percurso do Sujeito (destinatário)	Percurso do destinator-julgador
É rompido o contrato entre o militar e a população de respeito ao poder instituído. O militar insiste na manutenção do contrato, mas a população não mais aceita o contrato estabelecido pelo Poder Militar.	Os militantes vão às ruas para exercer sua liberdade de expressão e clamar pelos seus direitos de cidadão, movida pela crença e pelo desejo de retorno à Democracia.	A sanção não está explicitada na charge em análise.

Percebe-se assim, que a narrativa sofre um desdobramento polêmico e a população passa a representar a voz silenciada por mais de 20 anos de regime autoritário, confirmando que, no nível narrativo, a charge cumpre, essencialmente, o papel de sanção e crítica, uma vez que questiona o Golpe.

Observa-se que a manipulação na sintaxe narrativa, segundo a perspectiva do chargista, é exercida, preponderantemente, através da sedução e da provocação. Diz-se que o chargista seduz a população com as faixas do comício, que representam a vontade do povo resgatar sua cidadania, votando para presidente e discutindo, livremente, a forma de Governo. Por outro lado, entende-se que o chargista também provoca o regime militar, quando se posiciona contrário a ordem vigente. Sabe-se que nesse período o Brasil ainda estava sob comando das Forças Armadas.

Na realidade, o chargista deseja que seu enunciatário (população/leitor e Governo) realize um fazer interpretativo, questionando a viabilidade da sustentação política da Ditadura. No entanto, percebe-se que essa narrativa dá claros sinais de transformação da população, que sai às ruas e não mais se sujeita a imposição da ordem militar sem prévio questionamento.

O percurso da sanção não ocorre na charge analisada. Portanto, não se evidenciam prêmios e castigos.

3.4.2- Nível das estruturas discursivas

No nível discursivo serão acentuados a tematização, a figurativização do discurso e os efeitos de sentido nele produzidos.

Na charge “Diretas-já”, o sujeito da enunciação atribui voz à população e ao militar. Instaura dois interlocutores que polemizam a população quando diz: “Queremos votar”, “O voto é nosso”, “Vote ou deixe-o”, “Votar é nunca ter que pedir desculpas”, “X diretas já!” e o militar, quando menciona “Isto é direito do colégio eleitoral! Voltem para suas casas! O povo é ilegal!”. Ambos os falares em primeira pessoa (sobretudo do plural) dirigem-se a um você/vocês. Associam-se a essas vozes a imagem do militar e da população em comício público. Assim, pode-se dizer que o texto e a imagem produzem com a embreagem enunciativa, um efeito de aproximação, de subjetividade. Observe-se ainda que o uso da 1ª pessoa do plural e de “vocês” aparece como um convite ao leitor para que participe da charge.

A charge faz uso também de desembreagem enunciativa de tempo e espaço. O tempo e o espaço dessa charge, pelo uso de Presente do Indicativo e

do “já-agora” produzem um efeito de concomitância com o agora e o aqui da enunciação.

Há o de desembreagem interna quando narrador instala os dois interlocutores acima mencionados, o que produz efeito de realidade no discurso. Estabelece-se a cena enunciativa da polêmica entre os interlocutores no comício.

A charge também faz uso de desembreagem enunciativa de pessoa uma vez que o narrador “conta” o comício na terceira pessoa do singular, ou seja, apresenta a cena sem o recurso de dizer “eu”. Sabe-se que o uso da 3ª pessoa produz um efeito de afastamento e, conseqüentemente, de objetividade, de fatos que se contam sem a intervenção do narrador.

3.4.3- Tematização

Pode-se dizer que as configurações semânticas que se repetem nessa charge e a tornam coerente pertencem ao mesmo tema da Ditadura, mas seus subtemas são diferentes dos das charges anteriormente analisadas: a crença na liberdade de expressão e na importância do voto direto, a militância política, a força da população, o poder militar, o autoritarismo e a indisponibilidade para o diálogo.

Esses subtemas permitem organizar a leitura com do tema da Ditadura (opressão)/ Democracia (liberdade e cidadania).

A negação da cidadania e a afirmação do regime autoritário (Ditadura) são identificadas quando o militar diz: “Isto é direito do colégio eleitoral! Voltem pra suas casas! O povo é ilegal!”. Dentro dessa visão de mundo, a obediência às ordens militares não deve nem pode ser questionada. Essa visão de mundo

também prega que as Forças Armadas sabem o que é melhor para o país e que, ao contrário, o povo é imaturo e despreparado para escolher seus representantes.

O tema da Ditadura constrói-se pela oposição à Democracia. O exercício da Democracia de direito e fato é o que a população pleiteia com a repetição de slogans provocativos nas faixas do comício. A insistência nesses dizeres representa a voz silenciada por 20 anos de opressão. A população quer exercer sua cidadania através do retorno das eleições diretas para presidente, quer decidir em que rumo seguir e acredita que o exercício pleno da Democracia não condiz com a atual estrutura autoritária de poder. Na verdade, a população anseia por reformas institucionais e deseja não mais se esconder na clandestinidade por opor-se ao governo.

Tem-se, então, que a recorrência do tema Ditadura/Democracia garante a coerência do discurso.

Acrescenta-se que os vários cartazes serão também analisados no item “Diálogo com outros textos”.

3.4.4- Figurativização

Os investimentos figurativos da charge “Diretas-já” enfatizam a sustentação do percurso temático, conferindo-lhe revestimentos sensoriais.

Assim como na charge “A Revolução é e será”, observa-se que o uso do uniforme revela quem está no poder. A fisionomia do militar sugere impaciência e tensão. Pode-se quase sentir o tom elevado da voz, que por sua vez é potencializado pelo uso do megafone. Percebe-se, nitidamente, que o corpo fala quando se instala o tom de ameaça e provocação. Os olhos encontram-se

arregalados, o corpo levemente inclinado para frente e os punhos permanecem cerrados.

Por outro lado, em oposição à figura do militar tem-se a população, igualmente provocativa, mas demonstrando um desejo de negociar/dialogar. Na imagem analisada não se observa o uso da força por parte do povo. A população não se encontra armada e apenas dispõe de faixas em que clama por eleições diretas. Vale dizer que a população ocupa, espacialmente, a maior parte da charge, indo ao encontro do desejo da maioria de restabelecimento da prática democrática no País e mostrando a “força” do povo. A maioria (voz do povo) deseja, portanto, o retorno da Democracia.

Outro dado bastante significativo diz respeito à posição da população. Pela primeira vez a imagem do povo não mostra uma atitude de submissão. Está de pé e em igualdade de condições com o poder instituído.

As faixas, por sua vez, representam o sonho democrático, que se traduz no pleno exercício da cidadania. Observa-se que não há distinção social entre a população. Todos são iguais e formam uma massa visual, sem distinção de raça ou cor.

3.4.5- Nível das estruturas fundamentais

Após a análise do nível narrativo e discursivo do texto, é possível depreender algumas categorias semânticas fundamentais da charge “Diretas já”.

Percebe-se, mais uma vez, que é estabelecida a mesma oposição semântica fundamental das charges analisadas anteriormente, ou seja, opressão vs. liberdade, a partir da qual a charge constrói seu plano de conteúdo.

O poder de opressão dos militares aparece no nível fundamental na medida em que o direito de voto é direito exclusivo do colégio eleitoral e está previsto em lei, portanto é legal. A oposição entre opressão vs. liberdade no texto aparece sob a forma de dominação (Ditadura) em contraposição a liberdade (Democracia).

Também se poderia estabelecer uma oposição entre legal vs. ilegal. Na charge em análise, o conceito de legalidade estaria associado às Forças Armadas. Por outro lado, o conceito de ilegalidade estaria associado à imagem do povo, que vai às ruas e convoca um País inteiro a participar da campanha “Diretas-já”. Curiosamente, há um efeito de humor no uso da palavra “ilegal”, pois em um regime democrático a participação do povo deveria ser considerada como legítima, portanto, legal. Assim, tem-se que o entendimento de legalidade deveria estar relacionado ao exercício do direito a cidadania.

Mais uma vez tem-se que o termo opressão é tido como disfórico e o termo liberdade como eufórico, (re)afirmando assim um ponto de convergência entre as charges do período de Ditadura Militar.

3.4.6- O plano da expressão

Um aspecto interessante a ser considerado na análise dessas quatro charges diz respeito ao jogo entre as cores branco vs. preto. Vale lembrar, que nem todas as charges desse período eram elaboradas dessa forma. Há também várias charges coloridas. No entanto, pode-se afirmar que a recorrência ao uso das cores preto e branco constroem efeitos de volume e contraste, estimulando a atenção do leitor.

Percebe-se ainda que a distorção caricatural da imagem do militar funciona como uma estratégia de persuasão do chargista. O militar, agora, precisa dar suas ordens com o auxílio de um megafone, “Isso é direito do colégio eleitoral! Voltem pra suas casas! O povo é ilegal!”, pois seu comando não mais encontra pronta resposta. A população não está acuada em suas casas e não age como a tropa. A população quer expressar-se livremente e pede eleições diretas.

Imageticamente, o uso do uniforme, do capacete, do cassetete e do megafone reproduz a posição hierárquica de quem está no poder autorizado pela força. O uso do megafone, por sua vez, revela uma ambigüidade de sentido, pois além de traduzir o enfraquecimento do poder militar, demonstra que a voz de comando é insuficiente e, precisa ser ampliada para ser ouvida. Vale ainda dizer, que essa estrutura de poder começa a transformar-se na medida em que o povo ocupa a maior parte do espaço da charge. O militar é figurativizado nessa charge por um único soldado e, portanto, como minoria. E é justamente esse efeito que o chargista deseja passar. A maioria seria representada pela imagem do povo nas ruas e a minoria traduziria a estrutura de poder, que não mais encontra eco em suas práticas autoritárias.

Até mesmo o uso das faixas traduz o ressurgimento de uma sociedade civil, que se reorganiza e deseja discutir a verdadeira prática democrática. Percebe-se que o tamanho das letras utilizadas nas faixas do comércio é maior do que as letras da “fala” do militar e ganham volume pelo uso do negrito, contrapondo-se, assim, ao uso do megafone. O chargista deseja mostrar que o dizer do povo ganha maior representatividade com o processo de abertura política e que, gradativamente, o poder das Forças Armadas perde sua força.

É interessante observar que, pela primeira vez, a imagem do povo não aparece inferiorizada. Na charge “A Revolução é e será” o povo era o vazio. Na charge “A tortura” o povo estava preso e sendo torturado. Na charge “O direito à cidadania” o povo encontrava-se estirado no chão. Na charge “Diretas-já”, ao contrário, o povo está em pé e “fala” com letras grandes. Ocorre uma mudança de atitude da população. E é nessa perspectiva que se diz que as charges resgatam a história e a cultura de um país, pois elas podem reconstruir um determinado momento político da sociedade, na medida em que estabelecem diálogo com outros discursos sociais.

Essas relações entre expressão e conteúdo contribuem para que se leia o mundo sob uma nova ótica, instalando um novo olhar/saber sobre ele. Segundo Barros (2003:82), “Os estudos semióticos (...) não podem deixar de lado os procedimentos da expressão (...)” uma vez que ele permite a “recriação da realidade” e a “adoção de um ponto de vista novo na visão e no entendimento de mundo”.

3.4.7- Diálogos com outros textos

A charge “Diretas-já” dialoga com outros discursos, a saber: o discurso político (Ditadura e Democracia) e o discurso artístico (carnavalesco/música).

O paralelo que se estabelece com o discurso da Ditadura é percebido através das seguintes falas: “O voto é nosso” e “Vote ou deixe-o”. Na verdade, essas falas estão revestidas de traços ufanistas e nacionalistas, que caracterizavam as campanhas oficiais veiculadas durante o governo Médici: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente Brasil”, “Ninguém segura esse País”.



Vale dizer que essas campanhas visavam resgatar a simpatia do povo brasileiro, mas, acima de tudo, mascaravam os sérios problemas trazidos pelo autoritarismo praticado durante os anos de Ditadura. O chargista apropria-se dessas falas desejando fazer crítica e parodiar as campanhas promovidas pelos governos militares. O efeito de paródia é alcançado uma vez que essa charge desmascara o discurso oficial. Na verdade, o chargista faz uso do discurso oficial para promover o retorno ao sonho democrático. O milagre brasileiro é substituído pelo milagre democrático com a adesão em massa da população na campanha Diretas-já.

O discurso da Democracia é facilmente identificado pela campanha de eleições diretas para presidente. As faixas utilizadas nessa charge reforçam o discurso democrático: “Queremos votar!”, “O voto é nosso!”, “Aqui, Teotônio!”, “Votar é... nunca ter que pedir desculpas!”, “X Diretas já!”. A própria homenagem póstuma a Teotônio Vilela, que faleceu em novembro de 1983, reforça a analogia com o discurso democrático. Conhecido como o “Menestrel das Alagoas”, Teotônio Vilela notabilizou-se pela sua destemida oposição ao governo militar.

Sabe-se, que em 1979 ele presidiu uma comissão parlamentar que tinha como pauta a discussão da anistia política aos cassados pelo AI-5. Além disso, participou de vários comícios pelas Diretas-já, percorrendo o país inteiro em busca do retorno à Democracia. O ufanismo nacional é assim, deslocado para a campanha “Diretas-já”.

O discurso carnavalesco (artístico musical) está evidenciado no samba enredo (de 1986) da escola de samba Gaviões, de São Paulo, daí poder-se afirmar que essa charge diz respeito a um dos grandes comícios realizados na cidade paulista (comício da Sé ou Anhangabaú). O tema desse samba enredo clamava pelas Diretas-já e pelo retorno da liberdade de expressão. Além disso, questionava a classe política numa época em que o Brasil vivia grandes transformações políticas, sociais e econômicas. Acrescenta-se ainda, que a referência à grande torcida do Corinthians, identificado pela imagem do gavião, mostra a efetiva participação popular na campanha “Diretas-já”.

Outro dado relevante diz respeito à estratégia de humor sugerida pelo chargista. O chargista faz humor ao relacionar os dizeres do povo com o discurso militar (Vote-o ou deixe-o), ou ainda, quando recupera a música “Don’t cry for me Argentina” com o dizer “Não ria de mim Argentina”. Na verdade, a alusão a essa música diz respeito ao ambiente político vivenciado pelo povo argentino durante o Golpe Militar em 1955. Aqui, mais uma vez, se estabelece um diálogo com o discurso musical, com o quadro político vivenciado pelo Brasil e Argentina, além de mencionar o revanchismo existente entre os dois países.

Segue abaixo, as letras de música *Será que vem?* da escola de samba Gaviões da Fiel e *Don't Cry for me Argentina* de Andrew Lloyd Webber, bem como a respectiva tradução dessa canção.

Tema-enredo: Será Que Vem? (1986)

Autores: Biro dos Gaviões/Toninho de Carvalho

RAIOU

UM NOVO DIA

UM OUTRO SOL NASCERÁ

NO SORRISO DA CRIANÇA

A ESPERANÇA EU SEI QUE VIRÁ

SERÁ QUE VEM?

SERÁ, SERÁ?

NAS DIRETAS MINHA GENTE

EU TAMBÉM QUERO VOTAR

LIBERDADE

A BOLA DE CRISTAL

ME REVELOU

FELICIDADE

A NOVA REPÚBLICA CHEGOU

VAMOS PLANTAR UMA FLOR

ABRA O SEU CORAÇÃO

NA COLHEITA DO AMOR

ABRAÇAMOS A NAÇÃO

CHEGOU A HORA

EU QUERO VER

GAVIÕES TRAZ ALEGRIA

NESTE SAMBA PRÁ VOCÊ

Don't Cry For Me Argentina (1978)

Lyrics by Tim Rice, music by Andrew Lloyd Webber

IT WON'T BE EASY, YOU'LL THINK IT STRANGE

WHEN I TRY TO EXPLAIN HOW I FEEL

THAT I STILL NEED YOUR LOVE AFTER ALL THAT I'VE DONE

YOU WON'T BELIEVE ME

ALL YOU WILL SEE IS A GIRL YOU ONCE KNEW

ALTHOUGH SHE'S DRESSED UP TO THE NINES

AT SIXES AND SEVENS WITH YOU

I HAD TO LET IT HAPPEN, I HAD TO CHANGE

COULDN'T STAY ALL MY LIFE DOWN AT HEEL

LOOKING OUT OF THE WINDOW, STAYING OUT OF THE SUN

SO I CHOSE FREEDOM

RUNNING AROUND, TRYING EVERYTHING NEW

BUT NOTHING IMPRESSED ME AT ALL

I NEVER EXPECTED IT TO

DON'T CRY FOR ME ARGENTINA

THE TRUTH IS I NEVER LEFT YOU

ALL THROUGH MY WILD DAYS

MY MAD EXISTENCE

I KEPT MY PROMISE

DON'T KEEP YOUR DISTANCE

AND AS FOR FORTUNE, AND AS FOR FAME
I NEVER INVITED THEM IN
THOUGH IT SEEMED TO THE WORLD THEY WERE ALL I DESIRED

THEY ARE ILLUSIONS
THEY ARE NOT THE SOLUTIONS THEY PROMISED TO BE
THE ANSWER WAS HERE ALL THE TIME
I LOVE YOU AND HOPE YOU LOVE ME

DON'T CRY FOR ME ARGENTINA

DON'T CRY FOR ME ARGENTINA
THE TRUTH IS I NEVER LEFT YOU
ALL THROUGH MY WILD DAYS
MY MAD EXISTENCE
I KEPT MY PROMISE
DON'T KEEP YOUR DISTANCE

HAVE I SAID TOO MUCH?
THERE'S NOTHING MORE I CAN THINK OF TO SAY TO YOU.
BUT ALL YOU HAVE TO DO IS LOOK AT ME TO KNOW
THAT EVERY WORD IS TRUE

Don't Cry For Me Argentina (Tradução)

NÃO CHORE POR MIM ARGENTINA

NÃO SERÁ FÁCIL, VOCÊ ACHARÁ ESTRANHO
QUANDO EU TENTAR EXPLICAR COMO ME SINTO
QU EU AINDA PRECISO DO SEU AMOR
DEPOIS DE TUDO QUE EU FIZ

VOCÊ NÃO ACREDITARÁ EM MIM
TUDO QUE VAI VER É UMA GAROTA QUE VOCÊ CONHECIA
EMBORA ELA ESTEJA VESTIDA PARA SAIR ÀS 9
AS 6 E AS 7 COM VOCÊ

EU TIVE QUE DEIXAR ACONTECER, EU TIVE QUE MUDAR
NÃO PODIA FICAR MINHA VIDA INTEIRA ESCONDIDA
OLHANDO PELA JANELA
FICANDO LONGE DO SOL

ENTÃO ESCOLHI A LIBERDADE
CORRENDO ATRÁS, TENTANDO TODAS AS COISAS NOVAS
MAS NADA ME IMPRESSIONOU
EU NUNCA ESPEREI POR ISSO
NÃO CHORE POR MIM ARGENTINA
A VERDADE É QUE EU NUNCA TE DEIXEI
POR TODOS OS MEU DIAS MAIS SELVAGENS, MINHA LOUCURA
EU MANTIVE MINHA PROMESSA, NÃO CONTINUE DISTANTE

E A FORTUNA E FAMA
EU NUNCA AS DESEJEI
MAS PARECE PARA TODO MUNDO
QUE ERA TUDO QUE EU QUERIA

ELAS SÃO ILUSÕES
NÃO SÃO AS SOLUÇÕES
QUE PROMETERAM SER
A RESPOSTA ESTAVA AQUI O TEMPO TODO

EU AMO VOCÊS E ESPERO QUE VOCÊS ME AMEM

NÃO CHORE POR MIM ARGENTINA

A VERDADE É QUE EU NUNCA TE DEIXEI

POR TODOS OS MEU DIAS MAIS SELVAGENS, MINHA LOUCURA

EU MANTIVE MINHA PROMESSA, NÃO CONTINUE DISTANTE

SERÁ QUE FALEI DEMAIS?

NÃO HÁ MAIS NADA

QUE POSSA PENSAR EM DIZER PARA VOCÊS

MAS TUDO QUE VOCÊS TÊM QUE FAZER

É OLHARA PARA MIM PARA SABER

QUE CADA PALAVRA É VERDADE

Esses vários diálogos produzem no texto, pelo efeito de estranhamento entre o político, o carnavalesco ou o futebolístico, efeitos de ironia e humor.

Como já foi dito anteriormente, o diálogo que se estabelece da charge com outros textos, possibilita uma compreensão mais ampla do mundo, mostrando que o texto da charge não se esgota em si mesmo, mas se completam em outros textos.

CONCLUSÃO

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos”.

Bertold Brecht

No decorrer desta dissertação, procurou-se verificar, com base na semiótica discursiva francesa como se elabora o discurso da charge, identificando os procedimentos recorrentes para a produção de seu sentido e os diálogos com outros textos que participam dessa construção.

O texto da charge dialoga com outros textos de sua época e também com os de outras épocas. Dessa forma, o exame da charge contribui, sensivelmente, para a reconstrução da história e da cultura de um país dentro de um dado período. Basicamente, as charges do período de Ditadura Militar analisadas neste trabalho estabelecem diálogos com os seguintes discursos: o discurso político (Ditadura e Democracia), o discurso religioso cristão, o discurso artístico e o discurso histórico, que se completam. Assim, pode-se depreender que a charge não se esgota em si mesma, pluraliza seus espaços, ou seja, o discurso da charge se constrói no cruzamento de pontos de vista, espaços e tempos, comprovando que há bivocalidade em seu discurso, uma vez que nele se ouvem diferentes vozes.

A escolha do título, “UMA RELEITURA DA HISTÓRIA POR MEIO DA ANÁLISE DAS CHARGES NO GOVERNO MILITAR”, foi motivada pela constatação de que as quatro charges selecionadas no *corpus* traduzem a história

da Ditadura em diferentes momentos. Assim, a partir do conhecimento histórico do período de Ditadura, é possível afirmar que as charges também contribuíram para a construção da história do país, e seu exame para a produção de um saber sobre ele. A charge “A Revolução é e será” mostra a implantação do Golpe Militar. Na seqüência, tem-se que a charge “A tortura” identifica a forte censura e repressão instituída no país no final dos anos sessenta. A terceira charge, “O Direito à cidadania”, aponta o desejo da “população” que convive com o regime autoritário de expressar-se livremente e a impossibilidade disso, mesmo quando parece ter início a abertura do regime. Por fim, na quarta charge, “Diretas-já”, percebe-se a natural politização da sociedade brasileira, que sai às ruas e passa a (re)discutir suas vontades e desejos, não mais se submetendo, cegamente, ao poder instituído.

Acrescenta-se que, se a charge não dialogar com a história e a sociedade, ou seja, não se contextualiza na sociedade, ela perderá sua força transformadora de desmascarar o mecanismo dominante.

O trabalho mostrou também que a charge política é, tal qual o editorial de um jornal, um texto de sanção. As charges do período incorporam fortemente esse traço de crítica, pois visam a resistir ao regime policialesco e a opor-se à massificação do pensamento imposta pelo Regime Militar. Revelam um posicionamento ideológico distinto do Governo, na medida em que consideram o discurso da Ditadura inaceitável. Na verdade as charges do período de Ditadura não representam o discurso da classe dominante e participam da luta pela redemocratização do País e do resgate do exercício da cidadania.

Em relação à estruturação do gênero discursivo da charge algumas marcas merecem ser apontadas. A charge é um texto de construção sincrética, que incorpora substâncias sonora e visual. O tema político é a arena privilegiada nesse gênero editorial, que pretende, essencialmente, questionar um fato político, no caso das charges examinadas, o regime político. O tom humorado e debochado associado à recorrência de traços caricaturais exagerados, que foge da justa medida, é recorrente e utilizado como estratégia de convencimento do chargista. Vale ainda dizer que, durante o período de Ditadura, observa-se uma forte tendência de privilegiar o texto visual em detrimento do texto verbal como forma de burlar a censura.

Nas quatro charges analisadas predominam o tema da Ditadura, com traços semânticos da força e da opressão. Esse tema foi determinado pela disforia, em oposição à Democracia eufórica. As charges analisadas mostram a passagem gradativa da opressão à abertura política e à liberdade. Na charge “A Revolução é e será” a imagem da tropa e dos oficiais ocupa toda a cena, não havendo nenhum espaço para a figura do povo. Na charge “A tortura”, por sua vez, os militantes políticos são cruelmente torturados, reafirmando, assim, a atmosfera de dor e opressão, mas já aparecem esses militantes. Na charge “O direito à cidadania”, o cidadão é representado, mas atingido por algo, o “X” da expressão e encontra-se estirado no chão, sem ação. E, finalmente, na charge “Diretas-já” o povo está em pé. Não se pode desprezar que a imagem do povo ereto sugere uma perda de prestígio do poder militar, que para se fazer ouvir precisa ampliar sua voz com o auxílio de um megafone.

No nível discursivo, as charges são marcadas pela impessoalidade, tal qual ocorre no discurso editorial, preponderando o uso da 3ª pessoa do plural ou pela subjetividade alternada e da 1ª pessoa do plural. Isso é fortemente percebido no período de Ditadura Militar, em que havia um cuidado extremo no uso das palavras para que fossem evitados problemas com a censura. Há, no entanto, inúmeras charges desse mesmo período que fazem uso da 1ª pessoa do singular, apresentando assim maior grau de subjetividade e de comprometimento ideológico. Não se pode, portanto, generalizar que o discurso das charges é sempre impessoal. Deve-se analisar caso a caso. Nota-se que, gradativamente, conforme o processo de abertura política ocorre, o texto verbal passa a ser mais explícito e desenvolvido. Tal constatação pode ser confirmada pelo exame minucioso da charge “Diretas-já”. Nessa última charge, verifica-se que a sociedade assume uma voz coletiva, convocando uma Nação inteira a participar da campanha em prol das eleições diretas.

Observou-se, ainda, que existe uma relação de permeabilidade entre os planos de conteúdo e os planos da expressão. Na verdade, o chargista manipula esses planos com a intenção de produzir determinados efeitos em seu interlocutor, criando, portanto, efeitos de realidade. A charge constitui um ótimo exemplo de como os elementos verbais e não verbais se referenciam mutuamente, formando um todo de sentido. Do ponto de vista textual, as charges estabelecem, em alguns casos, relações semi-simbólicas entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. As relações semi-simbólicas são relações motivadas e não-convencionais. Um dos traços característicos da charge é o trabalho com o plano da expressão, que institui um novo olhar sobre o mundo, em geral com humor,

rompendo a leitura convencional. É nesse sentido que o texto da charge é inovador. Nas quatro charges analisadas, sem a menor dúvida é a charge “O direito à cidadania” que apresenta o plano da expressão mais fortemente explorado.

É nessa atmosfera, que o chargista absorve o mundo ao seu redor, emoldurando-o figurativamente e devolvendo-o à sociedade com crítica e humor, proporcionando singulares momentos de prazer e beleza ao leitor. Sua obra vale, sobretudo, pelo papel que teve no momento de repressão política, mas também pelos recursos estéticos. Não se pode deixar de lado o caráter transformador que o discurso da charge revela ao estabelecer relações dos temas abstratos com as figuras e entre os planos da expressão e do conteúdo. Por todas essas razões pode-se afirmar que a charge faz arte, faz história, faz política, forma opiniões, cria mundos e convida a reflexão. Ela questiona a manutenção do *status quo* e invoca uma atitude de reflexão, crítica e ação diante da inflexibilidade do Regime Ditatorial.

BIBLIOGRAFIA

Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.

AUGUSTO, Sérgio e JAGUAR (orgs). *O melhor do Pasquim*. Rio de Janeiro: Ed. Desiderata, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade: Em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BIEDERMANN, Hans. *Dicionário ilustrado de símbolos*. Trad. Glória Paschoal de Camargo. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática, 2004.

BRAIT, Beth. *Ironia em Perspectiva Polifônica*. São Paulo: Unicamp, 1996.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma História*. São Paulo: Ática, 2003.

CARUSO, Chico. *Era uma vez FHC*. São Paulo: Devir, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 2005.

FIORIN, José Luiz. *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FLOCH, Jean Marie. *Sémiotique, Marketing et Communication: sous les signes, les strategies*. Presses Universitaires de France, 1990.

FREIRE, Paulo e MACEDO, Donald. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Global, 1986.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica e Ciências Sociais*. São Paulo: Cultrix, 1979.

HENFIL do Brasil / [curadoria de Júlia Peregrino e Paulo Sérgio Duarte]. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOIMAN, Fábio (org.). *Presidentes do Brasil*. São Paulo: Cultura / Departamento de Pesquisa da Universidade Estácio de Sá; 2002.

ILARI, Rodolfo. *A Expressão do Tempo em Português*. São Paulo: Contexto, 1997.

LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton. *Semiótica: Objeto e Práticas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MELO, José Marques. *A opinião do Jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PIETROFORTE, Antônio Vicenti. *Semiótica Visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Humores da Língua*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

SITES CONSULTADOS

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/012pipfpaf.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/043dialogo.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/046dialogo.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/047azulay.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/050ame_o.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/077ameo.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/079corrente.htm
24/04/2005

http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/107roupa.htm
24/04/2005

http://www.cliquemusic.uol.com.br/artistas/artistas.asp?status=DISCO&Nu_Disco=6217 17/03/2007

<http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/marcelosiqueri.pdf>

<http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/fiorinfaps> 28/12/2006

<http://www.fpa.org.br/especiais/diretas/imagens/charge01.jpg> 24/04/2005

<http://www.google.com.br/images> 17/03/2007

<http://homepage.ntlworld.com/alan.stuart/music/madonna/dontcryf.html>

<http://www.novaescola.abril.com.br> 08/04/2007

http://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_Institucionais 03/03/2007

http://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_Militar

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Rei>

<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/galaxia/article/view/1335/1107>

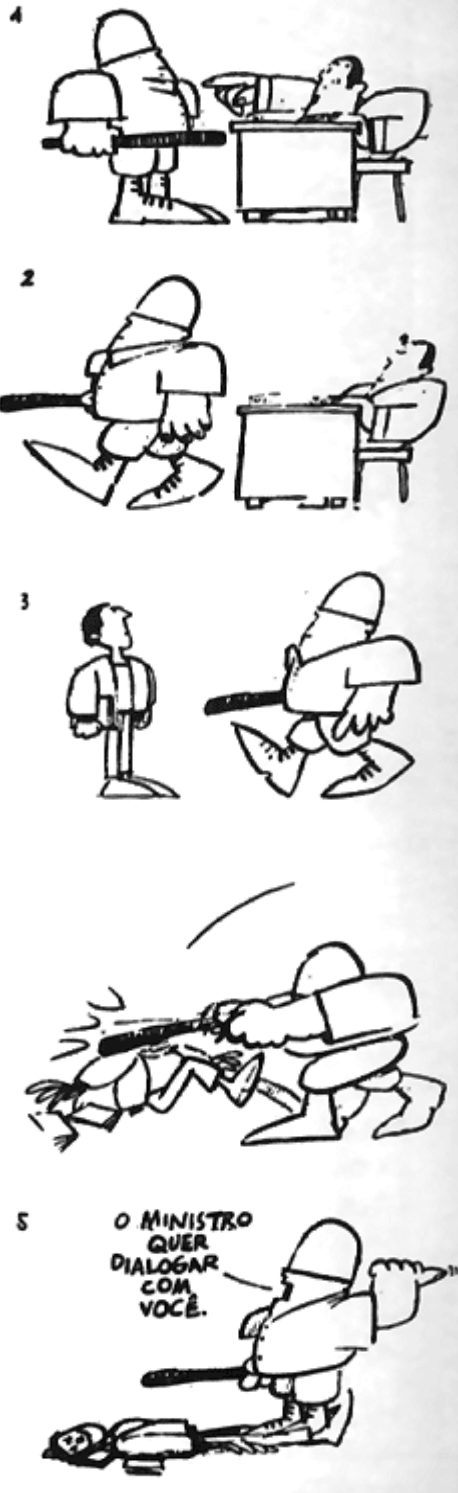
ANEXO

Seguem, em anexo, outras charges passíveis de análise referente ao período de Ditadura Militar (1964 – 1985). A intenção, aqui, é dar uma visão mais ampla do período em estudo. Vale lembrar, que a escolha do *corpus* não foi aleatória. Pretendeu-se estabelecer um percurso de sentido com a seleção de textos, que cobrem desde a implantação do Golpe Militar, à tortura, até o retorno da voz silenciada e a recuperação da prática democrática no Brasil.



www.cliohistoria.com.br

ZIRALDO



JAGUAR

O Hidrófobo



VAGN



www.clioistoria.com.br



www.clioistoria.com.br



www.cliohistoria.com.br



www.cliohistoria.com.br



www.clioistoria.com.br



www.clioistoria.com.br

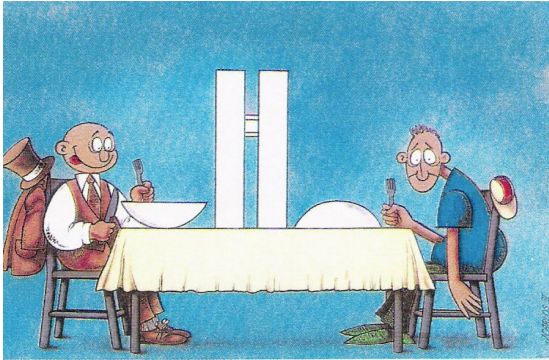




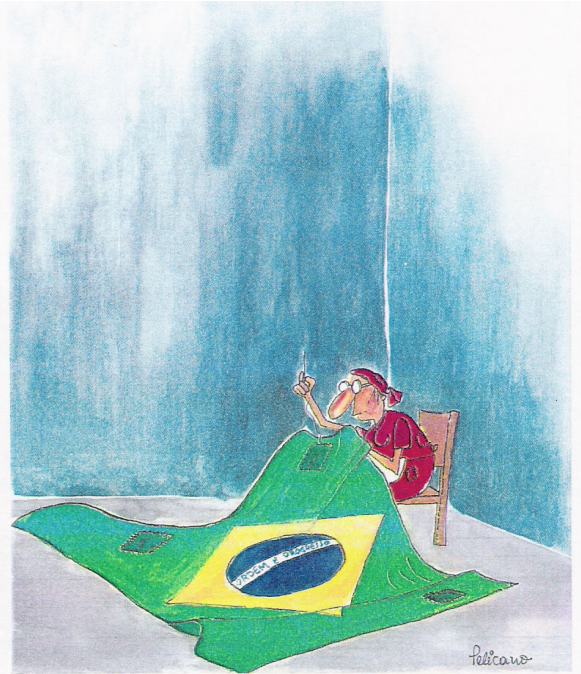
www.cliohistoria.com.br



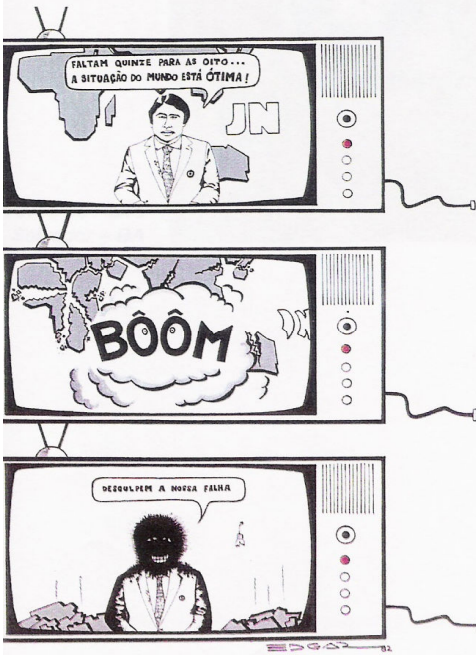
www.cliohistoria.com.br



Prêmio Rede Globo
 Carlos de Souza Teixeira
 Bauri - SP



Cesar Augusto Vilas Boas
 Ribeirão Preto - SP



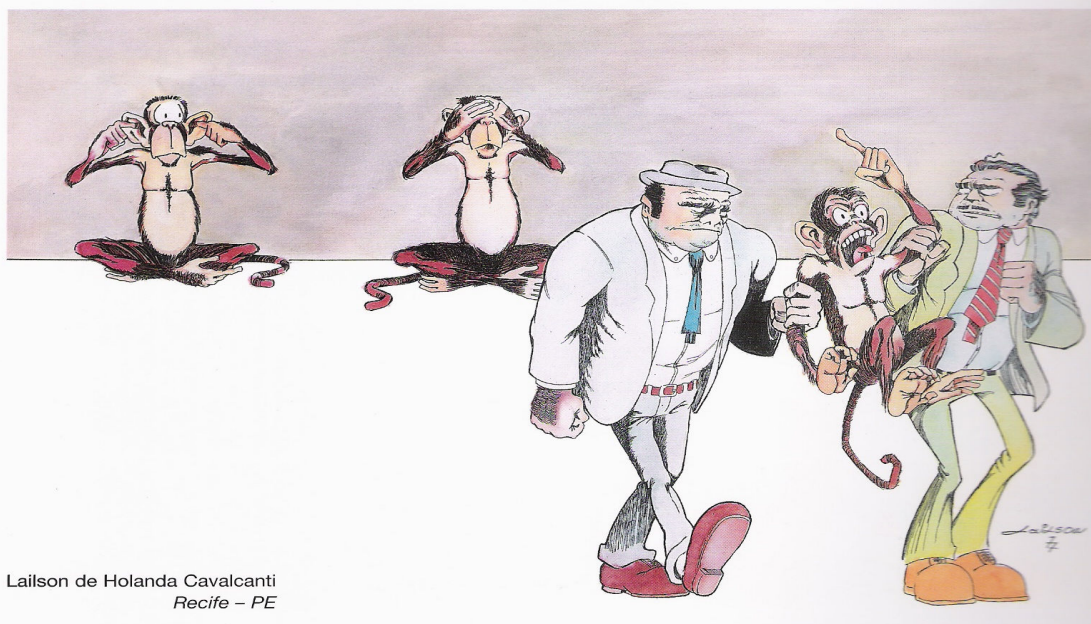
Luciano Dias Pires Filho
 Bauri - SP

Prêmio Júri Popular
 Edgar de Aguiar Rosa
 São Paulo - SP

Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.

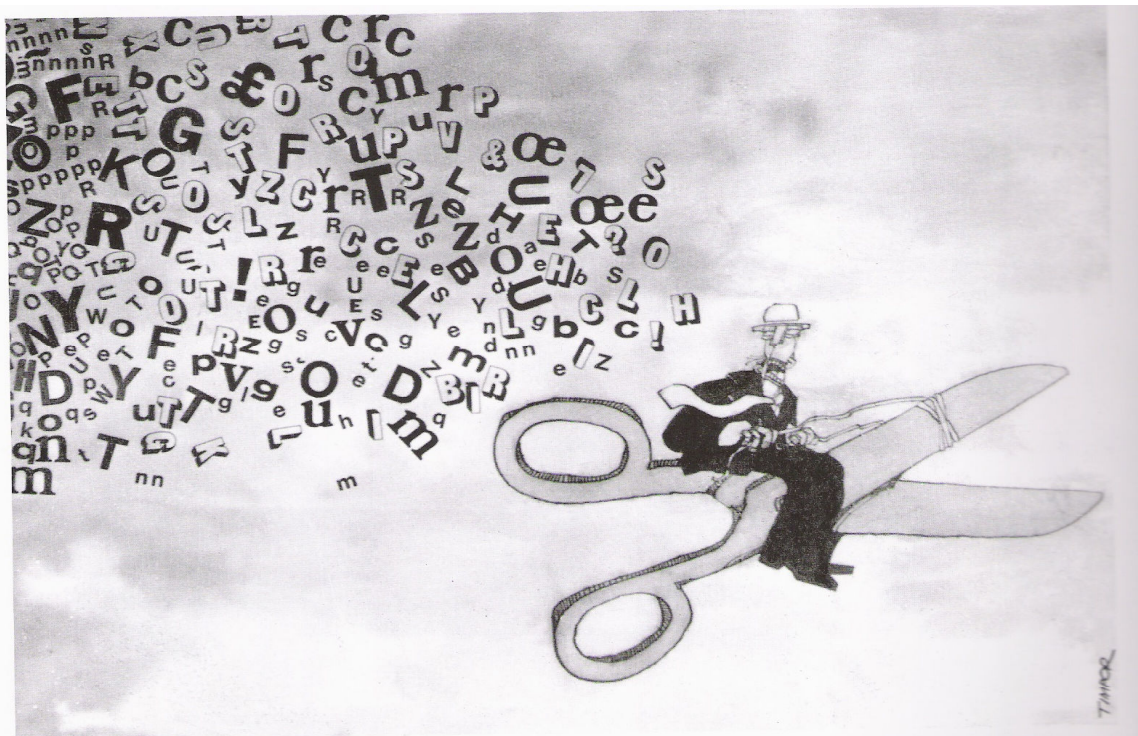


Luiz Antonio Solda
Curitiba - PR

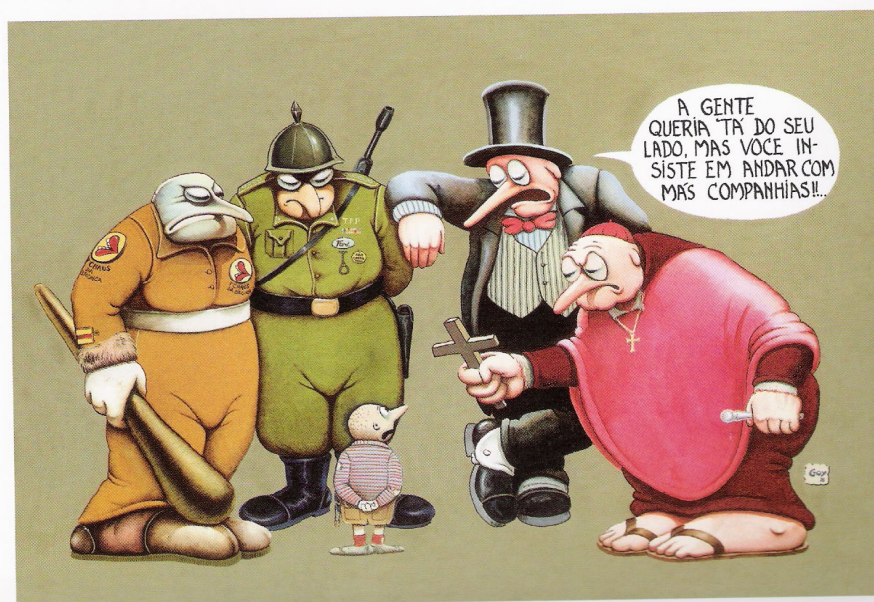


Lailson de Holanda Cavalcanti
Recife - PE

Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.



2º Lugar
Luiz Antonio Solda
Curitiba - PR



3º Lugar
Marcos Coelho Benjamin
Belo Horizonte - MG

Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.



1º Lugar - Prêmio Sharp
Francisco Caruso
São Paulo - SP

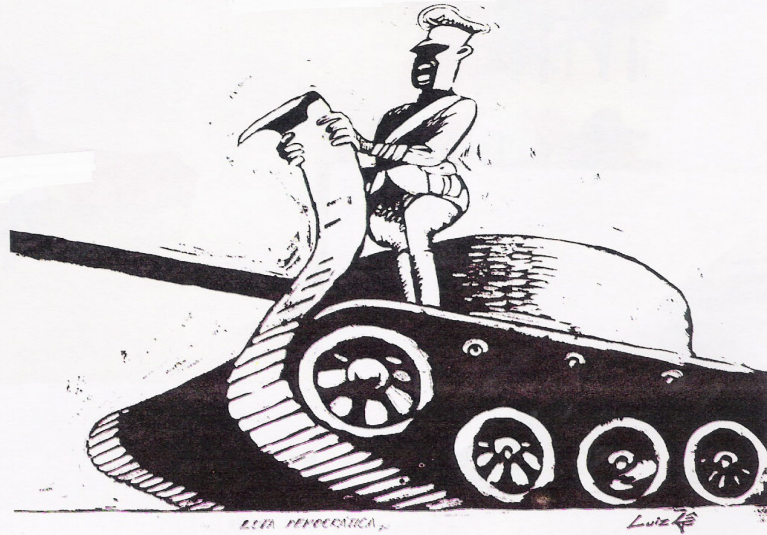
Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.



8º Lugar
 Autor: Antonio Solda
 Curitiba - PR



7º Lugar - Prêmio Imprensa
 Autor: Ivan Fernandes
 Rio de Janeiro - RJ



8º Lugar
 Autor: Luiz Geraldo Ferrari
 São Paulo - SP

Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.



Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.



Piracicaba 30 anos de Humor / apresentação de José Machado, Heitor Guadenci Junior; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto do Memorial de Artes Gráficas do Brasil, 2003.

C A P A S D O P A S Q U I M

Exclusivo:

Odete Lara conta tudo sobre Cannes



Chico Buarque escreve: Por que sou tricolor



E MAIS: JAGUAR, TARSO DE CASTRO, SÉRGIO CABRAL, CLAUDIUS, DON MARTIN, MILLOR FERNANDES, FORTUNA, ZIRALDO, MARTA ALENCAR, SÉRGIO NORONHA, LUIZ CARLOS MACIEL



O PASQUIM

Rio — GB, 26 de Junho de 1969 — Número I — Aos amigos, tudo; aos inimigos, justiça — nCr\$ 0,50

Ibrahim: sou imortal sem fardão

O PASQUIM surge com duas vantagens: é um semanário com autocrítica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais e que, como os donos dos jornais não reconhecerem tal fato em termos financeiros, resolvem ser empresários. É também um semanário definido — a favor dos leitores e anunciantes, embora não seja tão radical quanto o antigo PSD. Até agora O PASQUIM vai muito bem — pois conseguimos um prazo de trinta dias para pagar as faturas. Este primeiro número é dedicado à memória do nosso Sérgio Porto, que hoje deveria estar aqui conosco. No mais, divirta-se — enquanto é tempo e não chega o número dois.



CAPA DO PRIMEIRO EXEMPLAR DO PASQUIM - JUNHO DE 1969

O PASQUIM

Nº 35 — Rio, 19 a 25/2/1970 — NCr\$ 0,50 — O PASQUIM, um caos para conferir.



BADEN POWELL



RECOMENDADO PARA
MAIORES DE 16 ANOS

PASQUIM

N.º 115 - Rio, de 14 a 20/9/71 - Cr\$1,00 - O PASQUIM - Um lixo da primeira à última página.

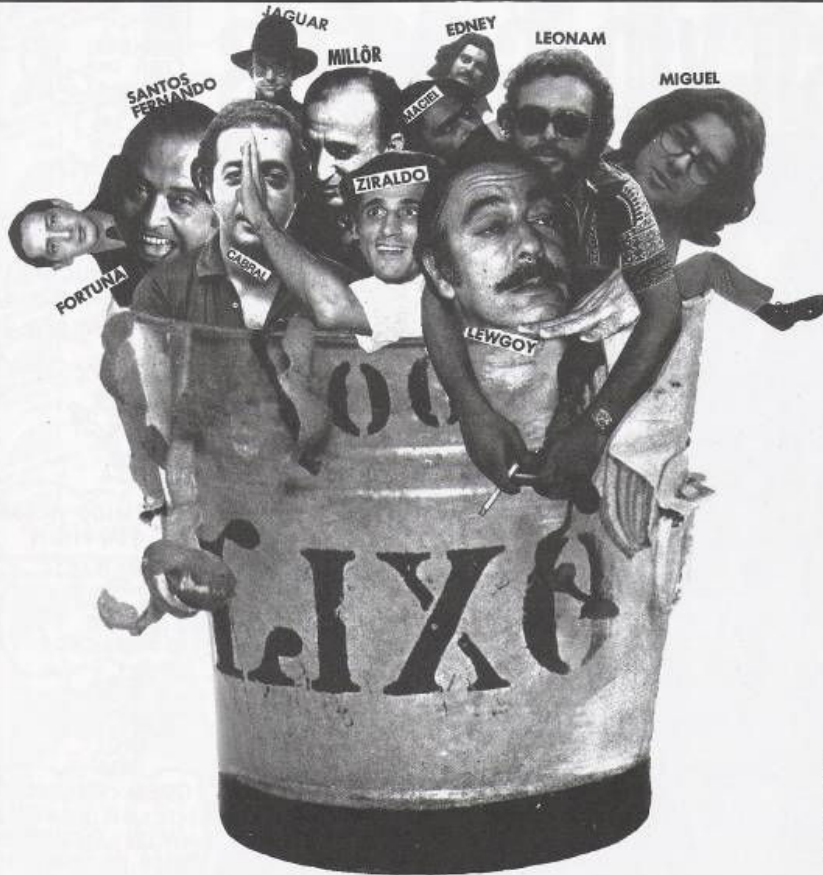


FOTO DE PAULO GALICIA

OS REIS DO LIXO

RECOMENDÁVEL PARA
MAIORES DE 16 ANOS

PASQUIM

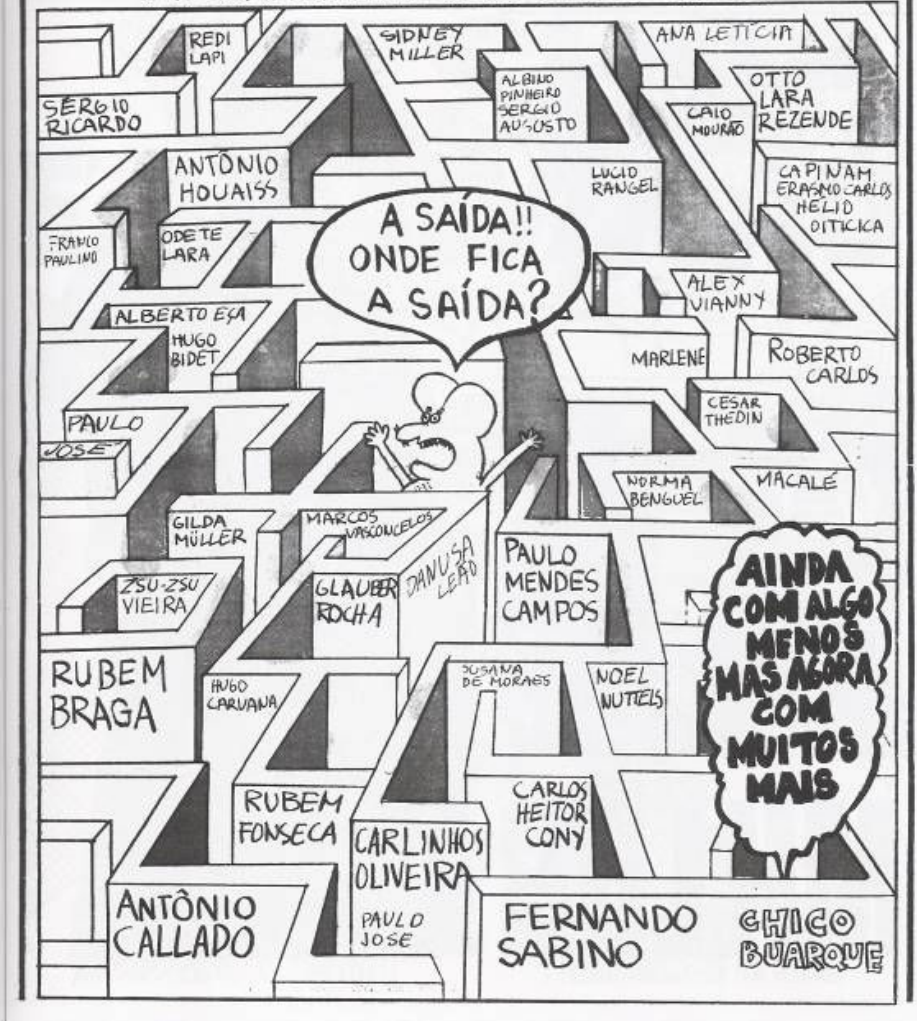
N.º 73 - Rio, de 11 a 17/11/69 - Cr\$ 0,80 - O PASQUIM - O jornal com algo menos



RECOMENDÁVEL PARA
MAIORES DE 16 ANOS

PASQUIM

Nº 74 - Rio, de 18 a 24/11/70 - Cr\$ 0.80 - O PASQUIM - Apesar dos pesares



RECOMENDÁVEL PARA
MAIORES DE 16 ANOS

PASQUIM

Nº. 107 - Rio, de 22 a 28/7/71 - Cr\$ 1,00 - O PASQUIM - O melhor joio do trigal.

JESUS É A SALVAÇÃO



RECOMENDADO PARA
MAIORES DE 16 ANOS

PASQUIM

Nº. 119 - Rio, de 12 a 18/10/71 - Cr\$ 1,00 - O PASQUIM - Carajoso como um rato.

SÍLVIO SANTOS



FOTO DE RAIMUNDO

TAMBÉM VOU
DAR UMA DE
CAMELO



UM PAULO
FRANCIS AQUI
PRO CAVALHEIRO!



O AMIGO ACABA
DE ADQUIRIR
UM NEWTON
CARLOS E
LEVA UM
ZIRALDO DE
BONIFICAÇÃO!



QUEM VAI QUERER?
MILLÔR, HENFIL,
MACIEL, JAGUAR A
PREÇO DE BANANA!



RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

RECOMENDÁVEL PARA MAIORES DE 16 ANOS

PASQUIM

N.º 131 - Rio, de 4 a 10/1/72 - Cr\$ 1.00 - O PASQUIM - Sai tôdas as têrças, ou quartas, ou se calhar, quintas.

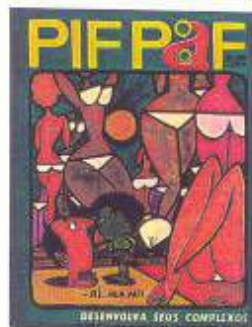
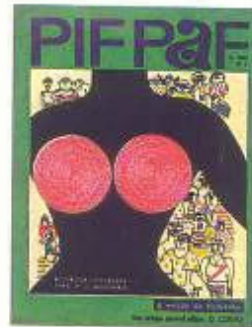
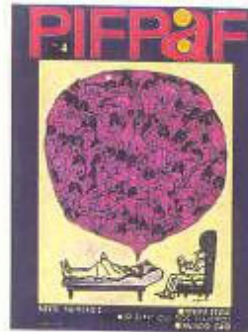


**C
A
P
A
S

D
A

P
I
F

P
A
F**



3ª edição, maio de 2006



MUITO OLHO! OLHE MESMO! OLHE BEM



SE VOCÊ É UM ENGRASSADINHO AMADOR

500 CONTOS
POR UMA PIADA

NÓS O LIVRAREMOS DESSE ESTADO VEXATÓRIO

Leia  **PAG.17**

K

PIFFAF

No. 3

RIO — 22 DE JUNHO DE 1964



ZIRALDO

Esta é a nossa capa. Além, capa e espada.

PIFFAF

K



PIF

PAF

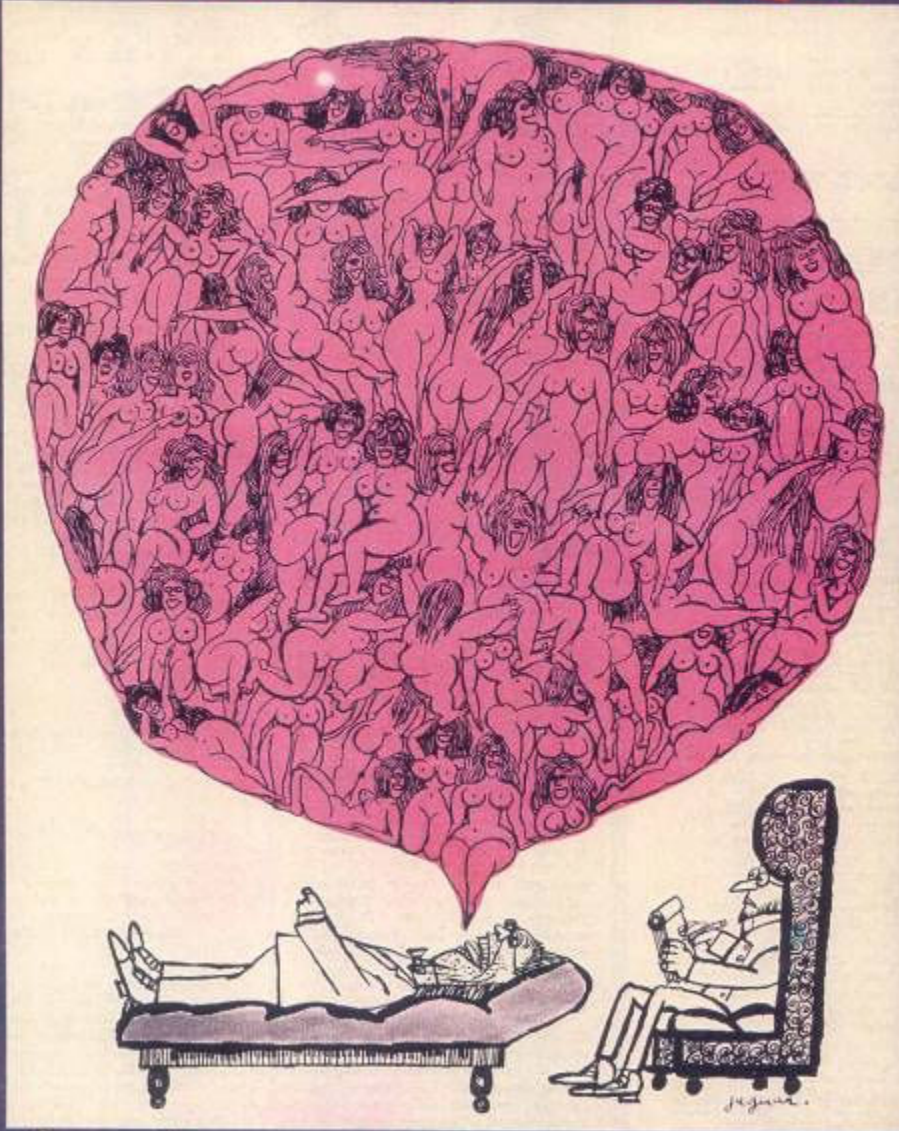
**MAS, MILLÔR
FERNANDES
AFINAL,
O QUE É
A LIBERDADE?
PAG 8.9**

VILMAR
Pif-Paf não tem contra-indicações — só seja, graças a Deus, alguém moroso de rir com essas piadas.

Foto: revista Integrante da publicação Pif-Paf O Jornalista Arno Depade / março de 2005. Publicação: Perspectiva. Lei de Incentivo à Cultura / MEC. Obtenção: Facebook

PIFFAF

No. 4
C\$ 300

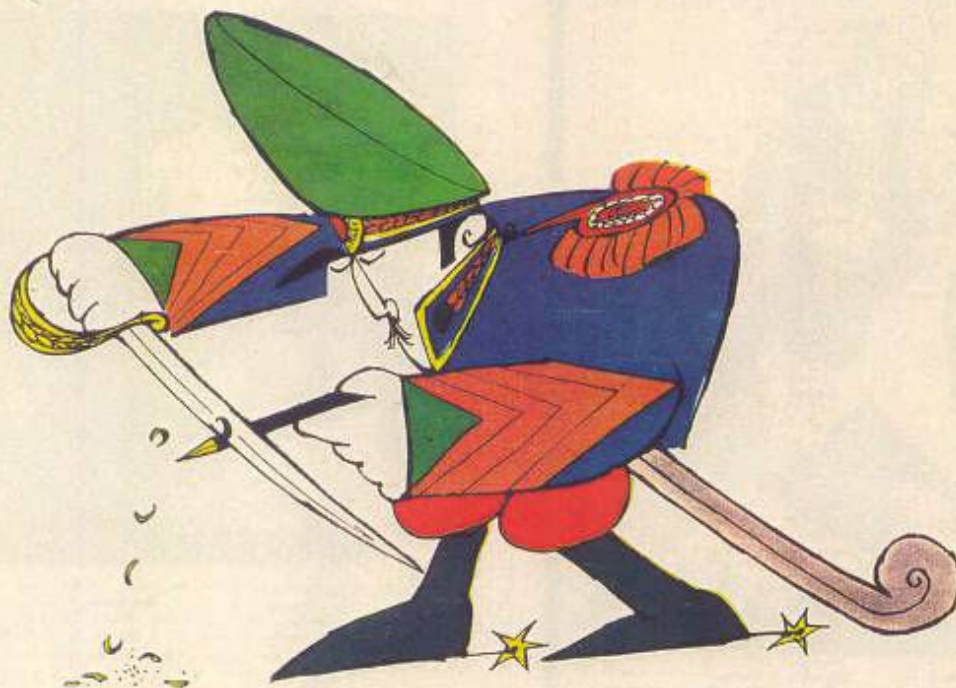


NÊSTE NÚMERO :

JULHO/6/64

- STRIP-TEASE
- O SEXO QUE NOS PERDEMOS
- MUNDO CAO

PIF.
PAF



Fortuna

PIF PAF

Cr. 200
Nº 5

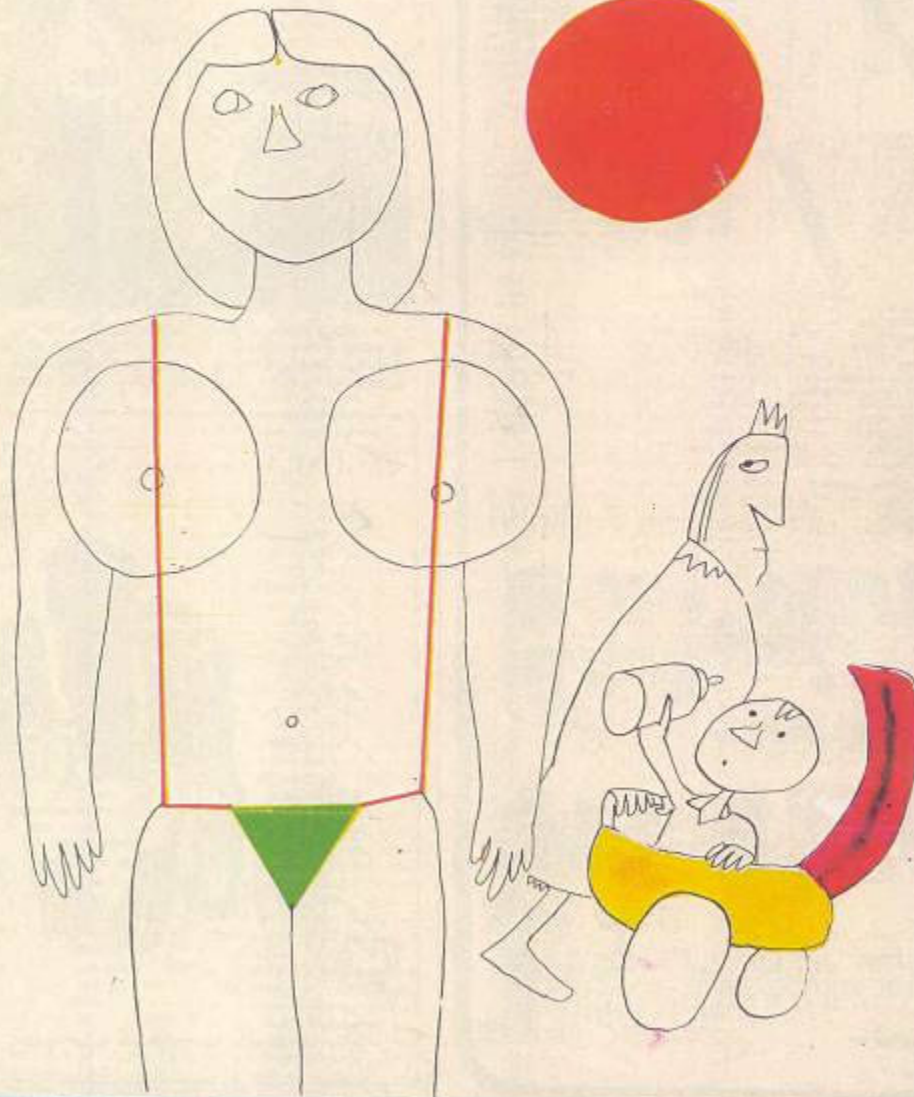
EDIÇÃO SEMI-ESPECIAL
CONTRA
O MEIO-BIQUINI



AFINAL CLAUDIUS INCOMUNICÁVEL

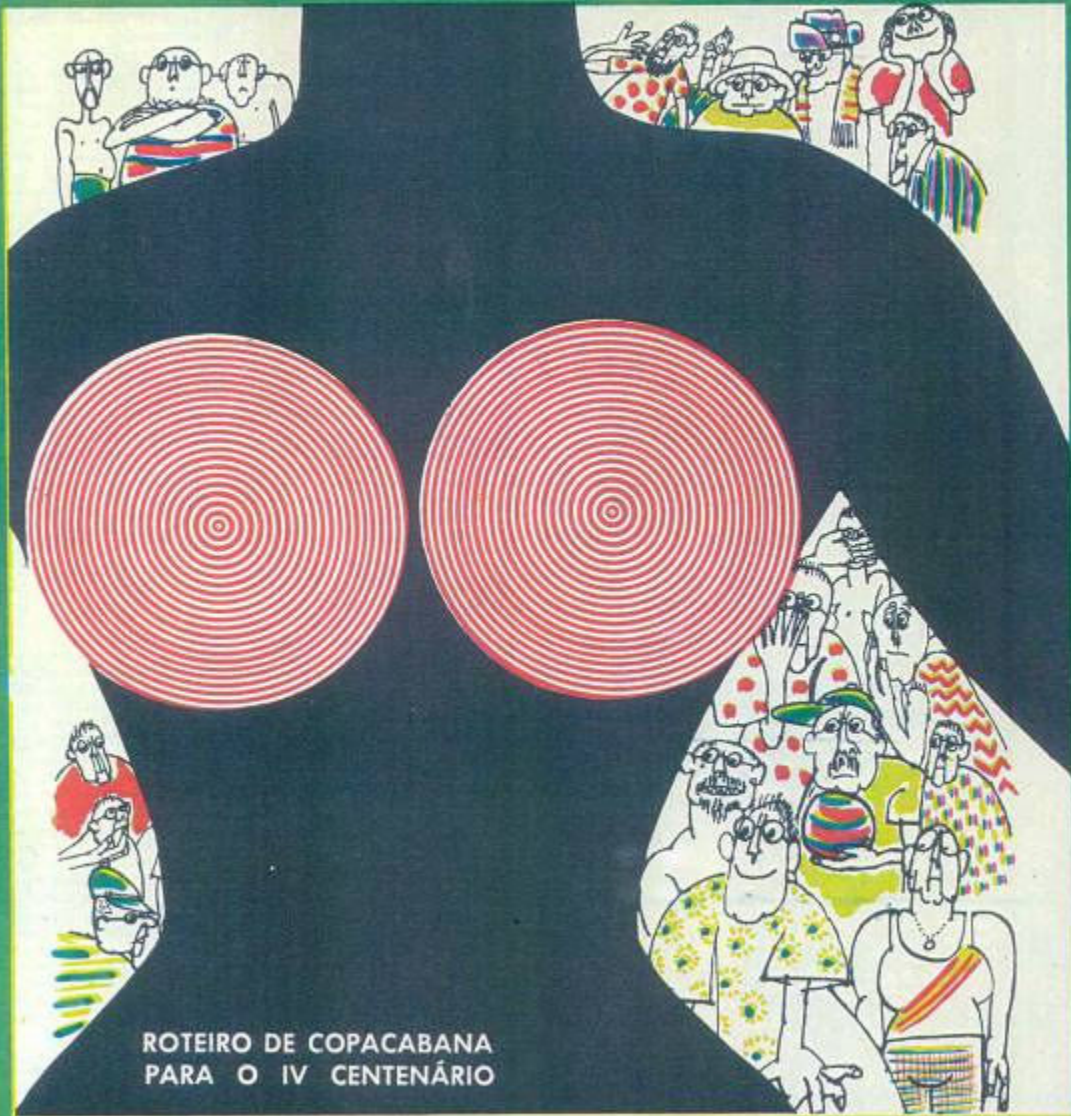
Portina

EDIÇÃO SEMI-ESPECIAL DO
PIFPAF



PIF PAF

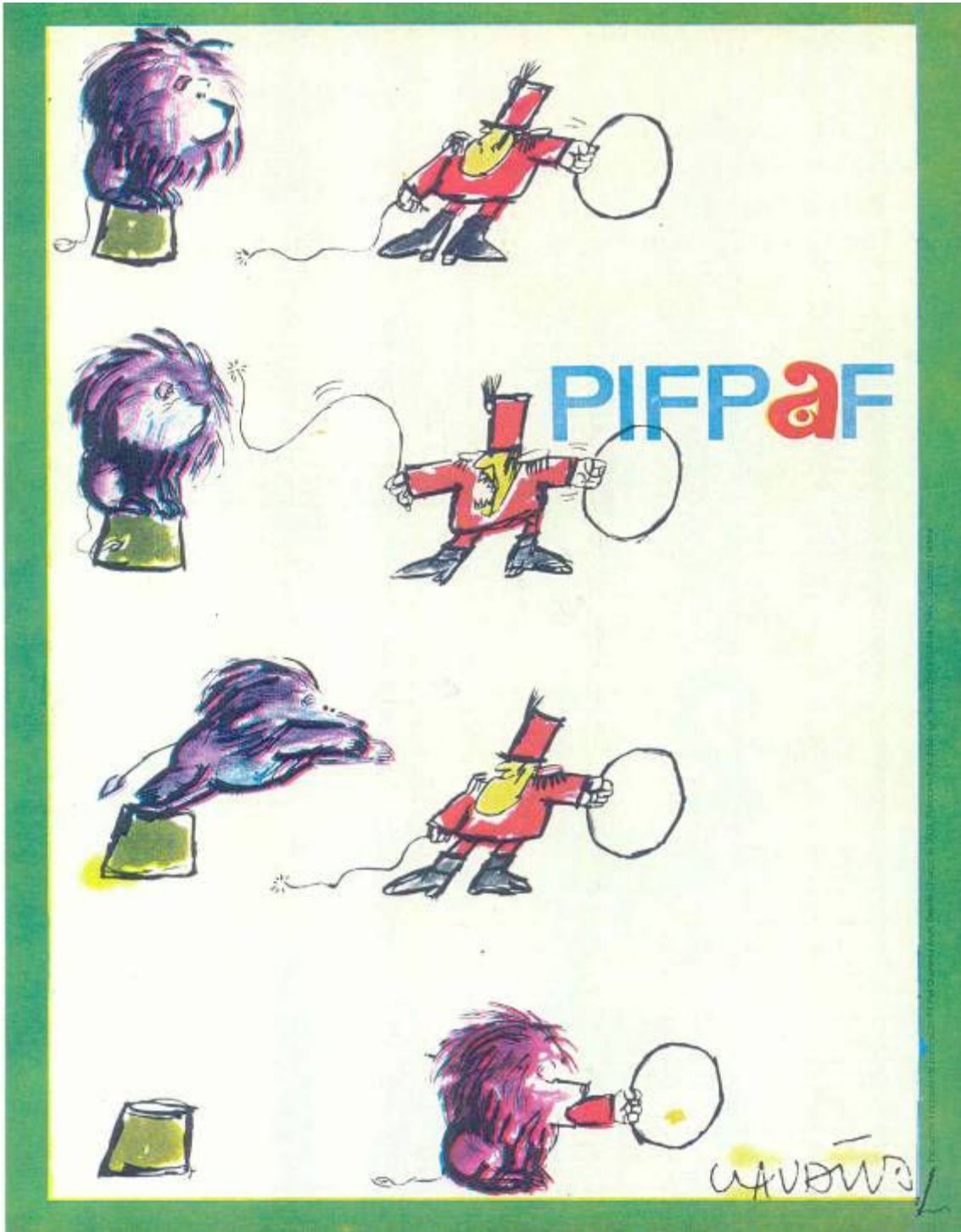
Cr. 200
Nº 6



ROTEIRO DE COPACABANA
PARA O IV CENTENÁRIO

A traição do Castelinho.

Um artigo genial sôbre O CORVO



PIF PAF

Cr. 200
Nº 7



**MISS ALVORADA AMEAÇA
SE RETIRAR DO PÁREO**

Foto exclusiva de Carlota Corwina

Pensamento vivo de
LEON ELIACHAR

ESTUPEFACIENTE
Cartilha para o povo

PIFFAF

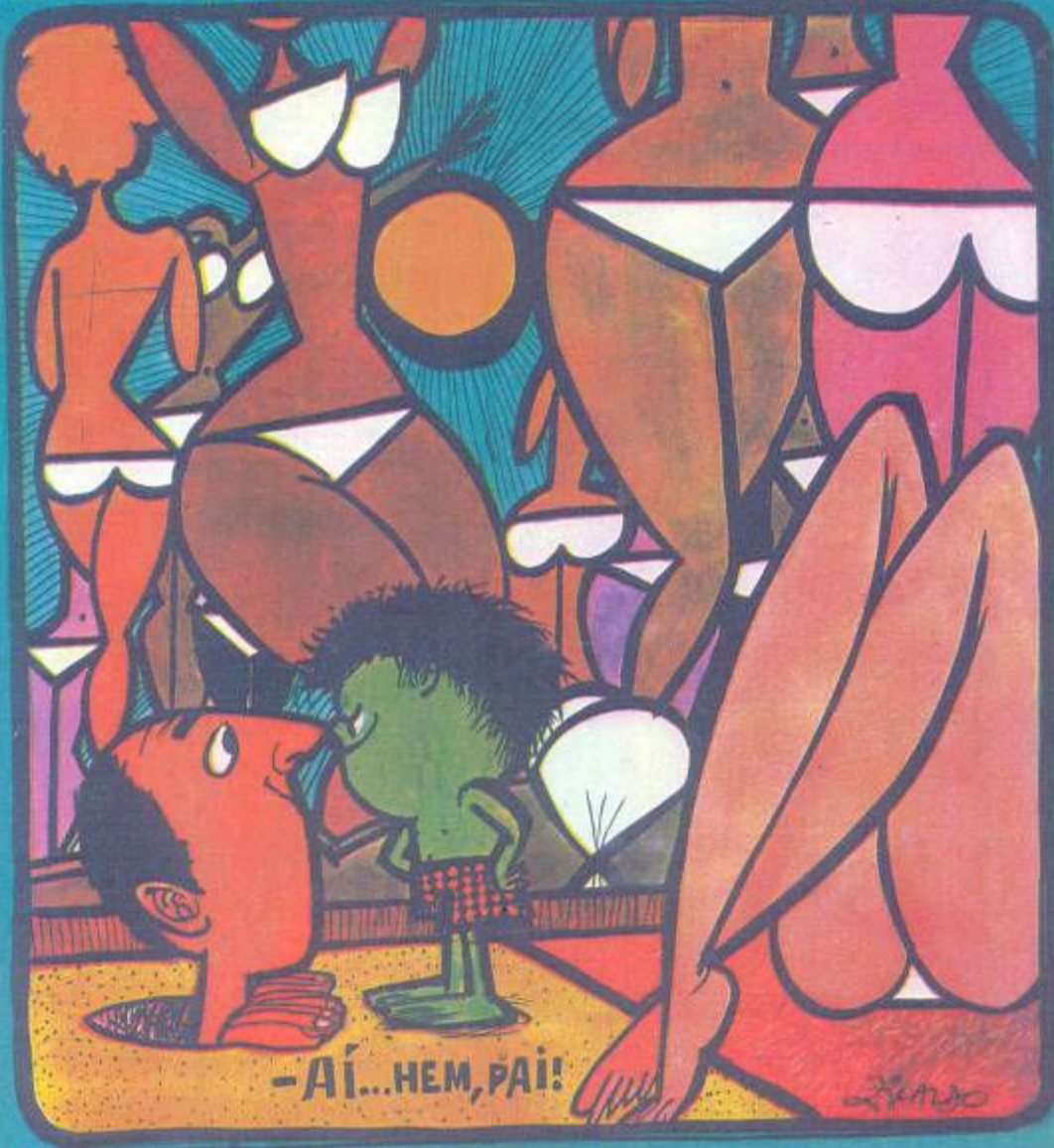


Fortune

Per info e arretrati di pubblicazione: Piffa, Quarta Via, Depes, - maggio 2007 - Piacenza, Piacenza, - Le illustrazioni di Cultura Piacenza - Giovanni Piacenza

PIF PAF

Cr. 200
Nº 3



-AÍ...HEM, PAI!

DESENVOLVA SEUS COMPLEXOS

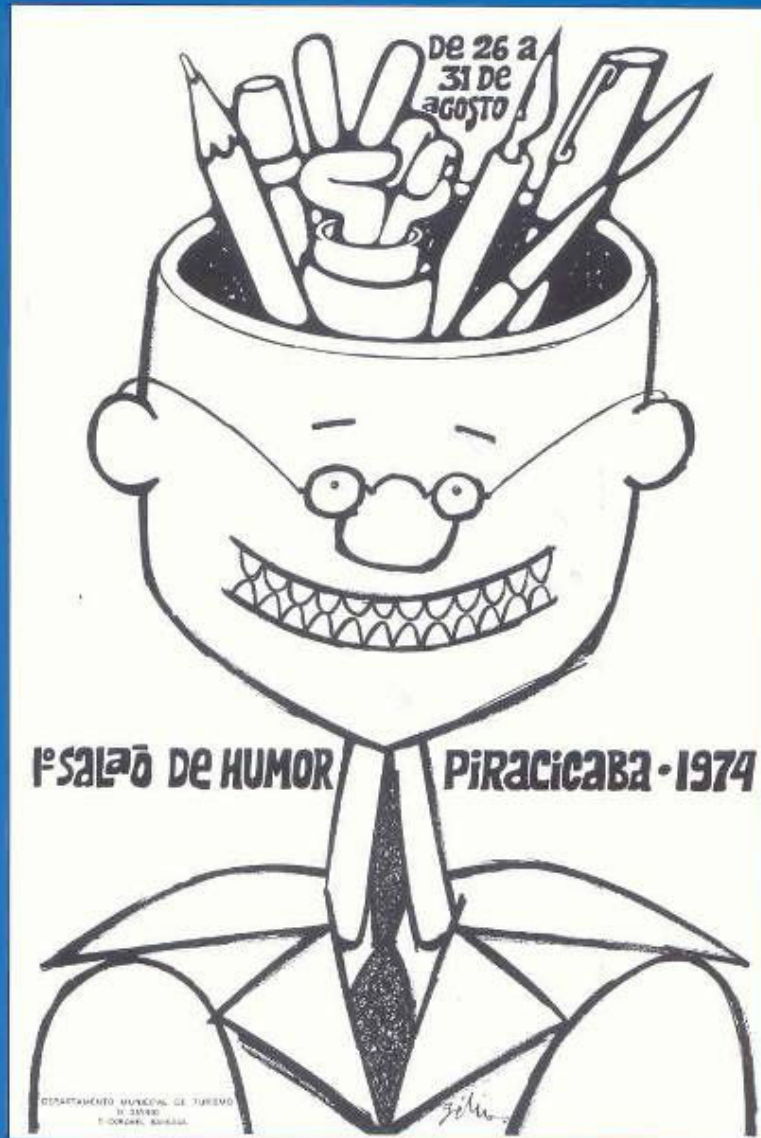
Concurso Miss Alvorada sensacional: briga entre Castalinha e Carlötinha

ADVERTÊNCIA!

QUEM AVISA, AMIGO É: SE O GOVÊRNO CONTINUAR DEIXANDO QUE CERTOS JORNALISTAS FALEM EM ELEIÇÕES; SE O GOVÊRNO CONTINUAR DEIXANDO QUE DETERMINADOS JORNAIS FAÇAM RESTRIÇÕES À SUA POLÍTICA FINANCEIRA; SE O GOVÊRNO CONTINUAR DEIXANDO QUE ALGUNS POLÍTICOS TEIEM EM MANTER SUAS CANDIDATURAS; SE O GOVÊRNO CONTINUAR DEIXANDO QUE ALGUMAS PESSOAS PENSEM POR SUA PRÓPRIA CABEÇA; E, SOBRETUDO, SE O GOVÊRNO CONTINUAR DEIXANDO QUE CIRCULE ESTA REVISTA, COM TÔDA SUA IRREVERÊNCIA E CRÍTICA, DENTRO EMBREVE ESTAREMOS CAINDO NUMA DEMOCRACIA.

ROMCH E D E O Æ L A S O D S Z A G O T S

1974



1st Humor Exhibition
Poster of Zélio

1^o Salão de Humor
Cartaz de Zélio

1975



2nd Humor Exhibition
Poster of Zélio

2^o Salão de Humor
Cartaz de Zélio

1976



III SALÃO DE HUMOR DE PIRACICABA 21 AGOSTO A 5 SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



*3rd International Humor
Exhibition
Poster of Emil Wanstock*

**3^o Salão Internacional
de Humor
Cartaz de
Emil Wanstock**

1977

4º SALÃO INTERNACIONAL de HUMOR



20 Agosto a
04 Setembro '77

Premiação
Cr\$ 100.000,00

Distribuídos entre 9 escolhidos
pelo júri, sem ordem de classificação.

Premio Imprensa
Cr\$ 10.000,00. Trabalhos de Humor publicados
na imprensa.

Os cartunistas de Imprensa deverão remeter
no endereço abaixo, cartuns, charges, tiras,
desenhos de Humor, na página do jornal ou
revista em que foram publicados.

**PARTICIPANTES DO 4.º SALÃO
INTERNACIONAL DE HUMOR**
3 trabalhos no máximo. Medida padrão 30x40
montado em papelão acondicionado em papel
Kraft ou similar, sem moldura.

Participação:
AGRAF
ABRACAN
SINDICATO DOS
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS
DO ESTADO DE
SÃO PAULO
Convidado
Especial
(Henfil)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA
- Ação Cultural -

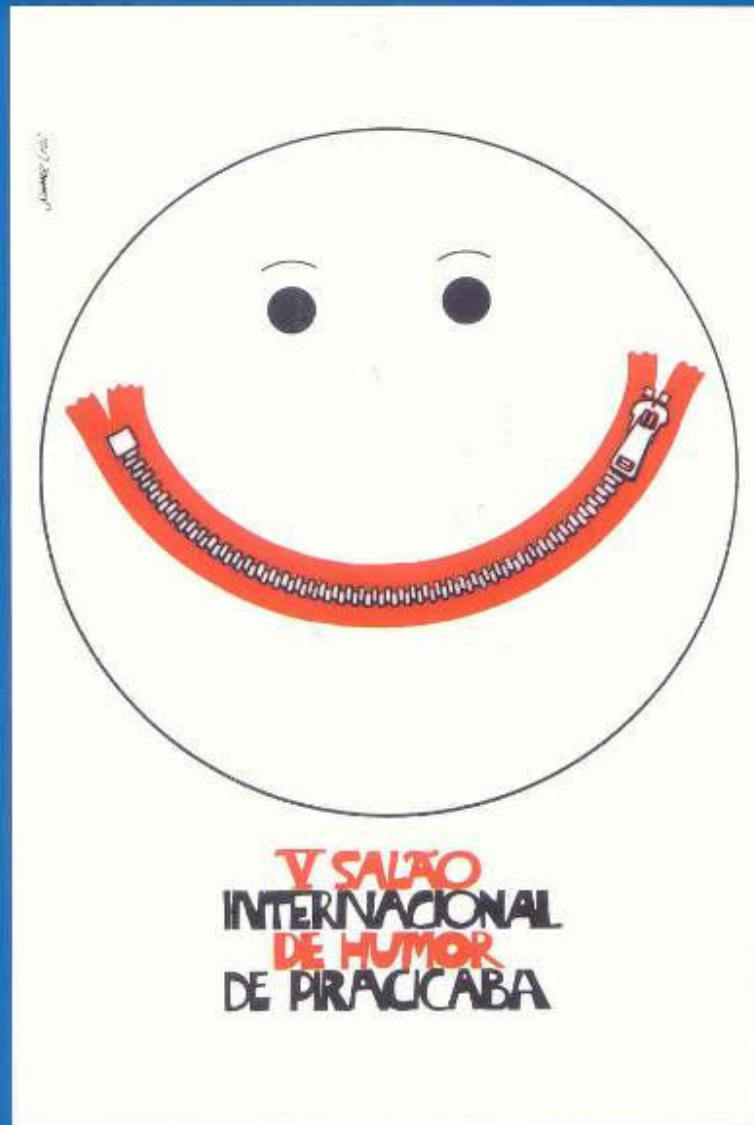
Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

EXPOSICÃO - 1ª Pista do Centro Municipal de Cultura - Avenida 190 - 13110-000 PIRACICABA - SÃO PAULO - BRASIL

4ª International Humor
Exhibition
Poster of Geraldo

4º Salão Internacional
de Humor
Cartaz de Geraldo

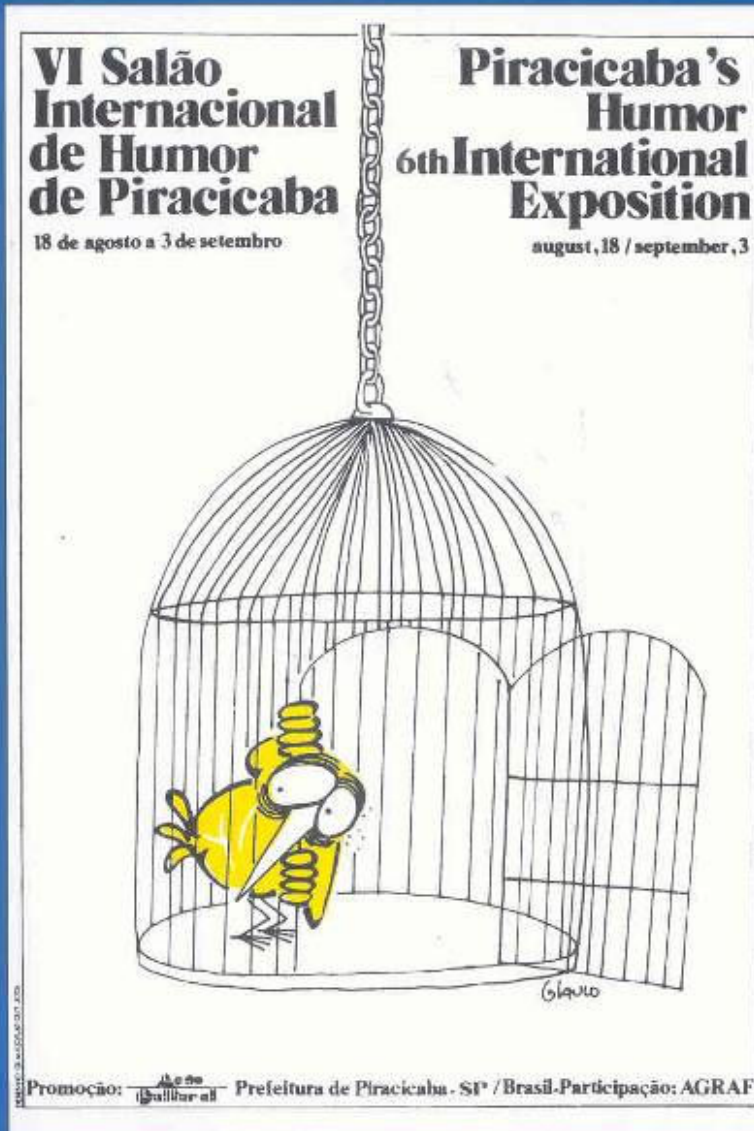
1978



5ª Internacional Humor
Exhibition
Poster of Jayme Leão

5º Salão Internacional
de Humor
Cartaz de Jayme Leão

1979



6th International Humor
Exhibition
Poster of Glaucio

6^o Salão Internacional
de Humor
Cartaz de Glaucio

1980

PIRACICABA
VII SALÃO INTERNACIONAL DE HUMOR

Desenho e Ideia: Alcy - Piracicaba

- O dia em Piracicaba: 2000 horas
- O dia em Piracicaba: 2000 horas
- O dia em Piracicaba: 2000 horas
- O dia em Piracicaba: 2000 horas

16 DE AGOSTO A 7 DE SETEMBRO - TEATRO MUNICIPAL

EXPOSIÇÃO DE AÇÃO CULTURAL - RUA CRUZES CARDEAL, 1122 - CEP: 13066
FONE: 53-6122 FAX: 53-4474 - DDD: 019

INSTITUTO DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
MODERNAÇÃO: ALCY - 1980/01/10

7th International Humor
Exhibition
Poster of Alcy

7^o Salão Internacional
de Humor
Cartaz de Alcy

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

À NAÇÃO

A Revolução é um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão.

No preâmbulo do Ato que iniciou a institucionalização, do movimento de 31 de março de 1964 foi dito que o que houve e continuará a haver, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, mas também na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. E frisou-se que:

- a) ela se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;
- b) a revolução investe-se, por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se por si mesma;
- c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das forças armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo e em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular.

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País".

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Assim, o Presidente da República, na condição de Chefe do Governo revolucionário e comandante supremo das forças armadas, coesas na manutenção dos ideais revolucionários, CONSIDERANDO que o País precisa de tranqüilidade para o trabalho em

prol do seu desenvolvimento econômico e do bem-estar do povo, e que não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem;
CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs,
Resolve editar o seguinte:

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art 1º - A Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas emendas são mantidas com as modificações constantes deste Ato.

Art 2º - A Constituição poderá ser emendada por iniciativa:

I - dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - das Assembléias Legislativas dos Estados.

§ 1º - Considerar-se-á proposta a emenda se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por mensagem do Presidente da República, ou por mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º - Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada em dois turnos na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 3º - Aprovada numa, a emenda será logo enviada à outra Câmara, para sua deliberação.

Art 3º - Cabe, à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei sobre matéria financeira.

Art 4º - Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados e do Senado e dos Tribunais Federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou a despesa pública e disponham sobre a fixação das forças armadas.

Parágrafo único - Aos projetos oriundos dessa, competência exclusiva do Presidente da República não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.

Art 5º - A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados e sua votação deve estar concluída dentro de 45 dias, a contar do seu recebimento.

§ 1º - Findo esse prazo sem deliberação, o projeto passará ao Senado com a redação originária e a revisão será discutida e votada num só turno, e deverá ser concluída no Senado Federal dentro de 45 dias. Esgotado o prazo sem deliberação, considerar-se-á aprovado o texto como proveio da Câmara dos Deputados.

§ 2º - A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados se processará no prazo de dez dias, decorrido o qual serão tidas como aprovadas.

§ 3º - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça em 30 dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

§ 4º - Se julgar, por outro lado, que o projeto, não sendo urgente, merece maior debate pela extensão do seu texto, solicitará que a sua apreciação se faça em prazo maior, para as duas casas do Congresso.

Art 6º - Os arts. 94, 98, 103 e 105 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94 - O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I - Supremo Tribunal Federal;
- II - Tribunal Federal de Recursos e Juízes Federais;
- III - Tribunais e Juízes Militares;
- IV - Tribunais e Juízes Eleitorais;
- V - Tribunais e Juízes do Trabalho."

"Art. 98 - O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de dezesseis Ministros.

Parágrafo único - O Tribunal funcionará em Plenário e dividido em três Turmas de cinco Ministros cada uma."

"Art. 103 - O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de treze Juízes nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, oito entre magistrados e cinco entre advogados e membros do Ministério Público, todos com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único - O Tribunal poderá dividir-se em Câmaras ou Turmas."

"Art. 105 - Os Juízes Federais serão nomeados pelo Presidente da República dentre cinco cidadãos indicados na forma da lei pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 1º - Cada Estado ou Território e bem assim o Distrito Federal constituirão de per si uma Seção judicial, que terá por sede a Capital respectiva.

§ 2º - A lei fixará o número de Juízes de cada Seção bem como regulará o provimento dos cargos de Juízes substitutos, serventuários e funcionários da Justiça.

§ 3º - Aos Juízes Federais compete processar e julgar em primeira instância.

- a) as causas em que a União ou entidade autárquica federal for interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência e acidentes de trabalho;
- b) as causas entre Estados estrangeiros e pessoa domiciliada no Brasil;
- c) as causas fundadas em tratado ou em contrato da União com Estado estrangeiro ou com organismo internacional;
- d) as questões de direito marítimo e de navegação, inclusive a aérea;
- e) os crimes políticos e os praticados em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- f) os crimes que constituem objeto de tratado ou de convenção internacional e os praticados a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;
- g) os crimes contra a organização do trabalho e o exercício do direito de greve;
- h) os habeas corpus em matéria criminal de sua competência ou quando a coação provier de autoridade federal não subordinada a órgão superior da Justiça da União;
- i) os mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados, os casos do art. 101, I, i, e do art. 104, I, b."

Art 7º - O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Juízes vitalícios com a denominação de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dos quais quatro escolhidos dentre os Generais efetivos do Exército, três dentre os Oficiais Generais efetivos da Armada, três dentre os Oficiais Generais efetivos da Aeronáutica e cinco civis.

Parágrafo único - As vagas de Ministros togados serão preenchidas por brasileiros natos, maiores de 35 anos de idade, da forma seguinte:

- I - três por cidadãos de notório saber jurídico e reputação ilibada, com prática forense de mais de dez anos, da livre escolha do Presidente da República;
- II - duas por Auditores e Procurador- Geral da Justiça Militar.

Art 8º - O § 1º do art. 108 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares."

§ 1º - Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1963.

§ 2º - A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.

§ 3º - Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referido no § 1º, e aos Conselhos de Justiça nos demais casos.

Art 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente, da República será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Os Partidos inscreverão os candidatos até 5 dias, antes do pleito e, em caso de morte ou impedimento insuperável de qualquer deles, poderão substituí-los até 24 horas antes da eleição.

§ 2º - Se não for obtido o quorum na primeira votação, repetir-se-ão os escrutínios até que seja atingido, eliminando-se, sucessivamente, do rol dos candidatos, o que obtiver menor número de votos.

§ 3º - Limitados a dois os candidatos, a eleição se dará mesmo por maioria simples.

Art 10 - Os Vereadores não perceberão remuneração, seja a que título for.

Art 11 - Os Deputados às Assembléias Legislativas não podem perceber, a qualquer título, remuneração superior a dois terços da que percebem os Deputados federais.

Art 12 - A última alínea do § 5º do art. 141 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão, da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe."

Art 13 - O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna.

Parágrafo único - O ato que decretar o estado de sítio estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor.

Art 14 - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo.

Parágrafo único - Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou, ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art 15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição,

poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art 16 - A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no, art. 10 e seu parágrafo único do Ato institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente:

I - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

Art 17 - Além dos casos previstos na Constituição federal, o Presidente da República poderá decretar e fazer cumprir a intervenção federal nos Estados, por prazo determinado:

I - para assegurar a execução da lei federal;

II - para prevenir ou reprimir a subversão da ordem.

Parágrafo único - A intervenção decretada nos termos deste artigo será, sem prejuízo da sua execução, submetida à aprovação do Congresso Nacional,

Art 18 - Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros.

Parágrafo único - Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, e suas modificações.

Art 19 - Ficam excluídos da apreciação judicial:

I - os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução e pelo Governo federal, com fundamento no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, no presente Ato Institucional e nos atos complementares deste;

II - as resoluções das Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos ou Vereadores, a partir de 31 de março de 1964, até a promulgação deste Ato.

Art 20. - O provimento inicial dos cargos da Justiça federal far-se-á pelo Presidente da República dentre brasileiros de saber jurídico e reputação ilibada.

Art 21 - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art 22 - Somente poderão ser criados Municípios novos depois de feita prova cabal de sua viabilidade econômico-financeira, perante a Assembléia Legislativa.

Art 23 - Constitui crime. de responsabilidade contra a probidade na administração, a aplicação irregular pelos Prefeito da cota do imposto de Renda atribuída aos Municípios pela União, cabendo a iniciativa da ação penal ao Ministério Público ou a um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art 24 - O julgamento nos processos instaurados segundo a Lei nº 2.083, de .12 de novembro de 1953, compete ao Juiz de Direito que houver dirigido a instrução do processo.

Parágrafo único - A prescrição da ação penal relativa aos delitos constantes dessa Lei ocorrerá dois anos após a data da publicação incriminada, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.

Art 25 - Fica estabelecido a partir desta data, o princípio da paridade na remuneração dos servidores dos três Poderes da República, não admitida, de forma alguma, a correção monetária como privilégio de qualquer grupo ou categoria.

Art 26 - A primeira eleição para Presidente e Vice-Presidente da República será realizada em data a ser fixada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional, a qual não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966.

Parágrafo único - Para essa eleição o atual Presidente da República é inelegível.

Art 27 - Ficam sem objeto os projetos de emendas e de lei enviados ao Congresso Nacional que envolvam matéria disciplinada, no todo ou em parte, pelo presente Ato.

Art 28 - Os atuais Vereadores podem continuar a perceber remuneração até o fim do mandato, em quantia, porém, nunca superior à metade da que percebem os Deputados do Estado respectivo.

Art 29 - Incorpora-se definitivamente à Constituição federal o disposto nos arts. 2º a 12 de presente Ato.

Art 30 - O Presidente da República poderá baixar atos complementares do presente, bem como decretos-leis sobre matéria de segurança nacional.

Art 31 - A decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores pode ser objeto de ato complementar do Presidente da República, em estado de sítio ou fora dele.

Parágrafo único - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente, fica autorizado a legislar mediante decretos-leis em todas as matérias previstas na Constituição e na Lei Orgânica.

Art 32 - As normas dos arts. 3º, 4º, 5º e 25 deste Ato são extensivas aos Estados da Federação.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo as Assembléias emendarão as respectivas Constituições, no prazo de sessenta dias, findo o qual aquelas normas passarão, no que couber, a vigorar automaticamente nos Estados.

Art 33 - O presente Ato institucional vigora desde a sua publicação até 15 de março de 1967, revogadas as disposições constitucionais ou legais em contrário.

Brasília, 27 de outubro de 1965; 144º da Independência e 77º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Juracy Montenegro Magalhães
Paulo Bossisio
Arthur da Costa e Silva
Vasco Leitão da Cunha
Eduardo Gomes

ATOS INSTITUCIONAIS

Origem: Wikipédia

Capturada em 03/03/2007

http://pt.wikipedia.org/wiki/Atos_Institucionais

Os **Atos Institucionais** foram decretos emitidos durante os anos após o Golpe militar de 1964 no Brasil. Serviram como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra-constitucionais. Na verdade os **Atos Institucionais** eram um mecanismo para manter na legalidade o domínio dos militares. Sem este mecanismo, a Constituição de 1946 tornaria inexecutável o regime militar, daí a necessidade de substituí-la por decretos mandados cumprir.

De 1964 a 1969 são decretados 17 **atos institucionais** regulamentados por 104 atos complementares.

O governo divulgou que seu objetivo era combater a "corrupção e a subversão".

O AI-1

Redigido por Francisco Campos, foi editado em 9 de abril de 1964 pela junta militar. Passou a ser designado como **AI-1** somente após a divulgação do AI-2. Com 11 artigos, o AI-1 dava ao governo militar o poder de alterar a constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.

Determinava eleições indiretas para a presidência da República no dia 11 de abril, sendo o mandato do presidente terminado em 31 de janeiro de 1966, quando expiraria a vigência do ato.

O AI-2

Em 27 de Outubro - Juracy Magalhães.

Com 33 artigos, o ato instituiu a eleição indireta para presidente da República, dissolveu todos os partidos políticos, aumentou o número de ministros do STF de 11 para 16, reabriu o processo de punição aos adversários do regime, estabeleceu que o presidente poderia decretar estado de sítio por 180 dias sem consultar o Congresso, intervir nos estados, decretar o recesso no Congresso, demitir funcionários por incompatibilidade com o regime e baixar decretos-lei e atos complementares sobre assuntos de segurança nacional.

O Ato Complementar (AC) nº 1, também em 27 de outubro, estabeleceu as sanções a serem estabelecidas contra as pessoas com direitos políticos cassados que se manifestassem politicamente, o que passou a ser qualificado como crime.

O AC 2 estabeleceu, em 1 de novembro, disposições transitórias até serem constituídos os tribunais federais de primeira instância, enquanto o AC 3, no mesmo dia, determinava as formalidades para a aplicação da suspensão de direitos políticos e garantias constitucionais.

O AC 4, em 20 de novembro estabeleceu a nova legislação partidária, fixando os dois partidos políticos que poderiam existir: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O povo logo ironizou a medida, citando que haveria dois partidos: um que dizia "sim" e outro que dizia "sim, senhor".

O AI-3

Em 5 de fevereiro de 1966, o presidente Castelo Branco editou o Ato Institucional Número Três, ou AI-3, que estabelecia eleições indiretas para governador e vice-governador e que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com aprovação das assembleias legislativas. Estabeleceu o calendário eleitoral, com a eleição presidencial em 3 de outubro e para o Congresso, em 15 de novembro.

Com a pressão do governo, somada às cassações de deputados estaduais, a ARENA elegeu 17 governadores. No dia 3 de outubro foi eleito o marechal Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra de Castelo Branco, e para vice, Pedro Aleixo, deputado federal eleito pela UDN e então na Arena. O MDB se absteve de votar nas eleições em protesto.

No dia 12 de outubro foram cassados 6 deputados do MDB, entre os quais Sebastião Pais de Almeida, do antigo PSD, e Doutel de Andrade, do antigo PTB.

No dia 20 de outubro, foi editado o AC 23 estabelecendo recesso parlamentar até 22 de novembro. Em 15 de novembro foram feitas as eleições legislativas, ficando a Arena com 277 cadeiras contra 132 do MDB.

O AI-4

Baixado por Castello Branco em 7 de dezembro de 1966 o Ato Institucional Número Quatro, ou AI-4, convocou ao Congresso Nacional para a votação e promulgação do Projeto de Constituição, que revogaria definitivamente a Constituição de 1946.

O AI-5

Em 1968 reações mais significativas ao regime militar começaram a surgir.

O Ato Institucional Número Cinco, ou AI-5, foi a contra-reação. Representou um significativo endurecimento do regime militar. Foi editado no dia 13 de dezembro, uma sexta-feira que ficou marcada para a história contemporânea brasileira

O AI-6

O AI-6 foi editado em 1 de fevereiro de 1969, reduziu de 16 para 11 o número de ministros do STF, sendo aposentados compulsoriamente Antônio Carlos Lafayette de Andrada e Antônio Gonçalves de Oliveira, que haviam se manifestado contra a cassação de outros ministros do tribunal. Estabeleceu também que os crimes contra a segurança nacional seriam julgados pela justiça militar e não pelo STF.

Em 7 de fevereiro, 33 cassações, entre elas de 11 deputados da Arena. Seguiu-se nova lista no dia 16.

O AI-7

O AI-7 foi editado em 26 de fevereiro de 1969, suspendendo todas as eleições até novembro de 1970.

No dia 13 de março, nova lista de cassações.

O AI-8

O AI-8 foi editado em 24 de abril de 1969, estabelecendo que estados, Distrito Federal e municípios com mais de 200.000 habitantes poderiam fazer reforma administrativa por decreto;

O AI-9

O AI-9 foi editado em 25 de abril de 1969, estabelecendo as regras para a reforma agrária, dando poder ao presidente para "delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias". Estabeleceu também a indenização com títulos da dívida pública reembolsáveis por 20 anos, com correção monetária e que, em caso de discussão do valor, seria aceito o valor cadastral da propriedade.

No dia 29 de abril, novas cassações. 219 professores e pesquisadores universitários foram aposentados, e cassados 15 deputados, da ARENA e do MDB. Também teve direitos políticos suspensos o jornalista Antônio Calado.

AI-10

O AI-10, editado em 16 de maio, determinava que as cassações e suspensões de direitos políticos com base nos outros AIs acarretariam a perda de qualquer cargo da administração direta, ou indireta, instituições de ensino e organizações consideradas de interesse nacional.

Em julho, mais de 500 pessoas foram atingidas com punições, entre elas membros do Congresso Nacional e das assembleias estaduais e municipais, jornalistas, militares, diplomatas, médicos, advogados e professores.

AI-11

O AI-11 foi editado em 14 de julho de 1969. Estabeleceu novo calendário eleitoral, marcando todas as eleições para 15 de novembro de 1969. Inicia-se uma crise, com a "linha dura" se opondo à realização das eleições.

AI-12

No dia 26 de agosto de 1969 o presidente Costa e Silva apresentou sintomas de trombose cerebral. Com o agravamento do estado, o alto comando das forças armadas se reuniu e editou o AI-12 em 30 de agosto, estabelecendo que uma junta militar composta pelos ministros militares assumiria o poder e não o vice-presidente Pedro Aleixo, como mandava a constituição. Em cadeia de rádio e TV, a junta se pronunciou dizendo que a situação interna grave impedia a posse do vice-presidente.

AI-13 e o AI-14

No dia 4 de setembro, um grupo de oposição sequestrou o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e exigiu a libertação de 14 prisioneiros políticos e a divulgação de seu manifesto de repúdio à ditadura militar. No dia seguinte, a junta militar se reuniu com o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI, os ministros José de Magalhães Pinto, das Relações Exteriores, e Luís Antônio da Gama e Silva, da Justiça, e o general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Ficou decidido que o governo cederia às exigências.

Foram editados então o AI-13, que estabelecia o "banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional", e o AI-14 que estabelecia a modificação do artigo 150 da constituição, com a aplicação da pena de morte nos casos de "guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva".

No dia 9, os 15 presos libertados e exilados no México foram banidos do território nacional.

AI-15

O AI-15 foi editado no dia 9 de setembro de 1969 fixando as eleições nos municípios sob intervenção federal para 15 de novembro de 1970.

No dia 16 de setembro, a junta militar emitiu nota oficial comunicando o afastamento definitivo de Costa e Silva e a constituição de uma junta de três generais para encaminhar a questão sucessória.

No dia 27 de setembro foi publicado o Decreto-Lei nº 898 colocando em vigor uma nova Lei de Segurança Nacional, que estabelecia que todo condenado à morte seria fuzilado se em 30 dias não houvesse por parte do presidente da República a comutação da pena em prisão perpétua. Previa-se também a prisão de jornalistas que divulgassem notícias "falsas ou tendenciosas" ou fatos verídicos "truncados ou desfigurados".

Novas cassações foram feitas. Desta vez, 9 deputados federais e o senador Pedro Ludovico Teixeira.

No dia 7 de outubro, o governo anunciou que o general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, havia sido indicado para suceder o presidente enfermo. Para vice-presidente foi indicado o almirante Rademaker.

AI-16

O AI-16 foi editado em 14 de outubro de 1969. Declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando para o dia 25 seguinte a eleição presidencial indireta pelo Congresso Nacional, em sessão pública e por votação nominal. Fixou também o fim do mandato do presidente eleito em 15 de março de 1974, e prorrogou os mandatos das mesas da Câmara e do Senado até 31 de março de 1970.

AI-17

O AI-17, também editado em 14 de outubro de 1969, autorizava a junta militar a colocar na reserva os militares que "tivessem atentado ou (viesses) a atentar, comprovadamente, contra a coesão das forças armadas". Uma forma encontrada para conter a oposição encontrada pela indicação de Médici.

Os AC-72 e 73, editados em 15 de outubro reabriram o Congresso Nacional convocando os parlamentares a se apresentarem no dia 22 de outubro.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)